

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

WADRICIA LUIZA VIEIRA GOMES

**Empresa Estatal como Instrumento de Apoio ao Desenvolvimento
Econômico: Estudo de caso sobre o Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social-BNDES-1995-2008**

Florianópolis
2009

WADRICIA LUIZA VIEIRA GOMES

**Empresa Estatal como Instrumento de Apoio ao Desenvolvimento
Econômico: Estudo de caso sobre o Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social-BNDES-1995-2008**

Monografia submetida ao Departamento de
Ciências Econômicas para obtenção de carga
horária da disciplina CNM 5420 – Monografia.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Antônio Ferraz Cário.
Área de Pesquisa: Economia Industrial.

Florianópolis
2009

**Empresa Estatal como Instrumento de Apoio ao Desenvolvimento
Econômico: Estudo de caso sobre o Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social-BNDES-1995-2008**

A Banca Examinadora resolveu atribuir nota **9,0** à aluna Wadricia Luiza Vieira Gomes na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho. Em 26 de novembro de 2009.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Silvio Antônio Ferraz Cário
Presidente - UFSC

Prof. Msc. Renato Francisco Lebarbenchon
Membro - UFSC

Prof. Dr. Wagner Leal Arienti
Membro - UFSC

*Aos meus pais, Vital e Luiza,
por todo amor e exemplos de trabalho e dignidade.
Ao meu esposo Wladimir pelo amor e pela compreensão.*

AGRADECIMENTOS

O trabalho acadêmico é fruto e conclusão de um curso, da qual obviamente passou-se por diversos momentos, então não poderia deixar de agradecer diversas pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho bem como para a conclusão deste curso.

A todos os professores do departamento de economia que contribuíram para a minha formação acadêmica.

Ao professor orientador Silvio Antônio Ferraz Cário pelo constante estímulo e dedicação ao longo desta pesquisa e pelo seu comprometimento com o ensino e pesquisa na UFSC.

Aos professores Renato Francisco Lebarbenchon e Wagner Leal Arienti pelos comentários e avaliações críticas realizadas que contribuíram para a finalização deste trabalho.

Aos funcionários do departamento de Economia que sempre foram prestativos em todos os momentos em que precisei.

Aos funcionários da Biblioteca Central, pela dedicação que sempre tiveram ao longo do curso.

E por fim a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação e realização deste trabalho.

RESUMO

O objetivo deste estudo é investigar a empresa estatal como instrumento de desenvolvimento econômico fazendo-se um estudo de caso sobre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no período 1995 a 2008. Para tanto, investigou-se os desembolsos do Banco ao longo dos períodos, analisou-se por regiões e setores. Fez-se também um comparativo entre os governos FHC/Lula. Desta forma analisou-se o papel do Estado como financiador do desenvolvimento econômico, buscou-se mostrar a dimensão do seu papel como articulador e fomentador do país. Percebe-se que desde a sua criação o Banco vem se moldando para melhor atender seus clientes. Atualmente o Banco conta além de sua Sede no Rio de Janeiro, com escritórios em Brasília, São Paulo, Recife e Belém. No exterior abriu recentemente um escritório em Montevidéu no Uruguai e possui uma representação na embaixada brasileira em Washington. Para o apoio indireto o banco conta com quase toda a rede bancária no país que atende os clientes do BNDES de forma indireta.

PALAVRAS-CHAVE: BNDES. Estado. Desembolsos. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The objective of this study is to investigate the state enterprise as a tool for economic development by making a case study of the Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) from 1995 to 2008. Therefore, we investigated the Bank's disbursements over the period, which was analyzed by regions and sectors. There was also a comparison between the FHC/Lula. Thus, we analyzed the role of the state as a funder of economic development, sought to show the extent of its role as a fulcrum and developers in the country. We can see that since its inception the Bank has been shaping to better serve its customers. Currently the Bank has in addition to its headquarters in Rio de Janeiro, with offices in Brasilia, Sao Paulo, Recife and Belém Abroad recently opened an office in Montevideo in Uruguay and has a representation in the Brazilian embassy in Washington. For indirect support to the bank with almost the entire banking network in the country that meets customers of BNDES indirectly.

KEYWORDS: BNDES. State. Disbursements. Development.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução anual das privatizações das empresas por governo-1991/2006-sob gestão do BNDES.	111
Gráfico 2: Comparativo desembolsos de financiamentos-BNDES nos governos FHC/Lula.	112
Gráfico 3: Desembolsos de financiamentos totais por regiões-comparativo FHC/Lula.	113
Gráfico 4: Comparativo desembolsos de financiamentos-BNDES em relação a FBKF, nos governos FHC/Lula.	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Aprovações de financiamento do sistema BNDES por setor-1952/59.....	51
Tabela 2: Aprovações de financiamento segundo os ramos e gêneros de atividades nos períodos 1953/55 e 1956/60, pelo sistema BNDES-valores anuais médios em Cr\$ bilhões de 1991.	52
Tabela 3: Aprovações de financiamento do sistema BNDES, por setor-1960/69.....	59
Tabela 4: Aprovações de financiamento segundo os ramos e gêneros de atividades nos períodos 1961/64 e 1965/67, pelo sistema BNDES-valores anuais médios em Cr\$ bilhões de 1991.	61
Tabela 5: Aprovações do financiamento do sistema BNDES, por setor-1970/79.....	68
Tabela 6: Aprovações de financiamento segundo os ramos e gêneros de atividades nos períodos 1970/73 e 1974/79, pelo sistema BNDES-valores anuais médios em Cr\$ bilhões de 1991.	69
Tabela 7: Aprovações de financiamento segundo os ramos e gêneros de atividades nos períodos 1980 e 1981, pelo sistema BNDES-valores anuais médios em Cr\$ bilhões de 1991.	73
Tabela 8: Resultados setoriais das privatizações do PND em US\$ milhões-sob gestão do sistema BNDES 1991/2006.....	79
Tabela 9: Resultados anuais por programa de privatizações no Brasil, sob gestão do BNDES-1991/2006, em US\$ milhões.	81
Tabela 10: Resumo das privatizações no Brasil por programa até 2006-sob gestão do BNDES.	82
Tabela 11: Resumo das privatizações (PND, Estadual e Telecomunicações) no Brasil por setor até 2006, sob gestão do BNDES-receitas em US\$ bilhões.	83
Tabela 12: Resultado das privatizações do período-1990/94, sob gestão do BNDES.	84
Tabela 13: Resultado de venda das empresas por investidor nas privatizações-1990/1994, sob gestão do BNDES.....	84
Tabela 14: Resultado de venda das empresas por investidor-1995/2002, sob gestão do BNDES.	85
Tabela 15: Privatização das empresas por investidor estrangeiro-sob gestão do BNDES-1991/2002-valores expressos em US\$ milhões.	86

Tabela 16: Resultados anuais por programa de privatizações no Brasil-sob gestão do BNDES-2003/2006, em US\$ milhões.	87
Tabela 17: BNDES-aprovações e desembolsos de financiamentos-1990/1994.....	87
Tabela 18: BNDES-aprovações e desembolsos de financiamentos-1995/2002.....	88
Tabela 19: Desembolsos de financiamento segundo grandes regiões-1995/2002. R\$ milhões.	89
Tabela 20: Desembolsos anuais do sistema BNDES por ramos de atividade-1999/2002. (Em R\$ milhões).	90
Tabela 21: Desembolsos anuais de financiamento do sistema BNDES por setores 1995/2002-(em R\$ milhões).	91
Tabela 22: Desembolsos do sistema BNDES por setores (% do PIB)-1995/2002.....	92
Tabela 23: BNDES-aprovações e desembolsos de financiamento-2003/2008.	92
Tabela 24: Desembolsos de financiamento segundo grandes regiões-2003/2008. (R\$ milhões).	93
Tabela 25: Desembolsos anuais de financiamento do sistema BNDES-ramos de atividade-2003/08. (em R\$ milhões).	94
Tabela 26: Desembolsos anuais de financiamento do sistema BNDES por setores 2003/2008-(em R\$ milhões).	95
Tabela 27: Desembolsos de financiamentos do sistema BNDES em relação ao PIB (% do PIB)-2003/2008.	96
Tabela 28: Desembolso anual do sistema BNDES por porte de empresa (em R\$ milhões). ...	98
Tabela 29: Prazos dos financiamentos dos produtos do sistema BNDES.....	99
Tabela 30: Desembolsos anuais na comercialização de máquinas e equipamentos - FINAME.	100
Tabela 31: Desembolsos anuais de financiamento do sistema BNDES-apoio à exportação-1999/2002. (US\$ Mil).	102
Tabela 32: Desembolsos anuais de financiamento do sistema BNDES-apoio à exportação-2003/2008. (US\$ Mil).	103
Tabela 33: Resumo dos desembolsos anuais do sistema BNDES – apoio à exportação - 2003/2008. (US\$ Mil).	104
Tabela 34: As 20 maiores EMN brasileiras de acordo com ativos no exterior.	106
Tabela 35: Apoio as multinacionais-(valores em R\$) julho 2008/junho/2009.....	108
Tabela 36: Participações societárias da BNDESPAR.	109
Tabela 37: Participações societárias da BNDESPAR-setores.....	110

Tabela 38: Comparativo desembolsos por regiões-FHC/Lula.	112
Tabela 39: Ranking dos setores por desembolsos-FHC/Lula.....	113
Tabela 40: Desembolsos totais de financiamentos do sistema BNDES-setores (em %)......	114
Tabela 41: Desembolsos anuais de financiamento do sistema BNDES-apoio às exportações (US\$).	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AINT - Área Internacional
ANDIMA – Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPAR - BNDES Participações S.A
Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CMBEU - Comissão Mista Brasil- Estados Unidos
CNE - Conselho Nacional de Economia
CNI - Confederação Nacional da Indústria
Conserve - Programa de Conservação do Meio Ambiente
CTA - Centro Técnico Aeroespacial
CW - Consenso de Washington
EBP - Estruturadora Brasileira de Projetos
Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A
Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica
Embramec - Mecânica Brasileira S.A
EMN - Empresas Multinacionais
EUA - Estados Unidos
Eximbank - Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos
FAT - Fundo de Amparo do Trabalhador
FBKF - Formação Bruta de Capital Fixo
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FHC - Fernando Henrique Cardoso
Fibase - Insumos Básicos S.A Financiamentos e Participações
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Finame - Agência Especial de Financiamento Industrial
Finamex - Programa de Financiamento às Exportações de Máquinas e Equipamentos
Finsocial - Fundo de Investimento Social
Fipeme - Programa de Financiamento às Pequenas e Médias Empresas

FMRI - Fundo de Modernização e Reorganização Industrial
FND - Fundo Nacional de Desestatização
Funar - Fundo Agroindustrial de Reconversão
Fundepro - Fundo de Desenvolvimento da Produtividade
Funtec - Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico
Ibrasa - Investimentos Brasileiros S.A
IFC - International Finance Corporation
JK - Juscelino Kubitschek
KFM - Banco Alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau
ONU - Organização das Nações Unidas
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
Pasep - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEB - Programa Especial Bancos de Desenvolvimento
PIB - Produto Interno Bruto
PIS - Programa de Integração Social
PMRC - Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização
PND - Plano de Desenvolvimento Econômico
PND - Programa Nacional de Desestatização
POC - Programa de Operações Conjuntas
PPP - Parceria Público-Privada
Proálcool - Programa Nacional do Alcool
Procap - Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Mercado de Capitais
RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A
Seipan - Superintendência das Empresas Incorporadoras ao Patrimônio Nacional
Siderbrás - Siderurgia Brasileira S.A
TI - Tecnologia da Informação
URSS - União Soviética
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.2 OBJETIVOS	18
1.2.2 Objetivos Específicos	18
1.3 JUSTIFICATIVA	19
1.4 METODOLOGIA	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 ESTADO E DESENVOLVIMENTO	21
2.1.1 Funções do Estado	21
2.1.1.1 O Estado e os poderes públicos e privados	24
2.1.1.2 Estado e desenvolvimento	26
2.1.2 Crise do Estado	27
2.1.2.1 Crise do Estado e crise econômica: reformas empreendidas	28
2.1.2.2 Reforma do Estado – anos 90	33
2.1.3 Globalização e Estado: definição de projeto e aproveitamento de oportunidade ...	36
2.1.4 Estado Schumpeteriano	41
2.1.4.1 Transição para o Estado Schumpeteriano	41
2.1.4.2 Consolidação do Estado Schumpeteriano	42
3 TRAJETÓRIA DAS AÇÕES DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) – DÉCADAS DE 1950 A 1980	46
3.1 DÉCADA DE 50 - ENERGIA E TRANSPORTE	46
3.1.1 Contexto político-econômico	46
3.1.2 Aprovações: setor privado e setor público	51
3.1.3 Aprovações BNDES por atividades	52
3.2 DÉCADA DE 60 – DIVERSIFICAÇÃO DOS SETORES	53
3.2.1 Contexto político-econômico	53
3.2.2 Criação da Finame e Funtec	55
3.2.2.1 A Finame	56
3.2.2.2 A Funtec	57
3.2.3 Criação da Fipeme, Funar e do Fundepro	58
3.2.3.1 Fipeme e Funar	58

3.2.3.2 Fundepro	59
3.2.4 Aprovações: setor privado e setor público	59
3.2.5 Aprovações BNDES por atividades	60
3.3 DÉCADA DE 70 – APOIO AO “MILAGRE ECONÔMICO”	62
3.3.1 Contexto político-econômico.....	62
3.3.2 O BNDES e o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico - PND	63
3.3.3 PIS/Pasep.....	65
3.3.4 Programa de Operações Conjuntas (POC).....	65
3.3.5 Criação das Subsidiárias.....	66
3.3.6 Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Mercado de Capitais (Procap).....	66
3.3.7 Desestatização	67
3.3.8 Aprovações: setor privado e setor público	68
3.3.9 Aprovações BNDES por atividades	68
3.4 DÉCADA DE 80 – DÉCADA PERDIDA E A RESPONSABILIDADE SOCIAL	70
3.4.1 Contexto político-econômico.....	70
3.4.2 Fundo de Investimento Social (Finsocial).....	71
3.4.3 Programa de Conservação do Meio-Ambiente (Conserve)	71
3.4.4 Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	72
3.4.5 Aprovações BNDES por atividades	73
3.4.6 Privatização.....	74
3.5 SÍNTESE CONCLUSIVA	76
4 TRAJETÓRIA DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – DÉCADAS DE 1990 - 2008.....	77
4.1 BNDES O BANCO GESTOR DAS PRIVATIZAÇÕES	77
4.1.2 Plano Nacional de Desestatização-PND e o BNDES.....	77
4.2 O BNDES E AS PRIVATIZAÇÕES	83
4.2.1 Período 1990/1994.....	83
4.2.2 Período 1995/2002.....	85
4.2.3 Período 2003/2008.....	86
4.3 BNDES E AS APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS	87
4.3.1 Período 1990/1994.....	87
4.3.2 Período 1995/2002.....	88
4.3.3 Período 2003/2008.....	92
4.3.4 Período 1999/2008 por porte de empresa	96

4.3.4.1 Micro, pequena e média empresa e pessoa física	97
4.3.4.2 Grande empresa	97
4.3.5 Prazos de financiamentos do sistema BNDES	98
4.4 FINAME	100
4.5 O BNDES E ÀS EXPORTAÇÕES	101
4.5.1 Período 1995/2002.....	101
4.5.2 Período 2003/2008.....	103
4.6 O BNDES E A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS NACIONAIS	105
4.6.1 Contexto político-econômico.....	105
4.6.2 BNDES apoia as empresas multinacionais.....	106
4.7 BNDES PARTICIPAÇÕES S.A.-BNDESPAR	109
4.8 COMPARATIVO PERÍODO FHC/LULA	111
4.9 SÍNTESE CONCLUSIVA	116
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS	121

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O Estado como organização política da nação tem importante papel na economia, como mediador, indutor, financiador dos processos de produção. Sua capacidade de agente mediador nos mais diversos campos, sejam eles políticos ou econômicos não se esgotam, porque o Estado sempre busca uma maneira de reestruturar-se.

Como mediador o Estado faz acordos para evitar coalizões entre a sociedade de forma que garanta o desenvolvimento do país. Suas funções são: capacidade de planejar, regular e intervir nos mercados. Por vezes o Estado atua em duas frentes, como produtor e empresário. Draibe (1985), diz que o Estado passou a ser empresário e produtor.

O Estado tem o dever de atuar onde o capital privado não alcança, ou não tem interesse e também, participar em parcerias público privadas que na maioria das vezes são setores importantíssimos para o desenvolvimento e crescimento do país. O papel do Estado como agente financiador dos investimentos nos setores de base e infraestrutura, demonstrou ao longo dos anos a capacidade de atuar como agente financeiro e planejador dos gastos públicos.

Por sua vez dentro do aparato estatal econômico o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)¹ foi criado em 1952 com o objetivo de fomentar o desenvolvimento dos setores básicos da economia brasileira, nos planos público e privado. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), ex-autarquia federal criada pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, foi enquadrado como uma empresa pública federal, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, pela Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971. Mais tarde em 1982 passou a ser Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país. Desta ação resultam a melhoria da competitividade da economia brasileira e a elevação da qualidade de vida da sua população.

¹Este era o nome oficial do banco, que passou a ser denominado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 1982, incorporando o Social. Desde agora será mencionado o nome atual.

Desde a sua fundação, em 20 de junho de 1952, o BNDES vem financiando os grandes empreendimentos industriais e de infraestrutura tendo marcante posição no apoio aos investimentos na agricultura, no comércio e serviço e nas micro, pequenas e médias empresas, e aos investimentos sociais, direcionados para a educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e ambiental e transporte coletivo de massa. Suas linhas de apoio contemplam financiamentos de longo prazo e custos competitivos, para o desenvolvimento de projetos de investimentos e para a comercialização de máquinas e equipamentos novos, fabricados no país, bem como para o incremento das exportações brasileiras.

Contribui, também, para o fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e desenvolvimento do mercado de capitais. Nos anos 70 o banco foi fundamental na política de substituições de importações no Brasil e por volta de 1990 o BNDES foi participativo no cenário de privatizações, seu papel foi importante nas privatizações das grandes estatais brasileiras. O BNDES foi o órgão responsável pelo suporte administrativo, financeiro e técnico do Programa Nacional de Desestatização, iniciado em 1991.

Hoje inserido no processo de globalização da qual, o país precisa ser competitivo, com políticas de ajustes econômicos, sociais entre outros das quais garantam a soberania do país. O BNDES teve que se reestruturar para atender as necessidades do Estado, inclusive esta do atual mundo globalizado em que não há fronteiras, mas sim barreiras, e o país não poderia ficar ausente no que diz respeito ao comércio exterior, o banco passou a apoiar às exportações, e vem se moldando conforme o cenário político, econômico e social do Brasil e do mundo.

Atualmente o BNDES conta com duas subsidiárias integrais, a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)² e a BNDES Participações S.A (BNDESPAR), criadas com o objetivo, respectivamente, de financiar a comercialização de máquinas e equipamentos e de possibilitar a subscrição de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro.

As três empresas, juntas, compreendem o chamado "Sistema BNDES". Também é uma empresa responsável com o meio ambiente e o BNDES considera fundamental a importância, na execução de sua política de apoio, a observância de princípios ético-ambientais e assume o compromisso com os princípios do desenvolvimento sustentável. As linhas de apoio financeiro e os programas do BNDES atendem às necessidades de investimentos das empresas de qualquer porte e setor, estabelecidas no país. A parceria com instituições financeiras, com agências estabelecidas em todo o país, permite a disseminação

² Criada em 1964.

do crédito, possibilitando um maior acesso aos recursos do BNDES. Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais. E sua visão é ser o Banco do desenvolvimento do Brasil, instituição de excelência, inovadora e pró-ativa ante os desafios da nossa sociedade (BNDES, 2009).

Conforme os fatos apresentados, verifica-se a importância do Estado no desenvolvimento econômico do país, em particular pelo exercício das funções do BNDES. Neste sentido, este estudo procura responder a seguinte questão de pesquisa:

Qual tem sido o desempenho do BNDES como importante instrumento de apoio da política de desenvolvimento para o Brasil, no período de 1995-2008?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Com o presente trabalho procura-se compreender a importância do Estado como impulsionador de desenvolvimento econômico, a partir do estudo sobre o desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento deste desenvolvimento.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Discutir o papel do Estado em relação ao desenvolvimento econômico;
- Avaliar a trajetória do BNDES desde sua criação até os dias atuais;
- Analisar as aprovações, desembolsos, privatizações, exportações e internacionalização das empresas em relação ao BNDES no período 1995/2008 e apresentar as subsidiárias, Finame e BNDESPAR; e
- Apontar as diferenças entre os períodos FHC/Lula no tocante as atividades relacionadas de forma direta ou indireta com o BNDES.

1.3 JUSTIFICATIVA

É de suma importância que todas as nações se desenvolvam para garantir o bem estar da população. O desenvolvimento gera riquezas, melhores condições de educação, moradia, saneamento básico, saúde e dignidade aos indivíduos. Atualmente inseridos num processo de inovação tecnológica da qual trará benefícios. Mas para que ocorra desenvolvimento trazendo benefícios igualitários para os indivíduos é preciso que o Estado atue, pois, se deixar somente nas mãos do capitalismo privado, boa parte da população ficará as margens do desenvolvimento. Dado que apesar de importante, o mercado gera desigualdades de acesso à produção e às desigualdades de riquezas do país.

É necessário que o Estado tenha um papel atuante, servindo como ferramenta de financiamentos para trazer mais desenvolvimento para o país. Atuando como instrumento de desenvolvimento econômico e solucionando as falhas de mercado e criando melhores condições de produção e distribuição da riqueza. E não deixando a base produtora e financiadora nas mãos do capitalismo externo.

Para isso é de fundamental importância o estudo do BNDES como instrumento financiador do desenvolvimento do país, buscando identificar os setores que ele mais atua e em quais setores ainda pode atuar, e assim mostrando melhores oportunidades de financiamento para as empresas que podem se beneficiar desta pesquisa e conseqüentemente contribuir para o desenvolvimento do país.

1.4 METODOLOGIA

Este trabalho tem uma abordagem qualitativa descritiva, com propósito de alcançar cada objetivo específico proposto. No tocante ao primeiro objetivo, estudar o papel do Estado como promotor do desenvolvimento da economia do país e para isso será utilizado uma revisão teórica das principais teorias que envolvem o desenvolvimento do Estado. Então busca-se apresentar as funções do Estado, a crise do Estado, globalização e Estado e Estado Schumpeteriano. Tira-se proveito das contribuições de autores como: Suzigan (1986), Brum (1997), Fausto (1995), Fonseca (2004), Toledo (1999), Bresser-Pereira (2009), Dathein (2008), Draibe (1985), Ianni (1996), Evans (1996), Diniz (2007), Arienti (2003).

Em relação ao segundo objetivo, que visa avaliar a trajetória do BNDES desde sua criação até os dias atuais; procurou-se fazer uma retrospectiva por décadas. Para tanto, recorreu-se a relatórios de diretoria e site do próprio banco, bem como artigos, dissertações e teses de doutorado sobre esta instituição financeira.

Para atender o terceiro objetivo referente às aprovações, desembolsos, exportações, internacionalização de empresas o padrão de financiamento do BNDES e apresentação das subsidiárias. Da mesma forma, recorreu-se a relatórios de diretoria e site do próprio banco, bem como artigos, dissertações e teses de doutorado sobre as operações desta instituição financeira.

Por fim, para atender o quarto objetivo, foram apontadas as diferenças das políticas funcionais adotadas pelo BNDES, a partir dos anos 90, fazendo-se um comparativo entre os dois períodos 1995/2002 e 2003/2008. Através de relatórios de desempenho da diretoria, bem como de outros documentos deste banco, procurou-se avaliar as ações desenvolvidas e o sistema de financiamento empreendido.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ESTADO E DESENVOLVIMENTO

Atualmente o papel do Estado é muito discutido pela sociedade, sejam por intelectuais, políticos, acadêmicos, ou mesmo no cotidiano. Há os que concordam com a intervenção do Estado na Economia e claro os que discordam, porque as nações estão em diferentes estágios de desenvolvimento e afirmar que a intervenção do Estado é primordial ou não para o crescimento de um país é arriscado. Conforme Iglesias (2006, p. 7) “Por cierto, a cada país le corresponde definir apropiadamente las relaciones entre el mercado y el Estado”.

O papel do estado é importante, principalmente nos países em desenvolvimento além da parcela da população que depende do Estado para obter serviços tais como educação, saúde, moradia, transporte entre outros e sua intervenção é importante no campo econômico, por regular, incentivar e prover a atividade econômica.

No intuito de discutir a importância e as funções do Estado capitalista este capítulo está organizado em seções. Assim na seção 2.1.1 apresentam-se as funções do Estado, na seção 2.1.2 discute-se à crise do Estado, na seção 2.1.3 descreve-se a globalização e Estado e na seção 2.1.4 trata-se do Estado Schumpeteriano.

2.1.1 Funções do Estado

Na antiguidade Montesquieu, defendeu a ideia de conter o Poder do Estado através da divisão de funções, e dar competência a diferentes órgãos. Porém as funções básicas do Estado (consultiva, administrativa e judiciária) permanecem desde a época de Aristóteles. Mas com o passar dos tempos houve modificações que consolidaram os três poderes atuais: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário (MONTESQUIEU, 1962).

Com o tempo as funções do Estado foram criando um caráter mais moderno, mais abrangente, relacionando diversas formas de pensar e com aspectos detalhados.

Em relação às funções do Estado Dathein (2008) menciona que o Estado Desenvolvimentista³ foi eficaz para o crescimento dos países subdesenvolvidos, pois estes encontravam-se atrasados economicamente. Para ele o Estado Desenvolvimentista deve assumir quatro funções básicas:

1. Formulação de um projeto de longo prazo;
2. Coordenação das mudanças estruturais características do desenvolvimento;
3. Construção de instituições; e
4. Administração das contradições inerentes ao processo schumpeteriano de destruição criativa.

A primeira função: - quanto à formulação de um projeto de longo prazo, o Estado deve ser cauteloso e previsível, ou seja, ele deve saber quais os objetivos econômicos da sociedade. E então se utilizar de ferramentas para ver o futuro, e assim formular projetos de longo alcance e eficazes, que não se percam no caminho por desinteresse da sociedade ou mesmo por se tornarem inadequados.

A segunda função: - coordenação das mudanças estruturais características do desenvolvimento, ou das trajetórias rumo aos objetivos anteriores que conforme Dathein (2008), quer dizer que alternativas econômicas melhores não devem inviabilizar as alternativas anteriores para não haver rompimentos nos processos iniciados, portanto as transformações devem ser feitas de forma coordenadas dando sustentação às ideias iniciais e aprimorando-as, e o Estado deve promover tais ajustamentos.

A terceira função: - construção de instituições analisa a individualidade de cada país, como mencionado anteriormente, pois cabe a cada país criar instituições para garantir a sua necessária flexibilidade (DATHEIN, 2008). De nada adianta copiar instituições de outros países que não revelam a realidade do país. Essas instituições são importantes para garantir a concretização dos projetos.

A quarta função: - que é a administração das contradições inerentes ao processo schumpeteriano de destruição criativa, este processo requer muita atenção do Estado, pois, é bastante conflituoso, além de possuir resistência constante de parcelas da sociedade. Dathein (2008, p. 45) comenta que:

O desenvolvimento é inerentemente conflituoso, pois é necessário mover recursos de atividades de baixa produtividade para outras de alta produtividade, em um contexto

³ O Estado Desenvolvimentista é o período em que houve intervenção do Estado na Economia, onde o mercado não atuava livremente, na América Latina o desenvolvimentismo toma fôlego com os postulados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - (Cepal).

em que ocorreram investimentos e no qual a mobilidade dos recursos não é perfeita, do que advém resistência e reações às mudanças.

Então o Estado deve entrar como mediador dos conflitos, não deixando que de um lado fiquem os perdedores e de outro os ganhadores, mas sim de forma compensatória. Deve-se lembrar também que não só o Estado, mas o mundo está em constante transformação, sejam elas ideológicas, econômicas, culturais, sociais, tecnológicas, etc.

Buscam-se acordos para evitar coalizões entre a sociedade de forma que não prejudique o desenvolvimento do país. O Estado teve três funções no processo de desenvolvimento, sendo elas, a capacidade de planejar, regular e intervir nos mercados “e tornou-se ele próprio produtor e empresário” Draibe (1985, p. 20).

De forma abrangente a autora discorre sobre as funções do Estado, identificando importantes relações.

Através de seus gastos e investimentos, coordenou o ritmo e os rumos da economia e, através de seus aparelhos e instrumentos, controlou e se imiscuiu até o âmago da acumulação capitalista. Do ponto de vista social e político, regulou as relações sociais, absorveu no interior de suas estruturas os interesses sociais e se transformou numa arena de conflitos, todos eles “politizados”, mediados e arbitrados pelos seus agentes. Debilitou as instituições representativas e solapou as formas autônomas de aglutinação e expressão de interesses e conflitos. Manifestou-se como Executivo forte, como aparelho burocrático-administrativo moderno e complexo e passou a operar através de um corpo cada vez maior e mais sofisticado de funcionários, os novos burocratas, metamorfoseados, nestas circunstâncias, em aparente “tecnocracia” (DRAIBE, 1985, p.20).

O Estado está em constante transformação da qual passa a interagir de formas diferentes ao longo do tempo com a sociedade e o mercado. O Estado deve estar atento às mudanças impostas pelo tempo. Deve ser o mediador de conflitos para garantir além de tudo o equilíbrio entre as parcelas da sociedade. Manter o crescimento econômico e ao mesmo tempo garantir o bem-estar-social, não deixando parte de sua população desassistida, pois se deixar por conta do capitalismo privado, pode haver crescimento econômico, porém a iniciativa privada não se importará com a população que ficou as margens do crescimento. Por isso o Estado deve regular, planejar e intervir nos mercados (DRAIBE, 1985).

Por isso é importante um Estado que acima de tudo esteja comprometido com a sua população e ao mesmo tempo seja um promotor e indutor do crescimento econômico, para isso é importante que seja um Estado participativo em todos os aspectos da sociedade.

2.1.1.1 O Estado e os poderes públicos e privados

Percebe-se que é necessário um Estado atuante para corrigir as falhas do mercado, assim como conduzir o país ao crescimento econômico. Era necessária toda uma gama de investimentos para poder haver instalações de indústrias, e muitos segmentos industriais não eram de interesse da iniciativa privada, porque mereciam vultosos gastos em investimentos iniciais e retorno (lucros) a longo prazo, e isso a iniciativa privada não tinha interesse ou mesmo condições de arcar com tamanhos empreendimentos. Diante deste contexto, o Estado assume a função de produtor (Estado-empresário) e a função de protetor da indústria nacional em face da concorrência estrangeira em processo de desenvolvimento. O Estado teve que assumir os investimentos de risco para garantir e dar força a industrialização, como aconteceu no caso brasileiro. Somente o Estado estava disposto a investir em empresas que dariam um retorno lento, diferente dos países pioneiros no processo de industrialização que tiveram suas bases firmadas com capital privado (BRUM, 1997).

O Estado incentivou a iniciativa privada para impulsionar o processo industrial, mas também atuou como empresário direto. Brum (1997, p. 207) salienta que o Estado como empresário direto assumiu principalmente a função de prover a:

- Infraestrutura (transporte, energia, comunicações...); e
- Produção de matérias-primas básicas (ferro e aço, petróleo, petroquímica, fertilizantes).

Dathein (2008, p. 49) explica que:

Nesse modelo, o Estado cumpriu um papel estruturante fundamental, comandando o tripé formado conjuntamente com as empresas privadas nacionais e internacionais. O crescimento foi centrado no mercado interno, com baixo índice de abertura econômica e grande proteção às empresas contra a concorrência internacional. Ao mesmo tempo, esse padrão era socialmente excludente, promovendo alta concentração de renda e baixos salários. O modelo, comandado por um Estado Desenvolvimentista, pode ser visto também como resultante de um pacto de poder conservador. Esse Estado promovia o desenvolvimento, mas com uma fragilidade financeira dada pelo fato de que, em geral, era impedido pelas elites de promover uma reforma fiscal que as tributasse fortemente. Desse modo, o financiamento funcionava como um processo de “fuga para frente”, com o uso de dívidas externas e internas e de inflação. O Estado protegia os capitais nacionais fracos, socializando custos e perdas, ao mesmo tempo em que era politicamente autoritário para com “os de baixo”. Dessa forma, soldava-se o pacto de poder.

Enfatizando ainda mais o papel do Estado⁴, em relação ao desenvolvimento econômico, Ianni (1996, p. 18) nos esclarece que:

Na prática, o desenvolvimento econômico somente se realiza quando uma parte do excedente econômico produzido pelos trabalhadores (isto é, pelo trabalho social produtivo) é investida produtivamente. Mas isto ocorre quando as relações e estruturas políticas estabelecem e preservam as condições “não econômicas” de produção, apropriação e utilização do excedente econômico. Esta é, provavelmente, a principal razão por que o Estado aparece como elemento essencial das relações e estruturas econômicas.

Algumas funções são exclusivas do Estado, pois este possui o monopólio de algumas atividades, como é o caso das leis, em que tem o poder de definir, fiscalizar, alterar e se fazer cumprir em seu país. A defesa do país bem como representá-lo no exterior. Regulação de impostos e regulamentação de atividades econômicas também são atividades exclusivas do Estado. Em relação às funções sociais, o Estado tem a obrigatoriedade de formular políticas econômicas e sociais garantindo a educação, saúde, assistência social, garantia mínima de renda, defesa do meio ambiente, entre outras. Além de economicamente garantir a estabilidade da moeda e do sistema financeiro.

Ianni (1996, p. 248) sintetiza:

Ao governo cabe uma função estratégica no processo de desenvolvimento, não só porque manipula os instrumentos de política econômico-financeira como por força de sua responsabilidade na construção da infraestrutura econômica e social e na produção de bens e serviços de que depende fundamentalmente o setor privado. No exercício dessas funções, deve o governo orientar-se no sentido de propiciar condições ao setor privado para que possa promover como lhe cabe, a expansão da produção e a dinamização do processo de desenvolvimento. A eficiência e a produtividade das empresas não dependem apenas de seu próprio esforço e decisão, mas em grande parte, da eficiência da máquina governamental e de outras condições que se incluem na esfera de decisão do governo.

É preciso muito mais que planejamento, a execução correta dos instrumentos escolhidos pelo Estado são cruciais para o entendimento público/privado, dando continuidade aos projetos e modificando-os quando necessários. Kalecki (1983 apud Dathein, 1990, p. 44) “já destacava a distinção entre os problemas econômicos cruciais de países subdesenvolvidos, que, além de políticas de demanda, devem possuir políticas de desenvolvimento”. É preciso que o país se desenvolva para poder diminuir suas desigualdades, se não haver crescimento econômico, as chances de redução das desigualdades diminuem.

⁴ De acordo com as Constituições republicanas, o Estado brasileiro se compõe de três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Na prática, entretanto, sempre houve o predomínio do Poder Executivo sobre os outros poderes (IANNI, 1996, p.18).

2.1.1.2 Estado e desenvolvimento

Evans (1996), retrata o que pode-se chamar de fases do Estado, ele mostra como o Estado era considerado, percebe-se que há algumas décadas o que se esperava do Estado era a aceleração da industrialização, modernização da agricultura e claro infraestrutura. Hoje, no entanto se espera muito mais, e vários estudos apontam aspectos negativos e positivos das estruturas estatais, é certo que muitos países sofreram e hoje ainda sofrem com governos corruptos, da qual faz o Estado perder a confiança, o que é muitas vezes aproveitado pela iniciativa privada, que faz da desconfiança do povo no Estado, acreditar que a iniciativa privada poderá sanar com as necessidades do povo, tais como educação, moradia, saúde, saneamento básico.

Enfim, condições mínimas necessárias para oferecer conforto e condições para que uma população se desenvolva. Evans (1996) em sua análise sobre algumas nações, tais como: Zaire, Japão, Coreia, Taiwan, Brasil e Índia, mostram bem esses aspectos e diz que: “La primera y más evidente lección que puede extraerse de estos casos es que hay escasez, y no exceso, de burocracia” (EVANS, 1996, p. 555).

Pois o Estado deve planejar o futuro da nação objetivando várias décadas à frente, de forma a garantir sobrevivência ao seu desenvolvimento, mas isso não é visto por muitos, das quais imaginam um futuro muito próximo, cobrando medidas e atitudes do Estado a curto prazo, o que às vezes acaba inviabilizando alguns planos de desenvolvimento, pois muitos políticos acabam adotando e focando em questões de curto prazo que aparecem mais rápido e assim pensando nas próximas eleições, ou seja, medidas eleitoreiras por vezes acabam frustrando o desenvolvimento.

...la reconstrucción del Estado es una tarea amorfa y frustrante, un proyecto que puede llevar décadas, si no generaciones enteras. De todas maneras, el aumento de la capacidad del Estado sigue siendo un requisito de cualquier política económica eficaz, incluido el ajuste estructural sostenido.... Transformar el Estado de modo que deje de ser un problema y se convierta en una solución debe ser el punto central en cualquier plan de acción realista emprendido en los países del Tercer Mundo (EVANS, 1996, p.559).

Iglesias (2006) aponta dez objetivos dentro de um novo conceito de Estado, 1) um Estado deve ser capaz de viabilizar a eficiência do mercado, 2) deve ser impulsor da capacidade produtiva, 3) deve diminuir as desigualdades sociais, 4) ter um novo relacionamento com a empresa privada, 5) amparar a sociedade civil, 6) formular políticas de

inserção internacional, 7) incentivar a inovação tecnológica, 8) interagir com políticas de âmbito internacional como globalização, 9) procurar desenvolver a capacidade de analisar as grandes tendências econômicas, sociais e políticas no âmbito nacional e internacional e 10) deve promover os grandes consensos nacionais. De outra forma pode-se dizer que as funções do Estado se ampliam e que agora ele está presente em todas as esferas sejam elas econômicas, sociais, políticas, nacionais, internacionais, e parece inviável que este estágio de atuação regreda como já aconteceu no período neoliberal.

Em linhas gerais pode-se dizer que o Estado cada vez mais foi praticando funções mais complicadas. Ianni (1996, p. 301), afirma: “o Estado foi levado a desempenhar funções cada vez mais complexas no conjunto da Economia”. E também se deduz que a cada crise o Estado tem que se reestruturar, seja reinterpretando ou inovando suas funções diante das crises.

2.1.2 Crise do Estado

O Estado ainda que seja um indutor de desenvolvimento, passa por crises. Não as que ocorreram a partir da segunda metade dos anos 70. O Estado desenvolvimentista deparou com problemas de diferentes espécies.

A crise dos anos 30, iniciada em 1929 a chamada “A Grande Depressão” começou nos Estados Unidos (Nova York) e logo atingiu países europeus bem como países da América Latina entre outros. Esta crise teve origem pelo mau funcionamento do mercado, e logo levou o Estado Liberal também para a crise (BRESSER-PEREIRA, 1998).

A crise de 30 na verdade foi uma crise do mercado, na qual os liberais⁵ não aceitavam a intervenção do Estado na economia, porém após esta crise entram as políticas macroeconômicas Keynesianas que deram resultados positivos nas economias nacionais (BRESSER-PEREIRA, 1998).

Entre os anos 30 a 60 e principalmente após a 2ª guerra mundial o mundo assistiu a um grande progresso em termos de crescimento econômico, as vidas das pessoas tornaram-se mais confortáveis, o padrão de vida melhorou significativamente.

⁵ Baseia-se na “crença em que o livre funcionamento do mercado resolve da melhor forma possível os problemas econômicos da sociedade – o que produzir, quanto produzir e como produzir e distribuir o resultado da produção” conforme Moraes, (1995, p. 2 apud Brum, 2008, p. 26).

Também a partir da crise de 30 que surgiram algumas formas de Estado conforme Bresser-Pereira (1998):

- O Estado do Bem Estar nos países desenvolvidos;
- O Estado Desenvolvimentista e Protecionista nos países em desenvolvimento;
- Estado Soviético na Rússia; e
- Um Estado que tentou ignorar a distinção essencial entre ele próprio e a sociedade civil, ao pretender substituir o mercado ao invés de complementá-lo.

No entanto a superestimação do papel do Estado na economia, com as grandes organizações públicas, enfim foram inchando a máquina estatal que se fazia presente e atuante, porém desencadeou em outra crise por volta dos anos 70.

O Estado ao longo das décadas acabou se tornando inoperante, pesado, com vícios, corrupção e incapaz de continuar o desenvolvimento, todo o esforço anterior teve seus resultados positivos, no entanto se esgotou, continuar da mesma forma, não dava mais os mesmos resultados, era preciso haver mudança, encontrar outra forma de desenvolvimento. Brum (2008, p. 458) acrescenta que:

Em quase todos os países, o Estado entrou em crise, revelando-se incapaz de continuar a desempenhar as funções que lhe foram atribuídas desde a Primeira Grande Guerra e sobretudo a partir da década de 1930. Faliu o Estado absoluto dos regimes comunistas. Entrou em crise o Estado acentuadamente intervencionista, nos países capitalistas que se inspiravam nas ideias keynesianas e também nos que adotam a social-democracia. Em toda a parte, o Estado tornou-se pesado, moroso e caro demais para o contribuinte. Emaranhou-se na burocracia e perdeu eficiência. E, em muitos casos, endividou-se demais e também deixou-se contagiar pelo vírus da corrupção. Com isso, o Estado ('inchado') tornou-se um entrave ao desenvolvimento. Perdeu a capacidade de investir e a condição de ser o principal indutor do desenvolvimento. Daí a necessidade de reforma do Estado, redefinindo-lhe as funções e recuperando-lhe a eficiência, especialmente numa fase de rápidas e profundas mudanças.

Mudanças essas que eram vitais para a continuidade do crescimento, pois era necessário encontrar outras formas de manter o desenvolvimento, já que o modelo até então aplicado, não correspondia mais com a situação atual, ou seja era necessário encontrar outra forma de desenvolvimento capaz de garantir o crescimento econômico.

2.1.2.1 Crise do Estado e crise econômica: reformas empreendidas

Por volta dos anos 70 e 80 o Estado entra em crise, essa foi uma crise fiscal da qual perde-se crédito público, capacidade de gerar poupança forçada e também perde-se a capacidade de intervenção do Estado. Essa que foi uma das maiores crises do sistema capitalista e praticamente em todos os países trouxe um crescimento distorcido do qual desencadeou em desempregos, inflação, aumento das taxas de juros, foi o momento propício para os defensores do Estado mínimo entrarem em ação.

Conforme Ianni (1989, p.14) “O Estado desenvolve atividades destinadas a criar as condições de possibilidades do desenvolvimento. Para isso, age em diversos níveis, destacando-se a criação de economias externas⁶, como nos setores de energia, mercado de capital e transporte.” Esses fatores foram essenciais para atrair os investimentos privados. Ianni (1989, p. 17): enfatiza que “no âmbito do processo de acumulação de capital, originado com a industrialização, o Estado surge como uma mediação. É o próprio capital nacional e estrangeiro, que mediatiza o Estado.”

O Estado surge às vezes como empresário outras vezes como financiador, mas sempre no intuito de fazer com que o país se desenvolva, ou seja, “o Estado configura-se como um instrumento decisivo de coordenação e ação em todas as esferas da economia” (IANNI, 1989, p. 19).

Ianni (1989, p. 20) acrescenta que:

Todos são empreendimentos criados a partir de 1948. E todas as transformações mais notáveis da economia brasileira desde então estão relacionadas com o funcionamento desses órgãos governamentais, criados especialmente para estimular o crescimento e a diversificação do sistema produtivo nacional.

No entanto como a máquina estatal funcionava? Na verdade explica Ianni (1989, p.160) “caracteriza-se por concentrar-se em torno de objetivos determinados, envolvendo a interferência deliberada, direta e indireta, sobre os processos de poupança e investimentos”. Então essa era a forma como o governo mantinha seus projetos, ele se utilizava da poupança nacional bem como dos investimentos. De acordo com Ianni (1989, p. 160) o Estado procurava:

1. propiciar a conversão do excedente econômico, especialmente agrícola, em capital industrial;

⁶Benefícios obtidos por empresas que se formam (ou já existentes) em decorrência da implantação de um serviço público. Exemplo: energia elétrica, construção de rodovias, etc. A existência de economias externas permite em geral uma redução de custos para as empresas e significa uma importante alavanca do desenvolvimento econômico.

2. estimular a entrada de capitais externos;
 3. intensificar as poupanças espontâneas e forçadas, provocando inclusive o esvaziamento ou estabilização do salário real;
 4. disciplina e estímulo aos investimentos para produção de meios de consumo e meios de produção;
 5. controle e seleção dos recursos cambiais, essenciais à importação de elementos indispensáveis à expansão do parque manufatureiro;
 6. concessão de favores monetários e creditícios, cambiais e fiscais, inclusive assistência técnica ampla;
 7. desenvolvimento equilibrado, objetivando: criação de economias externas, para tornar viáveis e estimular investimentos privados; redução ou eliminação de pontos de estrangulamento, para que se efetive a complementaridade inerente às atividades produtivas dos diferentes setores, nos planos horizontal e vertical; programas de desenvolvimento regional; programa de defesa de setores instalados como, por exemplo, café, cacau, açúcar, etc. pelas suas repercussões nas outras esferas internas da economia e sua importância na obtenção de divisas.
- Esses são os alvos principais, na esfera da circulação e acumulação do capital.

Quando há crises, como aconteceu em 1929 (Bolsa de Nova York), as guerras mundiais, crise do petróleo, crise nos EUA (2007 aos dias atuais), os governos sofrem interferências das quais devem estar preparados para atuarem de forma que minimizem os efeitos colaterais internos. Bresser-Pereira (1998, p. 50) explica como aconteceu a grande crise econômica que também atingiu o Brasil:

A Grande Crise Econômica dos Anos 80 reduziu a taxa de crescimento dos países centrais à metade do que foram nos vinte anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, levou os países em desenvolvimento a terem sua renda por habitante estagnada por 15 anos, e implicou no colapso dos regimes estatistas do bloco soviético. Quando dizemos que esta Grande Crise teve como causa fundamental a crise do Estado - uma crise fiscal do Estado, uma crise do modelo de intervenção do Estado no econômico e no social, e uma crise da forma burocrática de administrar o Estado - está pressuposto que o Estado, além de garantir a ordem interna, a estabilidade da moeda e o funcionamento dos mercados, tem um papel fundamental de coordenação econômica. ^{1º} Ou, em outras palavras, está implícito que a coordenação do sistema econômico no capitalismo contemporâneo é, de fato, realizada não apenas pelo mercado, como quer o neoliberalismo conservador de alguns notáveis economistas neoclássicos, ^{2º} mas também pelo Estado: o primeiro coordena a economia através de trocas, o segundo, através de transferências para os setores que o mercado não logra remunerar adequadamente segundo o julgamento político da sociedade. Assim, quando há uma crise importante no sistema, sua origem deverá ser encontrada ou no mercado, ou no Estado. A Grande Depressão dos anos 30 decorreu do mau funcionamento do mercado, a Grande Crise dos anos 80, do colapso do Estado Social do século vinte.

Os dois choques do petróleo o primeiro em 1973 e o segundo em 1979 prejudicaram os países importadores de petróleo, pois o preço do barril aumentou de forma que prejudicou a balança de pagamentos, provocando endividamento dos países subdesenvolvidos, em 1983 quando os países centrais começam a se recuperar os países subdesenvolvidos começam a pagar suas dívidas (BRUM, 2008).

Em 1980 a América Latina entrou em crise, “decorrentes de estrangulamentos internos e dificuldades externas. O maior problema externo estava relacionado com o endividamento junto aos bancos internacionais, sobretudo os norte-americanos” conforme Brum (2008, p. 101).

A crise da dívida externa se deu porque primeiramente os EUA não cumpriram os regulamentos bancários e extrapolaram nos empréstimos, no caso do Brasil os bancos chegaram a emprestar 60% enquanto o limite era somente 15%, então aconteceu que os países latinos não tinham capacidade para honrar esses pagamentos, além do que as taxas de juros eram flutuantes dificultando a capacidade dos países latinos de pagarem suas dívidas. Para combater a inflação nos EUA o Banco Central dos Estados Unidos elevaram suas taxas de juros sobre o dólar, segundo Brum (2008). Isso dificultou os países pobres a conseguirem novos empréstimos. E na sequência em 1980:

O governo dos EUA (Ronald Reagan) e as agências de desenvolvimento norte-americanas passaram a recomendar aos países latino-americanos a adoção de políticas neoliberais para fazer frente ao endividamento externo e à crise econômica em que estavam mergulhados. O primeiro país a adotar o novo ideário foi o Chile, a partir de 1982, seguiram-se outros (BRUM, 2008, p. 103).

Salinas (1997, p. 131) explana que: “A dívida, a cobrança de seus serviços e a própria amortização foram instrumentos com os quais a América Latina contribuiu para saldar o custo da crise que afetou as economias desenvolvidas”. E em contrapartida aumentou a diferença econômica entre os países ricos e pobres.

Com o rompimento do período desenvolvimentista e o firmamento das diretrizes do Consenso de Washington⁷, da qual o país passou a adotar a teoria neoliberal que ganhou força no Governo de FHC, iniciado no período de Fernando Collor.

Em novembro de 1989 nos EUA foi realizado um encontro informal que originou o chamado Consenso de Washington da qual priorizava dez áreas principais, a saber: Brum (2008):

1. disciplina fiscal;
2. priorização dos gastos públicos;
3. reforma tributária;
4. liberalização financeira;
5. regime cambial;

⁷Conjunto de trabalhos e resultados de reuniões de economistas do FMI, do Bird e do Tesouro dos Estados Unidos realizadas em Washington D.C no início dos anos 90.

6. liberalização comercial;
7. investimento direto estrangeiro;
8. privatização;
9. desregulação; e
10. propriedade intelectual.

Para Brum (2008, p. 420); “a crise brasileira dos anos de 1980 e começo dos 90 foi talvez a mais longa, profunda e complexa da nossa história. E, conseqüentemente, de mais difícil superação”.

Citando Oliveira (1998, p. 16) “Toda a ideologia antiestatizante, neoliberalizante do governo FHC, que não seria mais que ‘realismo’, uma vez que esta é a tendência universal, é fraca para esconder, na verdade, uma intervenção total e desapiedada sobre a sociedade”.

Este foi um período desacreditado, em que muitas empresas públicas foram privatizadas no Brasil. Brum (2008) menciona que o neoliberalismo tem limites e mostrou-se insuficiente, além de ter mostrado aspectos negativos em vários países, que o faz ser analisado com mais cautela. Ainda porque tem tendência concentradora, seletiva, excludente e marginalizante.

Bresser-Pereira (1998, p. 51) salienta que:

O Estado entra em crise fiscal, perde em graus variados o crédito público, ao mesmo tempo em que vê sua capacidade de gerar poupança forçada a diminuir, senão a desaparecer, à medida que a poupança pública, que era positiva, vai se tornando negativa. Em consequência, a capacidade de intervenção do Estado diminui dramaticamente. O Estado se imobiliza.

Então pode-se dizer que a década de 90 foi um período de pouco crescimento para o Brasil, nesta época o cenário se encontrava com “política de controle cambial, juros elevados, e sucessivas crises financeiras internacionais”, segundo a (Revista Fatos & Números Brasil, 2004, p.12-13). Em 1994 com a implantação do Plano Real que acabou ocasionando uma expansão do consumo o PIB apresenta uma ligeira melhora. E de uma forma mais ampla, com o advento da globalização o mundo tornou-se mais competitivo, e o papel do Estado deixou de ser aquele idealizado pelos desenvolvimentistas, deixou de ser protetor das empresas para ser impulsor do crescimento, preparando-se para ser competitivo (BRESSER-PEREIRA, 1998).

Bresser-Pereira (1998, p. 51) afirma: “A crise do Estado está associada, de um lado, ao caráter cíclico da intervenção estatal, e de outro, ao processo de globalização, que reduziu

a autonomia das políticas econômicas e sociais dos estados nacionais”. A partir deste ponto é cobrado do Estado que ele passe a ser mais atuante em termos gerais, pois ele também deve ser, ou melhor, deve pensar e agir como capitalista. Inovando e buscando parcerias e clientes, claro não abandonando seu papel social. Então pode-se dizer que o Estado Social-Burocrático foi o modelo de Estado que entrou em crise, e assim fez-se necessária a reforma do Estado.

2.1.2.2 Reforma do Estado – anos 90

Após a crise que iniciou em 1970 e explodiu nos anos 1980, com o Estado inchado e desacreditado, abandonou-se a ideia do Estado mínimo e inicia-se por volta de 1990 à reforma do Estado. A tese da reforma⁸ ou da reconstrução do Estado⁹, foi aceita após o centro-direita pragmática e as elites internacionais, aceitarem que a proposta do centro-esquerda social liberal estava correta, Bresser-Pereira (1998).

Conforme Bresser-Pereira (1998, p.54):

O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento tornaram os empréstimos para a reforma do Estado prioritários. As Nações Unidas promoveram uma assembleia geral resumida sobre a administração pública. Muitos países criaram ministérios ou comissões de alto nível encarregadas da reforma do Estado. O *World Development Report* de 1997 tinha originalmente como título *Rebuilding the State*. A reforma do Estado tornou-se o lema dos anos 90, substituindo a divisa dos anos 80: o ajuste estrutural.

Percebe-se que há uma preocupação em revitalizar o papel do Estado, após a crise, a ideia é torná-lo menor, porém, focado para as atividades que lhe são específicas tais como: saúde, educação, desenvolvimento tecnológico e científico, e o Estado não deve ser tão protetor, mas sim impulsionador para que se torne competitivo internacionalmente, ou seja, caminha-se para um Estado Social-Liberal (BRESSER-PEREIRA, 1998).

Para o autor Bresser-Pereira (1998, p. 54), são quatro componentes ou processos básicos da reforma do Estado dos anos 90.

⁸Reforma que significa transitar de um Estado que promove diretamente o desenvolvimento econômico e social para um Estado que atue como regulador e facilitador ou financiador a fundo perdido desse desenvolvimento.

⁹Reconstrução do Estado significa: recuperação da poupança pública e superação da crise fiscal; redefinição das formas de intervenção no econômico e no social através da contratação de organizações públicas não-estatais

- a) a delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através dos programas de privatização, terceirização e ‘publicização’ (este último processo implicando na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta);
- b) a redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário através de programas de desregulação que aumentem o recurso aos mecanismos de controle via mercado, transformando o Estado em um promotor da capacidade de competição do país a nível internacional ao invés de protetor da economia nacional contra a competição internacional;
- c) o aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo através do ajuste fiscal, que devolve autonomia financeira ao Estado, da reforma administrativa rumo a uma administração pública gerencial (ao invés de burocrática), e a separação, dentro do Estado, ao nível das atividades exclusivas de Estado, entre a formulação de políticas públicas e a sua execução; e
- d) o aumento da governabilidade, ou seja, do poder do governo, graças à existência de instituições políticas que garantam uma melhor intermediação de interesses e tornem mais legítimos e democráticos os governos aperfeiçoando a democracia representativa e abrindo espaço para o controle social ou democracia direta.

Nestes termos, procura-se então reduzir o tamanho do Estado, ou seja, diminuir o número de empregados, então usa-se para isso os programas de privatização¹⁰, terceirização¹¹ e publicização¹². O estado deixa de interferir na economia, deixa de ser protetor para estimular a economia nacional para a competição internacional, e torna-se um Estado mais efetivo, isso se dá pelo aumento da governança¹³ e da governabilidade¹⁴.

Salienta Bresser-Pereira (1998, p. 55) “que reformar o Estado significa, antes de mais nada, definir seu papel, deixando para o setor privado e para o setor público não-estatal as atividades que não lhe são específicas”. E claro as atividades exclusivas do Estado permanecerão com o Estado.

Em Bresser-Pereira (1998) é apontado um leque de Mecanismos de Controles. Sendo três mecanismos de controles fundamentais, (perspectiva institucional);

- o Estado;
- o mercado; e
- a sociedade civil.

Três mecanismos de controles, (perspectivas funcionais);

- controle hierárquico ou administrativo;
- controle democrático ou social; e

para executar os serviços de educação, saúde, e cultura; e reforma da administração pública com a implantação de uma administração pública gerencial (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 53).

¹⁰Transformação de uma empresa estatal em empresa privada.

¹¹Transferir para o setor privado serviços auxiliares ou de apoio.

¹²Transformação de uma organização estatal em uma organização de direito privado porém público não-estatal.

¹³Capacidade financeira e administrativa em sentido amplo de uma organização de implementar suas políticas conforme Bresser-Pereira (1998, p. 17).

¹⁴Capacidade política de governar ou governabilidade deriva da relação de legitimidade do Estado e do seu governo com a sociedade (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 17).

- controle econômico via mercado.

Explicando os itens acima, no Estado está incluído o sistema legal ou jurídico, o mercado é o sistema econômico competitivo e a sociedade cível organiza-se para defender seus interesses particulares, corporativos. O controle hierárquico ou administrativo é o controle exercido dentro das organizações sejam elas públicas ou privadas.

O controle democrático ou social exerce controle político sobre as organizações e sobre os indivíduos. Na verdade esses mecanismos de controles interagem entre si e dependendo da época um se sobressai sobre os outros, eles tem um caráter histórico e obedecem ao princípio de maior democracia, difusão do poder, princípio econômico da eficiência, princípio da maior automaticidade dos controles e aumento do espaço público não-estatal (BRESSER-PEREIRA, 1998). Além de que “Os mecanismos de controle das sociedades capitalistas contemporâneas obedecem a uma gradação que vai do controle pelo mercado ao controle hierárquico tradicional”, palavras de Bresser-Pereira (1998, p. 68).

Dentro dessas premissas de leque de controles, destacamos os itens que aparecem com maior relevância na reforma do Estado nos anos 90:

- Governança: A Reforma Administrativa; e
- Governabilidade: A Reforma Política.

Governança significa, capacidade financeira e administrativa em sentido amplo de uma organização implementar suas políticas. Mas o que aconteceu na crise de 80 foi justamente o contrário o Estado perdeu sua capacidade financeira e administrativa porque houve crise fiscal, poupança pública negativa. Então na reforma de 90 o Estado passa a dar prioridade à governança. A reforma administrativa ocorre em momentos diferentes nos Estados. No Brasil ocorreu em 1995 com a aprovação do Plano Diretor da Reforma do Estado¹⁵ no governo de Fernando Henrique Cardoso (BRESSER-PEREIRA, 1998).

A governança da credibilidade, sustentação ao governo e por isso aumenta sua governabilidade. “Uma boa governança, aumenta a legitimidade do governo e, portanto a governabilidade do país” Fritschak (1994, apud Bresser-Pereira, 1998, p. 65).

Governabilidade significa capacidade política de governar porque nos anos 90 a reforma política se faz necessária diante de uma mudança geral na sociedade mundial, ou seja, com a globalização e após as crises o Estado precisou reformular suas políticas tornando o Estado mais democrático, intermediário dos conflitos de interesses entre classes sociais, ter

¹⁵O Plano Diretor da Reforma do Estado foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado e depois de ampla discussão, aprovado pela Câmara da Reforma do Estado em sua reunião de 21 de

representatividade política, ter uma imprensa livre e responsável que reflita os anseios da população, que seja um Estado transparente e preparado para os desafios do séc. XXI Bresser-Pereira (1998). Também se pode dizer que houve um aprofundamento nas relações Estado e sociedade.

Enfim a reforma nos anos 90, foi tão importante quanto necessária, e não havia outra saída para sair dos efeitos negativos da crise e enfrentar o atual mundo globalizado a não ser que se fizesse uma reforma do Estado.

2.1.3 Globalização e Estado: definição de projeto e aproveitamento de oportunidade

A dinâmica da globalização mudou os rumos do Estado, no contexto desta transformação, qual será a tendência nas estruturas burocráticas do Estado em relação à falta de limites entre as fronteiras territoriais, sendo que a sua interação não é mais o seu espaço delimitado.

Diniz (2007) salienta que houveram transformações em relação ao papel do Estado, já a partir da ruptura com o modelo nacional-desenvolvimentismo, e essas mudanças ocorreram nas últimas duas décadas, a estratégia de substituições por importações que perdurou por longos 50 anos, entre 1930/1980, também ficou para trás, era o modelo que sustentava a industrialização no país. Além de outros fatores como a crise internacional a partir dos anos 80, pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI), enfim foram vários fatores que contribuíram para as mudanças inclusive a globalização, mas não exclusivamente a globalização.

É verdade que com a globalização há a impressão que os países estão menos distantes. Lacoste (2004, p. 23) salienta que “A rapidez com a qual se efetuam agora as interações entre o local e o mundial é que dá a impressão de que a Terra encolheu”. Na verdade ficou mais fácil a interação e o acesso ao mundo, seja no aspecto de governo ou mesmo de indivíduos, para assuntos pessoais ou corporativos. É importante o processo de globalização, e não questiona-se isso, mas sim os efeitos deste processo.

Estreita-se as relações econômicas, sociais, culturais e políticas com o mundo, esse se conhece e se mostra. Há troca de ideias e informações, debates sobre os assuntos sociais,

econômicos, financeiros, religiosos e culturais, que nunca estiveram tão disseminadas pelo mundo como agora. As inovações tecnológicas principalmente as telecomunicações e a internet que foram instrumentos que deram agilidade para o processo de globalização. E isso é enriquecedor para o ser humano, o intercâmbio de informações, inovações, enfim o homem se modernizou, progrediu, prosperou, etc. Porém a mundialização não é igual para todos e muitos estão excluídos deste processo. Giddens (2007, p.15) enfatiza que:

No geral a globalização afeta quase todos os países de forma direta e indireta e também de forma positiva ou negativa. Entre os aspectos positivos cita-se: troca de informações, ideias, novas tecnologias, acordos bilaterais, multilaterais, intercâmbio (cultural, acadêmico, lazer, etc.), disseminação do conhecimento, interação entre as pessoas, entre outros. E nos aspectos negativos listamos: terrorismo, pandemias, epidemias, xenofobia, aumento da poluição, interferência política, imposição cultural, exclusão e outros. Mas nem tudo é resultado da internacionalização, Diniz (2007, p. 20 e 21) argumenta que:

A forma de condução deste conjunto de transformações é um processo de grande complexidade. Por isso, não pode ser considerado sob um ponto de vista determinista como se fosse o resultado inexorável do processo de globalização, expressando a lógica inelutável da nova ordem mundial. A sequência, o ritmo e o conteúdo das mudanças sofreram variações significativas, que não foram ditadas por critérios exclusivamente técnicos, senão que obedeceram a decisões de natureza política. Em que grau os êxitos e fracassos devem ser atribuídos às restrições externas decorrentes da globalização? Ou, alternativamente, em que medidas resultaram das escolhas dos dirigentes responsáveis pelos governos nacionais?

Para Diniz (2007) sob a globalização é necessário que o processo de constituição do Estado na América Latina supere três modalidades. Em primeiro lugar; enfrentar o déficit de inclusão social, em segundo lugar enfrentar o déficit de capacidade de implementação do Estado e em terceiro lugar reconhecer a lacuna representada pelo déficit de *accountability*¹⁶. Ou seja, a autora defende que o Estado não foi capaz de manter uma democracia que efetivamente abrangesse a todos de forma igualitária, é preciso resgatar a parcela da população que ficou para trás no processo, só assim poderemos de fato dizer que o Estado efetivamente cumpriu seu papel.

Diniz (2007) comenta que a globalização é movida por um conjunto de políticas e atores internos e externos que se movem e interagem de modo que personificam as relações globais, atuando de forma desigual por trás de escolhas que na verdade ditam as relações comerciais, econômicas facilitando para o lado que lhe convêm aquele que tem mais poder.

¹⁶ Significa capacidade de prestar contas, e que no mercado financeiro representa a legitimidade e confiança que uma instituição financeira tem junto ao público ou aos seus acionistas.

Furtado (1992, p. 24, apud Diniz, 2007, p. 26 e 27) “A atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais não é outra coisa senão a prevalência de estruturas de decisões transnacionais, voltadas para a planetarização dos circuitos de decisões”.

Logo, cabe a redefinição do papel do Estado na era globalizada, pois seu papel se torna cada vez mais significativo, pois cabe a ele defender seus interesses em meio a tantos desafios que são impostos por outras nações, a busca pelos interesses individuais de cada país se torna um concorrente feroz, então cabe ao Estado definir estrategicamente que posição tomar, veja alguns casos de países que não aderiram à cartilha do Consenso de Washington¹⁷, como, por exemplo: a China que hoje é uma das economias que mais crescem.

Rodrik (2002, p. 278, apud Diniz, 2007, p. 29) fala que:

Os poucos exemplos de sucesso ocorreram em países que dançaram conforme sua própria música e dificilmente serviriam de cartazes de propaganda para o neoliberalismo. É o caso da China, do Vietnã e da Índia – três nações importantes que violaram praticamente todas as regras do manual neoliberal, mesmo tomando um rumo mais orientado para o mercado.

Com as palavras de Rodrik acima, acredita-se que dificilmente uma nação vai agir em causa alheia, ela sempre vai agir por interesses próprios, visando melhorar seus dados econômicos e sociais, então cabe a cada nação agir em defesa própria, procurando atender aos anseios de seu povo, garantindo também a sua sustentabilidade futura, daí a importância do Estado.

Mas quando iniciou a globalização? Iniciou-se antes do século XX, mas é no final do século XX que ela se efetivou, logo após a queda do socialismo no leste europeu e na União Soviética. Diniz (2007, p. 24) salienta que: “O fenômeno da globalização, que vem caracterizando a economia internacional desde o início da década de 1980”.

No âmbito da globalização baixara-se os custos, então falava-se da busca pelo lucro em países diferentes onde a mão-de-obra e a matéria-prima são mais baratas. Então a partir dos aspectos econômicos pode-se ressaltar que a busca pelo lucro, a imposição capitalista, acaba por atingir os demais países, interferindo em todas as outras relações mundiais, como um efeito multiplicador. Os países que produzem com menos custos e às vezes à custa de exploração de mão-de-obra, acabam por criar outros problemas sociais, desemprego, etc. Mas

¹⁷Conjunto de trabalhos e resultado de reuniões de economistas do FMI, do Bird e do Tesouro dos Estados Unidos realizadas em Washington D.C no início dos anos 90. Os países desenvolvidos recomendavam aos países em desenvolvimento que esses adotassem políticas de aberturas de seus mercados e o “Estado Mínimo”.

há um dilema, pois se protege o produtor do país, e sacrifica os consumidores que estarão pagando mais caro, ou privilegia os consumidores e sacrifica o produtor e um grupo de trabalhadores. Claro que é um dilema e é necessário aprofundar muito mais a questão acima, porém é onde entra o papel do Estado, para proteger tanto um lado como o outro, no desenvolvimentismo tinha-se a intenção de progresso, porém, com a intervenção do Estado na economia. Já nos governos Neoliberais deu-se mais atenção a livre concorrência e um mínimo de participação do Estado na economia, por isso que neste período teve-se um agravamento das desigualdades sociais no Brasil e no mundo.

Percebe-se que a globalização é praticamente irreversível e traz modernidade. As nações devem focar seus objetivos econômicos para não terem prejuízos no futuro. No mundo globalizado as nações podem estar muito sensíveis a atitudes de outras nações, ou seja, um acordo mal feito pode acarretar prejuízos reversíveis ou até mesmo irreversíveis à outra nação. Como percebe-se não são somente os países subdesenvolvidos que podem ser prejudicados, qualquer economia deve ficar prevenida para não depender dos outros países em sua base de produção.

No mundo globalizado crescimento não é sinônimo de bem estar, pode um país estar crescendo economicamente, mais isso não garante que toda a população está crescendo, Magnoli (1997, p. 93) enfatiza que: “Na era da globalização, o PIB pode crescer aceleradamente enquanto a renda média da população permanece estagnada ou retrocede”.

A globalização como já havia-se dito antes, traz aspectos positivos e negativos da qual não pode-se negar. Sachs (2004, p. 87) interpreta que: “A globalização não é nem o inimigo nem a salvação do desenvolvimento. Ela constitui um processo muito mais complexo, que comporta dimensões positivas tanto quanto dimensões negativas significativas”.

Para Diniz (2007) o Estado deve permanecer ativo, participando de fóruns, debates internacionais, enfrentar seus desafios internos e externos, pois se o Estado se fechar para o exterior amargara prejuízos maiores, ou seja, o Estado deve exercer seu papel e garantir seus direitos.

Não é difícil perceber que nos lugares onde o Estado se torna ausente, ou seja, na ausência do Estado nas periferias, favelas, onde o poder aquisitivo é bem menor, nos excluídos economicamente é que encontra-se um maior número de homicídios e violência, que cada vez se agrava mais, lugares estes que o Estado tem dificuldades de atingir, ali se encontram os maiores índices de pobreza no Brasil. Assim ocorre no âmbito econômico, deixar livres os espaços econômicos nacionais pode significar perda de autonomia e soberania dos interesses do país.

Diniz (2007) fala que o papel do Estado é cuidar dos interesses coletivos, principalmente no que diz respeito às áreas sociais e de planejamento, além de manter os serviços de defesa, segurança, serviços públicos essenciais, saúde educação e infraestrutura, pois alguns desses serviços não podem ficar somente nas mãos do mercado.

Brum (2008) argumenta que há duas visões de globalização uma no âmbito econômico e outra no do bem-estar social que por vezes essas visões estão em confronto entre si. Se a globalização está presente e pode ser o caminho para o progresso, então ficar de fora pode por vezes ser pior, cabe ao governo buscar soluções que se adéquem a sua nação. Brum, (2008, p. 83), diz que: “a agenda da globalização não pode esgotar-se na sua dimensão econômica e de segurança internacional. Deve ser muito mais abrangente”. O autor defende que as questões humanitárias devem ser priorizadas e reconhece que o fato da Organização das Nações Unidas (ONU) promover conferências versando sobre este tema contribui para a conscientização Brum (2008).

A agenda da globalização deve incluir a questão central da pessoa; a questão da democracia; a questão dos direitos humanos; a questão dos direitos das mulheres, das crianças e dos idosos; a questão do meio ambiente; a questão do desenvolvimento e da cooperação internacional; a questão populacional e demográfica; a questão da habitação; as questões da liberdade, da justiça e da paz (BRUM, 2008, p. 84).

A globalização atinge os países e até mesmo as pessoas de forma diferente, pois estar preparado para a globalização, também pode fazer a diferença. “Por isso, há que se buscar a ‘convergência entre a agenda internacional e as agendas nacionais’ ” (CARDOSO, 1995b, p. A-8 apud BRUM, 2008, p. 84). Assim sendo, o país deve definir projetos, se perder oportunidades que o mundo globalizado oferece, pode significar perda para alcançar o crescimento econômico.

Brum (2008, p. 553) comenta que:

Uma inserção subordinada, submetendo o país a um papel secundário na ordem mundial, não é aceitável. A estratégia do projeto brasileiro-desde logo e nos médio e longo prazos – precisa contemplar uma aspiração maior, de ator respeitado no cenário mundial, ou seja, uma inserção soberana no plano internacional. Para tanto: capacitação do nosso povo; investimentos pesados em ciência e tecnologia; aumento da taxa de poupança interna; aproveitamento do capital externo de risco; fortalecimento da nossa base industrial e agrícola; Estado moderno e eficiente, comprometido com sua característica pública e capaz de definir e viabilizar prioridades, exercer sua função regulatória, controlar os excessos do poder econômico e promover os segmentos carenciados - tudo relativamente fácil de elencar, mas difícil e demorado para realizar.

Ressaltando a importância do Estado na globalização, o país deve buscar conhecimento, avanço tecnológico, enfim não ficar com o simples papel de espectador, mas também ser atuante, inovando e sempre em busca do crescimento econômico, inclusive a longo prazo, para isso é fundamental que o país invista em pesquisa e desenvolvimento, fazer uso adequado de seus recursos naturais e com isso gerar riqueza para a nação.

2.1.4 Estado Schumpeteriano

2.1.4.1 Transição para o Estado Schumpeteriano

Necessidades de se criarem novos padrões de acumulação capitalista foram sendo necessários a partir das crises das quais atingiram várias economias em diversas épocas e o próprio esgotamento do sistema, então procurou-se um novo padrão, para dar um novo rumo ao desenvolvimento econômico para garantir crescimento aos mercados. E assim o período fordista¹⁸ foi considerado ultrapassado, pois era considerado muito rígido, e essa rigidez não era bem vinda ao mundo globalizado, onde a flexibilização é considerada como um fator muito importante para a competitividade e assimilação das novas tendências do mercado.

O Estado capitalista no período pós-guerra juntamente com fatores fordistas foi considerado o Estado Keynesiano. Conforme explica Arienti (2003, p. 100):

O Estado capitalista, com sua autonomia política e institucional, que se construiu principalmente nas economias desenvolvidas do pós-guerra e se articulou com os demais fatores tipicamente fordistas, tem características que podem ser sintetizadas como Keynesianas, ao justificar gastos estatais com impactos tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da demanda e também para financiar a formação do regime de bem-estar social.

O Estado Keynesiano juntamente com o fordismo se esgotaram pela rigidez, e essa rigidez estava presente em vários momentos, em diferentes fatores. Segundo Harvey (1992) os problemas com a rigidez se encontravam nos:

¹⁸Conjunto de métodos de racionalização da produção elaborado pelo industrial norte-americano Henry Ford, baseado no princípio de que uma empresa deve dedicar-se somente a produzir um tipo de produto. Para reduzir os custos, a produção deveria ser em massa, e dotada de tecnologia capaz de desenvolver ao máximo a produtividade de cada trabalhador.

- Investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo;
- Sistemas de produção em massa;
- Nos mercados; e
- Na alocação e nos contratos de trabalho.

E esses problemas desencadeavam em outros problemas tais como greves entre outros. Então ficou evidente que essas políticas Keynesianas do bem estar social em conjunto com o fordismo estavam sendo questionados, pois o momento pedia flexibilização.

As crises nas décadas de 70 e 80 nos Estados nacionais levaram essas economias a repensar sobre as políticas econômicas Keynesianas e chegaram à conclusão que estavam onerando demais os Estados que já se encontravam em difícil situação financeira (ARIENTI, 2003).

Então a partir daí nasce o período pós-fordista da qual o Estado Schumpeteriano é citado. Jessop (1993 apud ARIENTI, 2003, p. 103) afirma que: “o Estado Schumpeteriano e do trabalho é a melhor forma de Estado para o pós-fordismo”. Ou seja, essa passagem foi à forma encontrada para uma nova acumulação capitalista que passou a ser considerada viável e necessária para os novos rumos que a economia mundial tomou ao longo dos anos.

2.1.4.2 Consolidação do Estado Schumpeteriano

O Estado Schumpeteriano nasce da necessidade de articulação entre o capital público e privado e suas formas de atuação. Essa parceria vem com o intuito de viabilizar as economias para que essas se tornem competitivas diante dos mercados: nacional e internacional é um ajustamento previsível que se faz para dinamizar as economias que tomaram rumos diferentes, rumos esses que pode-se citar como: novas tecnologias, aberturas de novos mercados, aumento da demanda por novos produtos (inovação), força de trabalho mais qualificada, etc.

Arienti (2003, p. 104) explana que: “...a estrutura estatal deve se adaptar ao novo contexto econômico que, por sua vez, impôs deslocamentos de poder.” Então cabe ao Estado apoiar e também criar condições para que as economias se desenvolvam, e isso se faz interagindo com o capital privado, articulando-se com o empresariado (ARIENTI, 2003).

Mas quais são as políticas Schumpeterianas adotadas para satisfazerem essas condições? As políticas Schumpeterianas adotadas: conforme Arienti (2003, p. 104-105):

“Seriam aquelas que atuariam pelo lado da oferta para promover a ampliação da capacidade inovativas das empresas e sua difusão para as cadeias de produção e, com isso, aumentar seu poder competitivo em mercados de grande concorrência”.

Pela política Schumpeteriana adotada, percebe-se que agora o papel do Estado em parceria com o setor privado é bem forte, tornando-se claro que o envolvimento entre os dois setores deve, ou pelo menos pretende ajustar a economia de forma que satisfaça todos os lados, sendo que um lado, o privado está em busca de lucros, e o setor público está em busca de crescimento econômico da nação priorizando o bem estar de seus povos, em forma de empregos, saúde, educação, enfim buscando sanar as necessidades dos cidadãos, garantindo a paz e a segurança nacional.

Para dar dinamismo a essas novas políticas, é necessário que o Estado atue em paralelo viabilizando as relações em alguns aspectos que antes eram considerados rígidos, e por isso mesmo foram colocados em dúvida, então aponta-se três itens destacados pelo autor Arienti (2003, p. 105):

i) uma força de trabalho mais flexível, isto é, mais adaptada à multiplicidade de tarefas exigidas pelas novas tecnologias e nova organização da produção, ii) um mercado de trabalho mais flexível, isto é, menos regulamentado pelo governo e de resposta mais rápida e menos onerosa às necessidades ora de contratação ora de dispensa frente às variações de vendas, e iii) uma flexibilização, para baixo, nos custos indiretos da mão-de-obra, isto é, uma reforma na legislação trabalhista e previdenciária com provável diminuição de benefícios, tendo em vista as necessidades de comprimir custos empresariais frente às pressões competitivas.

Uma força de trabalho mais flexível requer que os empregados sejam mais dispostos a mudanças, que podem ser de várias formas, na verdade o mercado exige que os empregados sejam dinâmicos para realizarem tarefas simultaneamente, rápidos para aprenderem a operar em novos equipamentos, que estejam sempre buscando qualificação e aperfeiçoamento, prontos para mudar de endereço se for preciso, etc.

Em relação à flexibilização para baixo os empresários desejam uma diminuição dos custos, dentro do processo, para ser competitivo, mas essa diminuição pode estar ligada diretamente aos salários por exemplo. Enfim o mercado se torna mais competitivo, mas parece que é preciso um esforço coletivo, e às vezes esse esforço também é cobrado daqueles “os trabalhadores” que não teriam muito para contribuir, ou melhor, não gostariam de contribuir dessa forma “redução de salários”.

“Apesar do Estado manter suas típicas funções capitalistas de soberania, de apoio à acumulação e de hegemonia política e controle social, o desempenho destas funções em um novo contexto impõe um deslocamento de poder” afirma Arienti (2003, p. 106).

Esse deslocamento se deve ao atual mundo globalizado, onde o poder não é mais centrado nacionalmente, na verdade os Estados não conseguem mais identificar-se internamente sem um olhar para o lado internacional, ou seja, não depende mais das vontades dos Estados decidirem sozinhos ou isoladamente suas próprias agendas, há necessidade de interagir com o exterior.

Segundo Jessop (apud ARIENTI, 2003, p. 106) “identifica três tendências de deslocamento e de divisão do poder estatal que tendem a um ‘esvaziamento’ (*hollowing out*) do Estado”.

1. deslocamento do poder “para cima” do Estado nacional para organizações internacionais e intergovernamentais;
2. deslocamento de poder “para baixo” do Estado central para as esferas regionais e locais; e
3. deslocamento de poder “para fora” envolve a formação de redes horizontais de poder internacional, regional e entre governos e organizações da sociedade civil.

Conforme as três tendências apontadas pelo autor a primeira, um deslocamento do poder “para cima” do Estado nacional para organizações internacionais e intergovernamentais, pois os Estados nacionais não decidem mais totalmente os rumos da sua própria economia e sim são levados pelos mecanismos internacionais, tais como: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), Grupo dos sete entre outros, as economias em desenvolvimento são as que menos participam destas decisões que acabam sendo quase totalmente decididas pelas maiores economias.

A segunda tendência, um deslocamento “para baixo”, ou seja, parte do Estado central para as esferas regionais e locais deve-se aproveitar as especificidades locais e regionais, ou seja, deve-se dar atenção às vantagens comparativas regionais, a inovação tecnológica e os *clusters*¹⁹ locais (ARIENTI, 2003). Cada região por ter as suas especificidades, logo tem vantagens ou desvantagens em certos setores, então cabe aproveitar as vantagens locais.

¹⁹Clusters - termo em Inglês que significa “blocos” ou “ajustamentos”.

E quanto à terceira tendência um deslocamento de poder “para fora” envolve a formação de redes horizontais de poder internacional, regional e entre governos e organizações da sociedade civil, aqui os Estados tem espaço para opinarem nas decisões e articulações, se utilizando de organismos tais como Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul)²⁰, Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta)²¹, Comunidade Europeia²², Jessop (1998, apud Arienti, 2003).

A transformação do Estado Keynesiano para um Estado Schumpeteriano diz que as políticas por ora Schumpeterianas estariam mais adaptadas ao atual mundo globalizado, sendo que a flexibilidade é importante para o Estado ser competitivo, é preciso um dinamismo para superar os atrasos econômicos principalmente dos países em desenvolvimento. E a responsabilidade não pode ficar nas mãos do Estado, mas também não deve ficar nas mãos do capital privado, mas devem estar articulados entre si.

²⁰Criado em 1990, oficialmente em 1991.

²¹Criado em 1994 para ampliação do acordo criado em 1989 entre EUA e Canadá, agora inclui o México.

²²Criado oficialmente em 1967.

3 TRAJETÓRIA DAS AÇÕES DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) – DÉCADAS DE 1950 A 1980

Neste capítulo apresentam-se os principais acontecimentos, contextualizando as ações do Banco com os acontecimentos político-econômico de cada período e também a relação capital-privado nacional com o Banco, pois este terá grande participação na estruturação produtiva nacional. Para tanto, na seção 3.1 busca-se recuperar a década de 50 o apoio à energia e transporte, na seção 3.2 busca-se a década de 60 analisa-se a diversificação dos setores, na seção 3.3 busca-se na década de 70 apontar as ocorrências de promoção do banco no “milagre econômico”, na seção 3.4 busca-se igualmente recuperar a década de 80 os esforços da “década perdida” e a responsabilidade social. Na seção 3.5 faz-se uma síntese conclusiva.

3.1 DÉCADA DE 50 - ENERGIA E TRANSPORTE

3.1.1 Contexto político-econômico

Em 20 de junho de 1952 através da Lei nº. 1.628²³ foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico²⁴ (BNDE) atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nesta época o Brasil necessitava de um Banco para financiar os investimentos em infraestrutura, indústria de base, pesquisa tecnológica, exportações e também das importações de bens de capital entre outros, além de precisar obter divisas para superar a crise cambial (BNDES, 2002). E não havia nenhum banco no Brasil para financiar esses setores a longo prazo.

O Banco foi criado para fomentar o desenvolvimento dos setores básicos da economia brasileira, nos planos público e privado e recebeu o auxílio do Banco Internacional

²³Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952. Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3º da Lei nº. 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação, autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal, cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), abre crédito especial e dá outras providências. Publicado em DOFC PUB 20/06/1952 010017 1 Diário Oficial da União. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br>>.

para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e do Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos (Eximbank) (BNDES, 2009).

No cenário mundial o período pós-segunda Guerra Mundial, apesar de ser um fator negativo, pois traz destruição e morte, seu fim trouxe benefícios para o desenvolvimento da indústria brasileira e tornava-se ao período de substituição de produtos importados (BNDES, 2009). Este era o segundo governo de Getúlio Vargas²⁵, porém um pouco antes em 1950 houve uma Conferência de Embaixadores no Rio de Janeiro, na qual se formou a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (CMBEU), desta Comissão houve acordos que acabaram por impulsionar a criação do Banco.

Em 1949, os EUA, representado por seu Presidente Truman²⁶, prometia ajudar os países pobres, porém preocupado com a ameaça Soviética acabou dando assistência para a Ásia e Europa ficando os países Latinos com algo em torno de 2%. Esse também é um dos fatores que levaram mais tarde o próximo governo a pensar na criação de um Banco, pois a expectativa de ajuda externa era cada vez mais distante. Se o país queria crescer era preciso quem o financiasse. No Brasil por volta de 1950 logo após a eleição, o governo Vargas, pediu apoio financeiro ao Banco Mundial e ao Eximbank norte-americano (BATISTA, 2002).

Porém esse apoio ficava abaixo das expectativas. Após esse cenário o Banco começa a desenvolver suas atividades e admite o primeiro Presidente do BNDES que se chamava Ary Frederico Torres, o ministro da Fazenda era Horácio Lafer da qual esse preocupava-se com o crédito no Brasil, desenvolvimento e industrialização no país e por isso foi um dos que se dedicaram para a criação do Banco (CELSO LAFER²⁷ 2002).

Vários órgãos tiveram participação direta ou indireta com a criação do Banco, pois era algo novo e precisava de muitos estudos. Um mapeamento da situação do país se fazia necessária para a correta aplicação dos recursos.

Roberto Campos nesta época trabalhava nas Nações Unidas e procurou a Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL), para ver se era possível uma cooperação entre os dois órgãos, já que a CEPAL tinha tido uma experiência no México e no Chile além de ter feito um trabalho sobre técnicas de planejamento chamado 'Técnica de programação'. Então

²⁴O objetivo da nova autarquia federal era ser o órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico (BNDES, 2009).

²⁵Getúlio Vargas tomou posse em 31 de janeiro de 1951.

²⁶O presidente anunciou quatro linhas de ação para a política externa norte-americana, sendo o quarto ponto o compromisso de tornar o conhecimento técnico norte-americano disponível para as regiões pobres do mundo conforme Vianna (1990a, p.118).

²⁷Celso Lafer - Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (1999).

Raúl Prebisch sugeriu que se criasse o Grupo Misto Cepal-BNDE²⁸, que foi dirigido pelo economista Celso Furtado (FURTADO²⁹, 2002).

O Banco também se associou com o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, para obter dados sobre a evolução da renda nacional, pois era fundamental para o Banco dispor de dados, já que ele não era apenas um emprestador visando lucros, mas sim um instrumento de desenvolvimento para o país, e como tal o Banco era muito preocupado em saber como e onde investir. O instituto oferecia dados periódicos sobre a evolução da renda nacional (BNDES, 2009).

Em 1953 o Banco contava com cento e cinquenta funcionários, entre eles 6 (seis) advogados, 10 (dez) economistas, 12 (doze) engenheiros, 31 (trinta e um) assistentes técnicos e 91 (noventa e um) auxiliares administrativos. O Banco situava-se no Rio de Janeiro, primeiramente ocupava algumas salas do Ministério da Fazenda, e depois transferiu-se para a Rua Sete de Setembro, 48 – Centro - RJ. Seus equipamentos de escritório, calculadoras e máquinas de escrever foram encomendados do exterior, simplesmente porque após uma pequena pesquisa de preços, percebeu-se que era mais barato trazer os equipamentos de fora (BNDES, 2002).

Então o Banco se preparava para atender aos anseios do povo brasileiro, o Brasil era visto como um grande território, porém pouco explorado e precisando urgente de mecanismos para se desenvolver, e essa era a missão do Banco. Seu primeiro financiamento foi em 10 de novembro de 1952 para a modernização da Estrada de Ferro Central do Brasil. Nos anos 50, a palavra desenvolvimento estava relacionada diretamente a indústria pesada, a infraestrutura econômica (BNDES, 2009).

Em 1953, foi assinado 5 (cinco) novos contratos, conforme BNDES (2002, p.13):

1. Companhia Nacional de Álcalis (RJ);
2. Usina Rio Bonito (ES);
3. Fábrica Nacional de Motores (RJ);
4. Viação Férrea do Rio Grande do Sul (RS); e
5. Superintendência das Empresas Incorporadoras ao Patrimônio Nacional (Seipan) - RJ.

²⁸Grupo Misto Cepal-BNDE, criado em 1953-formado por técnicos do BNDE e da CEPAL, sob a presidência de Celso Furtado, o grupo encerrou seus trabalhos em 1957.

²⁹Celso Furtado – Economista, primeiro ministro do Planejamento do governo brasileiro.

Esses contratos visavam à melhoria do parque nacional, e sem dúvida teriam dificuldades de financiamento se não fosse a longo prazo, pois se tratavam de grandes investimentos, que não seriam viáveis a curto prazo.

Ainda em 1953 devido a políticas nacionalistas de Getúlio Vargas, o Banco Mundial rompeu relações com o Brasil, o BNDES precisou compensar essa perda com moeda nacional. Também teve que rever seus contratos que estavam defasados pela inflação.

O governo conseguiu aprovar no Congresso a prorrogação dos mecanismos arrecadatórios do Banco e lhe agregou novos fundos. Entre estes, estavam o Fundo Federal de Eletrificação (lei 2.308, de 1954); o Fundo da Rede Ferroviária Nacional (decreto 37.686, de 1955); o Fundo Nacional de Pavimentação (lei 2.698, de 1955); e o Fundo Especial Para Substituição de Ramais Ferroviários Deficitários (também lei 2.698). Em 1954, ademais, criou-se o Imposto Único Sobre Energia Elétrica (BNDES, 2002, p.13).

Essas foram algumas atitudes tomadas para garantir que o Banco continua-se com seus desembolsos. O Banco precisava de suporte para emprestar, pois tinha poucos anos de existência, e precisava de mais tempo para se autosustentar. Então medidas político-econômicas foram tomadas para garantir a continuidade das atividades do Banco, pois era necessário que ele se equilibra-se economicamente, mantendo a sua capacidade de emprestar.

Em 1957, o BNDES estava envolvido com o Plano de Metas³⁰ no governo Juscelino Kubitschek³¹, da qual o Banco foi importantíssimo na execução e elaboração deste plano que visava o estabelecimento de metas que deveriam ser alcançadas nos planos: econômico, social e de infraestrutura. Porém os maiores investimentos se concentraram na energia elétrica, e representavam quase metade dos desembolsos do Banco, o BNDES foi importantíssimo³² para o sucesso do Plano de Metas (BNDES, 2002).

Conforme Ansanelli (2001, p. 41) “o Plano de Metas constituiu uma opção política de industrialização em detrimento da correção dos desequilíbrios da economia brasileira, como o processo inflacionário, balanço de pagamentos, comportamento do setor monetário, fiscal e cambial”. Neste sentido, era preciso industrializar para crescer, mesmo que se pagasse um preço por isso, como foi à inflação e os desajustes monetários entre outros fatores.

³⁰Plano de Metas-criado em 1957.

³¹Governo Juscelino Kubitschek – mandato em 31.01.1956 a 31.01.1961.

³²Em depoimento concedido ao Projeto Memória do BNDES, 1982, Roberto Campos, Economista, presidente do BNDES (1958-9), ministro do Planejamento (1964-7) – “Em rigor, o Plano de Metas foi executado pelo Banco. Era o BNDES que instrumentava os diferentes grupos executivos e grupos de trabalho. Como se sabe, o Banco tornou-se o fulcro da chamada ‘administração paralela’. Juscelino não queria amarrar-se à costumeira burocracia atomizada. A ideia dos grupos executivos era concentrar-se em grupos secretariados pelo BNDES e, portanto,

Naquela época baseado nos estudos da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos³³ (CMBEU), chegou se a conclusão que os maiores gargalos para o desenvolvimento do país encontrava-se na deficiência de transporte e energia elétrica, o primeiro era essencial para o escoamento das mercadorias e entrada da industrialização e o outro fundamental para o funcionamento das indústrias. Sem investimentos nesses setores seria impossível fazer com que o país crescesse. Por isso o Banco deu prioridade ao reaparelhamento de portos e ferrovias e elevou o potencial de energia elétrica (BNDES, 2002).

Conforme informações do BNDES (2002, p. 5); “em 1957, o maior projeto aprovado pelo BNDES foi o referente à implantação da primeira fase (120 megawatts) da Usina de Três Marias, em Minas Gerais”. Sem dúvida que sem energia elétrica não seria possível o desenvolvimento do país, e por isso o Banco apoiou a implantação do sistema elétrico brasileiro. Esse setor serviria para dar suporte às indústrias que iriam se instalar, bem como ampliar a capacidade das indústrias já existentes.

Monteiro Filha (1994, p. 419-420), explica que no período de criação do Banco 1952 até 1956 o Banco “esteve voltado ao financiamento de projetos com a ampliação dos sistemas de transportes, principalmente os de remodelação de ferrovias, e de eletrificação, aprovados pela Comissão Mista Brasil - Estados Unidos”. Como eram necessários estes investimentos em transporte e eletricidade, o Banco os priorizou, e portanto, a maior parte dos desembolsos do Banco neste período foi em direção destes setores.

Mas a partir de 1956 o Banco passou também a emprestar para outros setores tais como indústrias básicas (siderúrgica e automobilística), além de continuar deslocando recursos para os setores de transporte e energia elétrica. Era isso que o país precisava de um banco que financiasse os grandes investimentos a longo prazo. Rangel³⁴ (2002, p. 56) comenta que “a correção monetária nasceu dentro do BNDES. O problema era prazo. Os bancos sabiam cobrar duplicatas de sessenta dias, mas não se pode montar uma indústria pesada nessa base – é preciso jogar com prazos mais longos”. Então o BNDE veio fazer justamente esse papel o de financiador a longo prazo.

beneficiados da logística e da infraestrutura do Banco e reunir neles os representantes de diferentes ministérios, de modo a chegar a uma decisão conjunta. Sem isso, teria sido extremamente difícil executar o Plano de Metas”.

³³“Ao interromper seus trabalhos a CMBEU, tinha aprovado 41 projetos, que exigiriam um total de US\$ 387 milhões, dos quais foram financiados apenas US\$ 186 milhões, sendo que quase um terço (US\$ 60 milhões) foi destinado a uma empresa estrangeira”, ver Vianna (1990b, p.133).

³⁴Ignácio Rangel – Coordenador do Plano de Metas no BNDES (1956-60).

3.1.2 Aprovações: setor privado e setor público

Neste contexto o Banco colaborou tanto com o setor público como também com o setor privado. Pois o objetivo era trazer crescimento para o país, geração de empregos, entre outros objetivos, e a iniciativa privada não tinha interesse ou mesmo recursos para investir numa economia que estava nascendo, além de que o capital privado não queria se arriscar, ou não queria se arriscar sozinho. Na tabela 1 verifica-se a evolução da colaboração financeira do sistema BNDES aprovada em benefício dos setores públicos e privados no período 1952/59.

Tabela 1: Aprovações de financiamento do sistema BNDES por setor-1952/59.

Ano	Setor Público em %	Setor Privado em %
1952	100,0	-
1953	89,0	11,0
1954	90,4	9,6
1955	77,1	22,9
1956	95,3	4,7
1957	78,8	21,2
1958	86,6	13,4
1959	70,0	30,0

Fonte: Najberg, 1989, p.353.

Com os dados da tabela 1 pode-se constatar que a maior parte das aprovações do BNDES no período observado foi destinada ao setor público, e ao fim do período já percebe-se um aumento nas aprovações destinadas ao setor privado, provavelmente porque após o BNDES investir em capacidade elétrica e transporte, juntamente com o Plano de Metas, esses fatores provavelmente manifestaram o interesse do capital privado em se instalar no país.

Além de tudo o Banco também promoveu conhecimento aos seus servidores, fortalecendo a visão de futuro que este Banco já tinha, e prova disso foi o envio de servidores para o exterior para obter titulação de pós-graduação, pois na época não havia no país. Ferrari³⁵ (2002, p. 62) lembra em seu depoimento sobre José Pelúcio “ele e um pequeno grupo de colegas foram mandados ao exterior para fazer pós-graduação, que não existia no país”. Esta é uma prova que o Banco estava mesmo engajado no fortalecimento intelectual de seus servidores, buscando aprimoramento para que o Banco pudesse ser bem conduzido.

O BNDES era parte de um projeto, assim como diz Resende³⁶ (2002, p. 99), “O BNDES era parte do projeto que se denominou nacional-desenvolvimentismo, adotando uma

³⁵Amílcar F. Ferrari.

³⁶André Lara Resende - Economista, presidente do BNDES (1998).

formulação teórica que foi a base de todo o crescimento brasileiro do pós-guerra”. Tinha-se escassez de poupança, então foi preciso criar um mecanismo de poupança forçada.

Enfim a criação do Banco foi essencial para o crescimento do país não só pelos financiamentos, mas também por ele ser um formulador de projetos, pois o Banco esteve envolvido desde o início com a política. Seus estudos contribuíram para a elaboração e efetivação do Plano de Metas, a expansão dos setores de transporte e energia elétrica abriram as portas para a expansão da industrialização na década de 50.

3.1.3 Aprovações BNDES por atividades

Na tabela 2 verifica-se as aprovações do BNDES por ramos e gêneros de atividades, nos períodos 1953/55 e 1956/60.

Tabela 2: Aprovações de financiamento segundo os ramos e gêneros de atividades nos períodos 1953/55 e 1956/60, pelo sistema BNDES-valores anuais médios em Cr\$ bilhões de 1991.

Ramos e Gêneros/Anos	1953/1955	%	1956/1960	%
Insumos Básicos	12	7	177	41
Mineração				
Siderurgia	3	2	99	23
Metalurgia	1	1	8	2
Químicos e Fertilizantes	7	3	39	9
Celulose e Papel	1	1	6	1
Produtos de Minerais não metálicos			25	6
Equipamentos	5	3	28	7
Mecânico Elétrico	1	1	6	1
Material de Transporte	4	2	22	5
Outras indústrias				
Têxtil e Calçados				
Produtos Alimentares				
Outros				
Infraestrutura	170	88	215	50
Energia Elétrica	53	28	130	30
Ferrovias	113	58	82	19
Rodovias				
Hidroviás	4	2	3	1
Outros Setores				
Outras Atividades	5	3	10	2
Ensino Pesquisa e Desc. Técnico				
Distribuição	3	2	10	2
Outros	2	1		
Total	192	100	430	100

Fonte: BNDES (1992c) apud Currello, 1998.

Com base nos dados da tabela 2 verifica-se os ramos que mais absorveram as aprovações do BNDES. Infraestrutura 88%, principalmente em ferrovias e energia elétrica, na sequência insumos básicos 7%, equipamentos 3% e outras atividades 3% isso no primeiro

período 1953/55 e no segundo período 1956/60, já observa-se uma ligeira mudança, ou seja, os investimentos já começavam a atender também outros setores.

A infraestrutura diminui para 50%, insumos básicos sobe para 41%, principalmente em siderurgia, químicos e fertilizantes. Equipamentos eleva-se de 3% para 7% e outras atividades de 3% diminui para 2%.

Nesta década o setor de infraestrutura teve grande destaque pela condição do país que necessitava desses investimentos para poder desenvolver-se nos outros setores. Energia elétrica e transportes foram os que receberam mais investimentos, foram construídas principalmente ferrovias.

3.2 DÉCADA DE 60 – DIVERSIFICAÇÃO DOS SETORES

3.2.1 Contexto político-econômico

Década de 60, aqui o país já contava com os investimentos em energia elétrica e transportes, então as indústrias já começavam a aparecer, porque até então tinha-se apenas um parque industrial bem modesto. Esse crescimento industrial era fruto do trabalho que o Banco fez na década de 50, preparando o país para esse crescimento. Brasília era considerada o pólo geográfico, São Paulo era considerado o pólo econômico, era em torno de São Paulo que as indústrias se instalavam (BNDES, 2002).

Após todos os investimentos feitos na década passada, acabaram ocasionando desequilíbrio na balança de pagamentos, e também cresceu o déficit público. Então o Banco passou a criar instrumentos capazes de satisfazer as necessidades do país, pois agora o cenário já era outro, agora o país estava modernizado e atraía indústrias. O próprio Banco iniciou estudos³⁷ e projetos e incentivou a elaboração destes. Alguns projetos foram nas áreas de fertilizantes, metais não ferrosos, indústria química entre outros (BNDES, 2002).

³⁷Depoimento de José Clemente-Economista e diretor do BNDES (1981-1984) ingressou no BNDES em 1963, lotado no Departamento Econômico, em depoimento concedido em 2002 para o livro “BNDES 50 anos de desenvolvimento”. – “No Departamento Econômico, iniciamos vários estudos de muito boa qualidade na área de fertilizantes, metais não-ferrosos, siderurgia, indústria química etc., e fui um dos encarregados de estudos na área de química, e de papel e celulose. Foi assim que começamos. Foi nessa época que realizamos estudos que iriam permitir o grande salto na área da química, papel e celulose, siderurgia, fertilizantes e cimento. Uma das primeiras coisas a ressaltar é a importância do Banco como entidade que ajudou a esclarecer várias questões

No cenário político não estava-se num bom momento, em 31 de janeiro de 1961 Jânio Quadros assume a Presidência do país, mas em 25 de agosto do mesmo ano renúncia sem dar maiores explicações. E então João Goulart assume em 07 de setembro de 1961 e vai até 01 de abril de 1964. Nessa época o país atravessava por problemas e como não estavam sendo resolvidos, foi criando posições políticas contrárias e o cenário ficou propício, facilitando o golpe de 64, em que os militares assumiram o poder. E com o militarismo, veio a censura e a repressão.

Com o regime militar houve mudanças na áreas econômicas, foi redefinido o planejamento estratégico econômico nacional que passa a ser centralizado no Poder Executivo. O país enfrentava, déficit público, inflação e estava com incapacidade de estrutura financeira, problemas estes que precisavam ser resolvidos. Para combater a inflação foi reduzido o crédito, controlado os salários e a emissão de moeda. Para combater o déficit foram elevadas as tarifas e instituído a correção monetária dos títulos da dívida pública (BNDES, 2002).

No primeiro quinquênio dos anos 60, Batista (2002, p. 8) comenta que:

O país passou por fortes turbulências políticas e econômicas, e teve que enfrentar graves desequilíbrios no balanço de pagamentos e taxas de inflação que atingiram 92% em 1964. O crescimento do produto desacelerou para 4,3% ao ano entre 1960 e 1965 e a taxa de investimento declinou para um nível médio de aproximadamente 15,6%.

Diante deste cenário nada instável o Banco também teve que passar por mudanças, e uma delas foi à transferência em 1964 do controle do Ministério da Fazenda para o Planejamento. Outra mudança também significativa foi à criação das empresas: Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA, 1957), Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás, 1962) e a Siderurgia Brasileira S.A (Siderbrás, 1973) pelo governo, então essas empresas passaram a administrar, planejar e executar seus projetos e assim o Banco passou a direcionar seus financiamentos a outros setores (BNDES, 2002).

Conforme Monteiro Filha (1994, p. 420):

Com o fim dos grandes projetos de indústrias básicas (siderurgia) e tendo sido criadas as *holdings* Eletrobrás e RFFSA, o Banco passou a ter maior disponibilidade de recursos para incentivar a implantação de indústrias em outros setores, levando assim a ciclos de investimentos setoriais, que se distribuíam por diversas áreas da

setoriais na economia brasileira, que propôs políticas setoriais e que depois estimulou o surgimento de projetos, os quais ele próprio iria financiar”.

economia. Os planos de desenvolvimento seguintes indicavam, então, maior gama de setores para os quais deveriam ser estabelecidas políticas governamentais e que deveriam contar com o apoio do BNDES, que passou a atuar através de um número maior de programas de apoio financeiro, no período de diversificação (1964/73). Os maiores montantes de colaboração financeira continuaram a se concentrar nos setores siderúrgico e de transporte, sendo que as fontes de maior peso na composição de recursos continuaram a ser compulsórias.

Essa diversificação de direção dos financiamentos foi extremamente importante para o desenvolvimento do país, pois quanto mais investimentos em diversos setores, mais empregos se criavam aumentando assim o parque industrial nacional. Nessa época também foram feitos acordos com o exterior, pois era conveniente buscar apoio³⁸ das instituições internacionais, além do adicional do imposto de renda, eram mecanismos que ajudavam o Banco a manter seus recursos.

Além desta diversificação houve também mudanças no sistema financeiro a partir de 1965 e então foi criado o Banco Central do Brasil³⁹ e o Conselho Monetário Nacional⁴⁰, que definiram novas regras na concessão de créditos, desde pessoa física até os grandes financiamentos, para toda a rede bancária e desta forma o BNDES teve que se reformular internamente. Então foram criados fundos para atender as áreas. Em 64 o Banco expande também seus locais de atendimento abrindo mais um escritório regional, desta vez em Recife para atender o Nordeste, e já havia um escritório em São Paulo e a Sede no Rio de Janeiro. Abriu também uma representação do BNDES, na embaixada brasileira em Washington para facilitar o contato com os organismos internacionais (BNDES, 2002).

3.2.2 Criação da Finame e Funtec

³⁸Depoimento de Marcílio Marques Moreira – Embaixador, ministro da Economia, Fazenda e Planejamento (1991-2) para o livro “BNDES 50 anos de desenvolvimento” em 2002. Moreira nos anos 60 chefiava a Assessoria Geral de Operações Internacionais – “ O BNDES tinha um grande apoio das instituições internacionais e contava ainda com um adicional do imposto de renda. Foi o tempo da PL 480, o chamado acordo do trigo, pelo qual o Banco recebia moeda local para pagar em quarenta anos ao governo dos EUA. Também fizemos acordos com o Kreditanstalt für Wiederaufbau, da Alemanha, e com instituições similares da França e de outros países europeus. Era uma época de incremento das operações. Logo depois de 1964, houve ainda maior interesse dos EUA”.

³⁹Instituição financeira criada pela lei nº. 4.595, de 31.12.1964. Substituiu à antiga Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito) e algumas funções então exercidas pelo Banco do Brasil.

⁴⁰Conselho Monetário Nacional – Órgão federal criado em 31.12.1964 pela lei que implantou a reforma bancária no país. Formado segundo o modelo do Federal Reserve System, dos EUA, substituiu a Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc).

Nessa época com a diversificação dos setores que o Banco agora atendia era preciso critérios para melhor atender os setores, então os fundos começaram a serem criados para atender esta demanda, e em 1964 surgiram o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (Finame) e o Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico (Funtec), ambos pelo decreto federal 59170, de setembro de 1966 (BNDES, 2002).

3.2.2.1 A Finame

O Finame se transformou em autarquia e seu nome mudou para Agência Especial de Financiamento Industrial, então passou a ser a Finame. Seus objetivos eram:

- Aumentar a competitividade da maquinaria; e
- Aumentar a competitividade do equipamento nacional.

Para incentivar a produção era exigido que pelo menos partes dos componentes usados fossem fabricadas no país. Essa era uma forma de garantir o desenvolvimento do parque industrial, que por ser novo precisava de certa forma de um pouco de proteção, no sentido de garantir a venda da produção. Mas para manter esse fundo o BNDES precisou buscar recursos, recursos esses que foram conseguidos através de:

- Empréstimos ou doações de entidades internacionais, nacionais e estrangeiras;
- Recursos colocados à disposição do Banco do Brasil;
- Agências financeiras da União ou dos Estados captadas pelo BNDES no mercado interno e externo; e
- Rendimentos das próprias operações da Finame.

Para corresponder aos seus objetivos a Finame se encarregava de atender a demanda por financiamento para a comercialização de máquinas e equipamentos fabricados no país. O Banco também facilitava o crédito para o setor de máquinas e equipamentos se expandir e então ele concedia crédito ao usuário para poder comprar os equipamentos, assim o Banco financiava a fabricação a comercialização dos produtos.

O BNDES financiava a compra de máquinas e equipamentos importados desde que esses equipamentos não fossem produzidos no país. Financiava a exportação de máquinas e equipamentos nacionais, fabricados no país (BNDES, 2009). Então o Banco financiava a

produção e também a comercialização, ou seja, ele estava ligado em todo o processo desde a fabricação até o destino das máquinas e equipamentos. E sempre protegendo a produção nacional, pois os recursos para a importação eram efetivados somente se não houvesse similar nacional.

3.2.2.2 A Funtec

Como o Banco era preocupado com o seu corpo técnico, percebeu que as empresas que se criavam também precisavam de pessoas capacitadas, técnicas para exercerem suas funções, então o Banco criou o Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico (Funtec), que foi decisivo para dar impulso à pós-graduação no Brasil. Alguns cursos eram financiados a fundo perdido. Os primeiros cursos que receberam auxílio foram:

- Engenharia química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e
- Engenharia mecânica da Pontifícia Universidade Católica (PUC) – RJ.

Em seguida destinaram-se verbas para outros cursos, os que receberam foram:

- Escola Técnica do Rio de Janeiro; e
- Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (USP)⁴¹.

É notável que o Banco se preocupava com o grau de instrução de seus servidores⁴² bem como estava preocupado em preparar pessoas para ocuparem os cargos que estavam nascendo com a expansão das indústrias no país, pois não era só instalar indústrias no país, mas também preparar profissionais capacitados para desenvolverem bem suas atividades.

⁴¹Em convênio com o centro das Indústrias do Estado de São Paulo e com a Universidade de Delft (Holanda), para implantar o curso de extensão em administração de empresas.

⁴²Em depoimento, José Clemente-Economista e diretor do BNDES (1981-4) para o livro “BNDES 50 anos de desenvolvimento” em 2002. –“O Funtec foi o verdadeiro introdutor da pós-graduação no Brasil. Foram beneficiados com volumes substanciais de recursos várias instituições de ensino superior e pesquisa, entre as quais, a PUC do Rio, o centro de Pesquisas Físicas, o Instituto de Física da Universidade de São Paulo, a Coordenação dos Programas Pós-graduados em Engenharia (Coppe) da UFRJ. Esse apoio do Funtec representou importante salto qualitativo na pós-graduação no Brasil, seja em termos de mestrado e doutorado, seja em pesquisas realizadas”.

Com o apoio do Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico (Funtec) foi reequipado o Centro Técnico Aeroespacial (CTA), subordinado ao ministério da Aeronáutica que se tornou o núcleo da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) que hoje fabrica aviões de alta tecnologia e concorre com a Bombardier (empresa canadense) (BNDES, 2002).

3.2.3 Criação da Fipeme, Funar e do Fundepro

No ano seguinte e subsequente foram criados: o Programa de Financiamento às Pequenas e Médias Empresas (Fipeme) e Fundo Agroindustrial de Reconversão (Funar) ambos em 1965 e o Fundo de Desenvolvimento da Produtividade (Fundepro) em 1967 (BNDES, 2002).

3.2.3.1 Fipeme e Funar

O Programa de Financiamento às Pequenas e Médias Empresas (Fipeme) veio com o objetivo de alcançar as pequenas e médias empresas, que tinham e tem um grande potencial de empregabilidade, esse programa também contava com o apoio indireto, ou seja outras redes bancárias que atendem os clientes do BNDES, com isso o programa ficou mais acessível a todas as regiões do país. Esse fundo utilizava recursos vindos dos:

- Agentes financeiros do próprio Fipeme;
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e
- Banco Alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW).

Esse programa contava com variados recursos para conseguir seus objetivos que era alcançar as pequenas e médias empresas (BNDES, 2002).

O Fundo Agroindustrial de Reconversão (Funar) era responsável pela administração dos recursos da Lei do Estatuto da Terra, que fora confiado ao BNDES. Seu objetivo era o financiamento de projetos de desenvolvimento agropecuário e agroindustrial (BNDES, 2002).

3.2.3.2 Fundepro

O Fundo de Desenvolvimento da Produtividade (Fundepro), criado em 1967 mais tarde foi substituído pelo Fundo de Modernização e Reorganização Industrial (FMRI). O Fundepro apoiava a produção em geral, paralelamente ao fundo surgiram três linhas de créditos:

- Programa Especial de Apoio Financeiro à Indústria Básica do Nordeste (PIB- NE);
- Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização (PMRC); e
- Programa Especial Bancos de Desenvolvimento (PEB).

3.2.4 Aprovações: setor privado e setor público

Na tabela 3 verifica-se os dados referentes aos créditos concedidos aos setores público e privado no período de 1960/69.

Tabela 3: Aprovações de financiamento do sistema BNDES, por setor-1960/69.

Ano	Setor Público em %	Setor Privado em %
1960	91,8	8,2
1961	90,5	9,5
1962	95,6	4,4
1963	91,0	9,0
1964	94,2	5,8
1965	67,4	32,6
1966	58,1	41,9
1967	65,5	34,5
1968	45,8	54,2
1969	40,1	59,9

Fonte: Najberg, 1989, p.353.

Analisando a tabela 3 verifica-se que somente no ano de 68 o crédito para o setor privado ultrapassa o crédito para o setor público.

Seplan (1975, p. 29 apud NAJBERG, 1989, p. 352) explica que:

A consolidação do 'modelo brasileiro de capitalismo industrial', cuja viabilização dependia do setor privado, exigiu que o Banco modificasse seus critérios usuais de apoio e adotasse uma posição pouco ortodoxa. Algumas empresas receberam, simultaneamente, financiamento direto do BNDES, participação acionária da BNDESPAR em 50 % do capital, crédito da Finame para aquisição de equipamento nacional, aval para importação de equipamentos e financiamento a acionistas.

Pela primeira vez houve a inversão de mais créditos para o setor privado em relação ao setor público, em 1960 era apenas 8,2% para o setor privado enquanto o setor público ficava com o montante de 91,8%. Em 68 o crédito para o setor privado é 8,4% mais alto que para o setor público e no próximo ano essa diferença já aumenta passando para 19,8%.

Na década de 60 houve diversificação dos setores, e então como na década anterior o Banco investiu na infraestrutura, foi criado e implantado o Plano de Metas, preparando o país para receber indústrias, então foi isso que aconteceu o capital privado passou a se interessar pelo país, pois já havia infraestrutura suficiente para a instalação de indústrias novas bem como indústrias de grande porte.

Por isso houve uma inversão de investimentos para o setor privado, no fim do período analisado. E empresas já existentes também receberam investimentos para aquisição de equipamento nacional, pois o Banco financia somente equipamentos nacionais com exceção quando não houver similar no país.

3.2.5 Aprovações BNDES por atividades

Na tabela 4 verifica-se as aprovações de financiamento segundo os ramos e gêneros de atividades nos períodos 1961/64 e 1965/67, pelo sistema BNDES, em valores anuais médios em bilhões de 1991. Nesse período há uma direção diferente em relação às aprovações do Banco no tocante aos setores beneficiados.

Tabela 4: Aprovações de financiamento segundo os ramos e gêneros de atividades nos períodos 1961/64 e 1965/67, pelo sistema BNDES-valores anuais médios em Cr\$ bilhões de 1991.

Ramos e Gêneros/Anos	1961/1964	%	1965/1967	%
Insumos Básicos	216	61	519	61
Mineração				0
Siderurgia	195	55	426	49
Metalurgia	4	1	14	2
Químicos e Fertilizantes	17	5	60	7
Celulose e Papel			13	2
Produtos de Minerais não metálicos			6	1
Equipamentos	12	4	90	11
Mecânico Elétrico	2	1	50	6
Material de Transporte	10	3	41	5
Outras indústrias	3	1	89	10
Têxtil e Calçados			20	2
Produtos Alimentares	2	1	26	3
Outros	1	0	43	5
Infraestrutura	111	32	117	14
Energia Elétrica	109	31	115	14
Ferrovias	2	1		0
Rodovias				
Hidrovias			2	0
Outros Setores				
Outras Atividades	7	2	30	4
Ensino Pesquisa e Desc. Técnico			29	3
Distribuição	7	2	1	1
Outros				
Total	349	100	845	100

Fonte: BNDES (1992c) apud Currello, 1998.

Com base nos dados da tabela 4 analisa-se as aplicações do BNDES para quais setores se destinavam. Insumos básicos foram os que mais absorveram as aplicações do BNDES tanto no período 1961/64 como no período 1965/67, seguido pela infraestrutura que absorveu 32% no primeiro período e teve uma diminuição no segundo período ficando com 14%.

Depois equipamentos no primeiro período com 4% e um ligeiro aumento no segundo período passando para 11%. Outras indústrias tiveram um aumento sendo que no primeiro período tinham somente 1% e no segundo período 10%. E por último outras atividades de 2% para 4%. E nesse contexto percebe-se como as aplicações do Banco se voltaram para outros setores, diferente dos anos 50, que apontavam para a infraestrutura (energia elétrica e transportes) principalmente.

No setor de insumos básicos ressalta-se os investimentos feitos para o ramo de siderurgia que por toda a década se destacaram e também químicos e fertilizantes que no segundo período obtêm 7%.

3.3 DÉCADA DE 70 – APOIO AO “MILAGRE ECONÔMICO”

3.3.1 Contexto político-econômico

Na década de 70, no Brasil passava-se por um período conhecido como “Milagre Brasileiro”⁴³, em que o país economicamente crescia, havia um *boom* na construção civil. Esse período também foi marcado pela repressão política. Nos anos 70 teve três presidentes no Brasil, o primeiro foi Garastazu Médici (30.01.1969 a 15.03.1974) e seu Ministro da Fazenda foi Antônio Delfim Neto, o segundo foi Ernesto Geisel (15.03.1974 a 15.03.1979) e seu Ministro da Fazenda foi Mário Henrique Simonsen, e o terceiro que governou no fim da década, foi João Baptista de Oliveira Figueiredo (15.03.1979 a 15.03.1985) e seus Ministros da Fazenda foram: Karlos Heinz Rischbieter e Ernane Galvêias. E na presidência do BNDES era Marcos Pereira Vianna que presidiu o Banco por dez anos (1969 a 1979), Vianna vinha da Companhia Vale do Rio Doce (BNDES, 2002).

Outro acontecimento marcante para esta época foi à crise do petróleo⁴⁴ em 1973, em que os projetos do governo passaram a ter dificuldades, pois o preço do barril saltou de US\$ 2,8 para US\$12, portanto um aumento de mais de quatro vezes. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo⁴⁵ (OPEP) foi à responsável por esse aumento. Num primeiro momento o Brasil ainda possuía reservas cambiais, o que lhe deu condições para continuar no ritmo dos investimentos, mas num segundo momento, o país sentiu as dificuldades causadas pelo aumento do petróleo (BATISTA, 2002).

Batista (2002, p. 10) comenta que:

⁴³Em depoimento para o livro “BNDES 50 anos de desenvolvimento”, 2002, Sebastião José Martins Soares – Superintendente do BNDES (1979-86) – “Vivíamos o período do chamado ‘Milagre Brasileiro’. O PIB crescia 8% a 9% por ano. Mas, do ponto de vista político, sofria-se o retrocesso advindo do regime autoritário... Eram os anos de chumbo. E Delfim, ministro do período Médici, dizia ser preciso primeiro crescer para só depois distribuir a renda... Deu no que deu: este país imenso, desenvolvido em alguns aspectos, mas com enormes desigualdades sociais”.

⁴⁴Em depoimento ao livro “BNDES 50 anos de desenvolvimento”, em 2002- Marcos Vianna – Presidente do BNDES (1970-9).- “o terrível impacto do que foi chamado ‘choque do petróleo’, quando os países da Opep, usando o poder de cartel, aumentaram o preço do barril de óleo bruto em cerca de quatro vezes (de US\$ 2,80 para US\$ 12/BBL). Uma série de consequências devastadoras passou a acumular-se, em cadeia e proporção geométrica, com desastrosos efeitos para o Brasil, pois todos os países importadores de petróleo buscaram administrar os seus balanços externos reduzindo as importações não absolutamente essenciais”.

⁴⁵Entidade criada em 1960 no Iraque. Foram responsáveis pela sua fundação a Arábia Saudita, o Irã, o Kuwait, a Venezuela e o próprio Iraque. A OPEP, surgiu com o objetivo de estabelecer uma política comum em relação ao petróleo.

O primeiro choque do petróleo em 1973/74 encontrou a economia brasileira operando a plena capacidade e já revelando sinais de superaquecimento em vários setores. A manutenção de taxas de crescimento elevadas exigia um aumento da taxa de investimento. A formação bruta de capital fixo já alcançava 21,4% do PIB em 1973 e, apesar de um crescimento de 22,7% ao ano da produção doméstica de bens de capital entre 1970 e 1973, o volume das importações de bens de capital aumentava 24,7% ao ano no mesmo período.

Então como se viu acima às taxas de crescimento no país estavam bem, mas logo foi preciso buscar uma saída. Então uma saída encontrada no país foi procurar outras alternativas de energia para substituir em parte o consumo do petróleo, e assim foi criado as Usinas nucleares de Angra I⁴⁶ e II⁴⁷. E então o BNDES financiou o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) e o Programa Conserve (economia de energia) além de dar apoio à construção de Itaipu (BNDES, 2002).

Neste período foi estabelecido às regras para o tripé, o tripé era formado pelo Estado, multinacionais e o capital nacional. E esse seria responsável pelo crescimento da década seguinte. E nesse contexto a presença do BNDES foi sempre marcante e participativa. Em 1979, o BNDES foi transferido saiu da Secretaria do Planejamento e foi para a área da Indústria e do Comércio (BNDES, 2002).

3.3.2 O BNDES e o II Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico - PND

O I e II PNDs vigoraram nos períodos de 1972/1974 e 1975/1979 respectivamente, o primeiro sob o governo Médici e o segundo sob o governo Geisel, os programas foram elaborados pelo Ministério do Planejamento. O II PND como contextualiza Batista (2002, p. 10 e 11) tinha como principal decisão:

Manter o crescimento dos gastos com investimentos e sustentar elevadas taxas de crescimento do PIB. Essa decisão claramente implicava ampliar os já expressivos déficits em conta corrente do balanço de pagamentos no curto e médio prazos e, conseqüentemente, supunha condições internacionais favoráveis ao seu financiamento. Além disto, o II PND enfatizava a necessidade de alterar a estrutura da economia, de forma a ampliar a capacidade de produzir bens comercializáveis internacionalmente (*tradeables*), expandindo as exportações e substituindo importações. Portanto, o II PND estabelecia uma estratégia de crescimento com endividamento, que buscava distribuir o ajuste externo ao longo do tempo.

⁴⁶Nesta obra foi empregada tecnologia americana, da Westinghouse.

⁴⁷Sua instalação partiu do acordo que o presidente Geisel fez com a Alemanha, assinado em 1975.

O governo em relação ao II PND centralizava para três direções fundamentais: substituir importações, aumentar as exportações e ampliar o mercado interno consumidor. E para isso ele contava com o apoio⁴⁸ do BNDES.

Monteiro Filha (1994, p. 420) explana que: “No Período do II PND (1974/78), o BNDES voltou a concentrar recursos, principalmente em insumos básicos (siderurgia, química e petroquímica, papel e celulose e metalurgia de não-ferrosos) e bens de capital”, ou seja, mais uma vez o Banco se adequando para manter o ritmo de crescimento. Para dar apoio às empresas o BNDES passou a contar com o apoio do PIS/Pasep. O governo tinha a intenção de fazer com que as empresas nacionais pudessem ser competitivas e assim aumentar as exportações bem como substituir as importações por produtos nacionais (MONTEIRO FILHA, 1994).

Neste período o Banco passou a financiar o pólo de Camaçari (Copene) e o de Triunfo (Copesul). Financiando estes pólos o Banco passou a ser financiador também dos empreendimentos integrantes das quais faziam parte dos pólos. Isso fez com que aumentasse a participação do empresariado privado nacional, e assim o modelo tripartite estava efetivado, o modelo tripartite era constituído por um terço do controle acionário que correspondia ao empresariado nacional, um terço ao Estado, e um terço a sócio estrangeiro (MONTENEGRO, 2002).

O II PND assim como o Plano de Metas, foram considerados os maiores planos efetuados no Brasil. O II PND acabou fazendo com que o país obtivesse o maior parque industrial da América Latina, e assim o BNDES passou a financiar os setores de bens de capital e os insumos básicos (mineração, fertilizantes, cimento, papel e celulose, siderurgia, química e petroquímica e metalurgia). E com esses investimentos o país começou a se desenvolver, neste sentido os empréstimos a longo prazo efetivados pelo Banco, foram grandes incentivadores para dar início ao processo de desenvolvimento do país. E além de serem a longo prazo, as taxas cobradas pelo Banco assim como os juros eram baixos, o que incentivava ainda mais o empresário.

⁴⁸Em depoimento ao livro “BNDES 50 anos de desenvolvimento”, 2002-João Paulo dos Reis Velloso-Coordenador do Fórum Nacional, presidente do Instituto de Mercado de Capitais – Ibmecc, ministro do Planejamento (1969-79) – “o BNDES passou a ser o Banco da empresa privada nacional. Até então, isto é, de 1969 a 1973, ele tinha realizado uma grande atividade de modernização e reorganização industrial, em especial nos segmentos tradicionais – aqueles que pudessem passar a exportar -, além de ter efetivado um programa novo, o Finame. Na época do II PND, fomos muito mais ambiciosos, porque o presidente Geisel transferiu para o

3.3.3 PIS/Pasep

O PIS/Pasep é uma unificação feita em 11 de setembro de 1975, do Fundo de Participação do Programa de Integração Social (PIS) com o Fundo Único do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), criados em 1970. E então em 25 de julho de 1974 o BNDES passa a gerenciar estes programas. Os recursos alcançados são destinados aos investimentos, desde que sejam nacionais, os investimentos estrangeiros estão impedidos de receberem esses recursos. Esses recursos oriundos do PIS/Pasep deram um grande incremento aos desembolsos proporcionados pelo Banco (BNDES, 2002).

3.3.4 Programa de Operações Conjuntas (POC)

Este programa veio para substituir o Fipeme, quanto ao apoio às micro, pequenas e médias empresas, essas operações se dizem conjuntas porque é a junção do BNDES com outros agentes financeiros credenciadas a operar para o BNDES. Assim o BNDES pode contar com uma ampla rede bancária para atender seus clientes.

Esses agentes são autorizados a operar pelo BNDES, então funciona da seguinte forma a empresa que deseja um financiamento do BNDES, procura um agente financiador local, este agente está apto a analisar o pedido do cliente e se estiver dentro dos requisitos exigidos pelo BNDES, então pode ser feito o financiamento, mas da mesma forma que o agente financeiro credenciado está apto para analisar o pedido ele também se responsabilizará pela transação (BNDES, 2009).

Dessa forma o BNDES consegue atender um maior número de empresas, que não precisam se deslocar até a sede no Rio de Janeiro, ou mesmo em seus escritórios em São Paulo, Recife, Brasília ou Belém. A partir deste programa o BNDES passou a estar mais próximo de seus clientes através dos agentes financeiros credenciados. Os empregados dos bancos que atendem os clientes do BNDES, de forma indireta, são treinados pelo próprio BNDES, que atualmente disponibiliza um curso de aproximadamente 35 horas, on-line, onde o empregado pode tirar todas as suas dúvidas.

BNDES a gestão do PIS- Pasep. Com isso o Banco ganhou recursos muito mais estáveis e uma nova dimensão e passou a ser um dos grandes bancos de desenvolvimento do mundo”.

3.3.5 Criação das Subsidiárias

Em 1974 o Banco abriu três subsidiárias, para atuarem no mercado de capitais, as subsidiárias eram:

- Mecânica Brasileira S.A.(Embramec);
- Insumos Básicos S.A.Financiamentos e Participações (Fibase); e
- Investimentos Brasileiros S.A.(Ibrasa).

Com a criação desta subsidiária o Banco já percebia a importância de estar inserido no mercado de capitais. E mais tarde em 1982 essas três subsidiárias se fundem e tornam a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR).

O objetivo da empresa BNDES Participações bem como quando ela era formada pelas três empresas, era somente ter uma participação minoritária no capital das empresas e de forma temporária, ela não tinha a intenção de participar das decisões das empresas, era somente uma forma de incentivo à captação de recursos no mercado. E dessa forma o Banco passou a ser um indutor⁴⁹ do mercado de capitais (BNDES, 2002).

3.3.6 Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Mercado de Capitais (Procap)

Criado em 1976, com o objetivo de conceder financiamentos para subscrições de ações, como garantia firme outorgada a ofertas públicas de títulos. Assim o Banco passava a procurar empresários que estivessem dispostos a investir em setores detectados pelo Banco. Esses setores eram estudados pelo Banco, ou seja, o Banco detectava setores que considerava importante o seu desenvolvimento e depois procurava empresários dispostos a investir nesses setores. Então o Banco oferecia juros subsidiados para incentivar o desenvolvimento de

⁴⁹Em depoimento para o livro “BNDES 50 anos de desenvolvimento”, 2002-Francisco Gros, Presidente do Banco Central do Brasil (1987 e 1991-2), do BNDES (2002-2) e da Petrobras (2002) –“Em minha passagem pelo Banco, fui diretor do BNDES e vice-presidente da Bndespar de 1985 a 1987. Um dos grandes desafios era utilizar o Banco como indutor do mercado de capitais no país. Na época, fez-se muita coisa em apoio a operações de lançamento de ações e debêntures, com destaque para a grande pulverização de ações da Petrobras – a maior operação de mercado de capitais ocorrida no Brasil até então. Ela envolveu as principais instituições financeiras do mercado brasileiro e foi um marco histórico no setor”.

setores que eram importantes para o crescimento do país, mas que até o momento não estavam atraindo os empresários (BNDES, 2002).

3.3.7 Desestatização

Ainda nesta década o BNDES criou uma secretaria executiva para desestatizar empresas que estavam sob controle acionário do Banco. Com a desestatização o Banco vendeu ações que ele próprio controlava. O Banco tinha participação num total de 228 (duzentos e vinte e oito) empresas e dessas 7 (sete) foram desestatizadas. As empresas desestatizadas foram:

- Mafersa;
- Usimec;
- Companhia Editora Nacional;
- Livraria José Olympio;
- Caraíba Metais;
- Companhia Brasileira de Cobre; e
- Fibisa.

Cerca de US\$ 300 milhões, estavam investidos nestas empresas. Esse processo de desestatização acabou levando o país mais tarde ao processo de privatização das empresas. E o Banco foi convidado a participar por ter experiência no processo (BNDES, 2002).

Segundo Pinheiro (2000, p. 13):

Ainda em 1979, o governo decidiu refrear o crescimento das estatais com a criação do Programa Nacional de Desburocratização e da Secretária Especial e Controle das Estatais (Sest). Os motivos por trás dessa decisão eram diferentes daqueles que, posteriormente, levariam à venda daquelas empresas, o que explica a ênfase na criação das agências de controle e a pouca importância dada às agências responsáveis pela venda dos ativos estatais. O ponto em questão naquele tempo não era a ineficiência das estatais, mas sim a necessidade de desacelerar a expansão do setor comercial estatal de maneira a controlar a demanda agregada, uma tarefa difícil em virtude da falta quase total de controle dessas empresas pelas autoridades federais.

Nas palavras de Pinheiro conclui-se que naquela época o governo iniciou o processo de Desburocratização por entender que as empresas estavam saindo do controle das

autoridades federais, as empresas não estavam sendo ineficientes, causa das privatizações futuras.

3.3.8 Aprovações: setor privado e setor público

Na tabela 5 analisa-se os créditos concedidos aos setores público e privado, no período 1970/79.

Tabela 5: Aprovações do financiamento do sistema BNDES, por setor-1970/79.

Ano	Setor Público em %	Setor Privado em %
1970	34,6	65,4
1971	34,0	66,0
1972	21,8	78,2
1973	24,2	75,8
1974	33,5	66,5
1975	22,6	77,4
1976	18,9	81,1
1977	20,8	79,2
1978	13,0	87,0
1979	17,0	83,0

Fonte: Najberg, 1989, p. 353.

Com base nos dados expostos na tabela 5, percebe-se a magnitude de créditos concedidos ao setor privado que é bem maior que no setor público, esta inversão se inicia ainda na década passada, precisamente em 1968, onde o crédito ao setor privado ultrapassa o crédito ao setor público pela primeira vez. No ano de 1978 encontra-se a maior diferença dos créditos entre os setores, para o setor privado chegava a ser seis vezes maior.

Essa inversão também é consequência do interesse do capital privado em investir no país, pois nessa década já haviam investimentos suficientes para que empresas pudessem se instalar no país.

3.3.9 Aprovações BNDES por atividades

Na tabela 6 verifica-se os dados referentes às aprovações do BNDES por ramos e gêneros de atividades, nos períodos de 1970/73 e 1974/79.

Tabela 6: Aprovações de financiamento segundo os ramos e gêneros de atividades nos períodos 1970/73 e 1974/79, pelo sistema BNDES-valores anuais médios em Cr\$ bilhões de 1991.

Ramos e Gêneros/Anos	1970/1973	%	1974/1979	%
Insumos Básicos	653	36	4.560	48
Mineração	17	1	168	2
Siderurgia	164	9	2.040	22
Metalurgia	115	6	462	5
Químicos e Fertilizantes	171	9	999	10
Celulose e Papel	100	5	515	5
Produtos de Minerais não metálicos	86	5	377	4
Equipamentos	158	9	636	7
Mecânico Elétrico	74	4	482	5
Material de Transporte	84	5	155	2
Outras indústrias	423	23	1.068	11
Têxtil e Calçados	95	5	234	2
Produtos Alimentares	105	6	342	4
Outros	224	12	493	5
Infraestrutura	443	24	2.881	30
Energia Elétrica	66	4	1.383	14
Ferrovias	120	7	803	8
Rodovias	147	8	202	2
Hidrovias	43	2	107	1
Outros Setores	68	4	387	4
Outras Atividades	151	8	410	4
Ensino Pesquisa e Desc. Técnico	57	3	27	0
Distribuição	68	4	161	2
Outros	26	1	223	2
Total	1.828	100	9.555	100

Fonte: BNDES (1992c) apud Currello, 1998.

No período de 70, conforme tabela 6 destaca-se o setor de insumos básicos que ficou com a maior parte das aprovações no período analisado 36% e 48%, depois o destaque é para o setor de infraestrutura que ficou com 24% e 30%, seguido do setor de outras indústrias que absorveram 23% e 11% e depois os setores de equipamentos com 9% e 7% e outras atividades com 8% e 4% somente. No setor de insumos básicos continua os investimentos para o ramo de siderurgia e também aumenta os investimentos para químicos e fertilizantes, em seguida metalurgia, celulose e papel, produtos de minerais não metálicos e mineração.

Observa-se também na tabela 6 que os valores monetários são bem maiores no segundo momento que compreende os anos de 1974/79. Os valores totais do segundo período chegam a ser quase seis vezes mais altos diante do primeiro período. O setor de insumos básicos que foi o que mais recebeu desembolsos nos dois períodos chegava a ser quase sete vezes maior no segundo período em valores monetários. Se analisado em porcentagens verifica-se que no segundo período o total chega a ser 80% mais alto que no primeiro período.

3.4 DÉCADA DE 80 – DÉCADA PERDIDA E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

3.4.1 Contexto político-econômico

Inicia-se a década de 80, no cenário político esta década foi bem marcada, caminhava-se para um país democrático, políticos cassados voltavam para o país, houve o movimento conhecido como “diretas já”⁵⁰. Tancredo Neves foi eleito presidente do Brasil em 15 de janeiro de 1985, apesar da sua eleição ser indireta, foi aclamado pelo povo, porém antes mesmo de sua posse veio a falecer, entristecendo o povo, seu vice José Sarney assume a presidência em (21.04.1985) e permanece no poder até (15.03.1991). Essa eleição marcou o fim do regime militar que governava o Brasil desde 1964.

Antes de Sarney assumir o poder tinha-se na presidência João Baptista de Oliveira Figueiredo que governou no período de 1979 até 1985. Esse foi um período conhecido como “década perdida”, pouco crescimento, inflação alta, nos anos 80 uma inflação de 110% em 89 já chegava a 1.782%, a dívida do país chegava a US\$ 100 bilhões, conforme Munhoz (1997).

Também teve congelamentos de preços, e mudança na moeda nacional, o Plano cruzado veio substituir o cruzeiro. A população teve aumento real do poder de compra, porém o país não estava preparado para esta demanda, começou a faltar mercadorias nos supermercados. O povo atuava como “Fiscal do Sarney”, entregando comerciantes que vendiam acima dos preços tabelados. Em 1987 o governo decretou moratória, e o custo do financiamento no Brasil aumentou (BNDES, 2002).

Diante deste cenário o BNDES, precisou se remodelar-se e em 1982 passou a ser chamar BNDES, incluindo o S de Social. Como o setor mais atingido nesse período foi o industrial, então o PIS/Pasep acabou sofrendo uma queda na arrecadação e isso fez com que diminuísse a capacidade do Banco em financiar projetos, já que o Banco contava com esses recursos. Esgotara-se também o processo de substituição de importações, considerada fonte de dinamismo para a economia (BNDES, 2002).

Na década de 80, o conceito de integração competitiva ganhou espaço, procurava-se expandir o mercado interno e também fazer com que a economia nacional ganhasse a

⁵⁰Campanha das Diretas – Campanha promovida por todos os setores da sociedade brasileira, em 1984, na luta pela aprovação no Congresso e Assembleia da emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente da República. A emenda foi rejeitada.

preferência dos consumidores externos. O Banco passou a incentivar as empresas brasileiras a competir com os produtos importados e também incentivou as exportações (BNDES, 2009).

Mais tarde o Banco criou fundos especiais para dar apoio às empresas exportadoras, que também geram renda e emprego, que são objetivos do Banco.

3.4.2 Fundo de Investimento Social (Finsocial)

Criado em 25 de maio de 1982, pelo decreto-lei 1940, pelo governo Figueiredo. O Finsocial tinha como objetivo apoiar programas de alimentação, educação, habitação popular, saúde e amparo ao pequeno agricultor, ou seja, o governo tentava amenizar as desigualdades sociais que crescia cada vez mais no país. O BNDES passou a ser o gestor⁵¹ desse fundo, até mesmo porque já tinha experiência nesta área, pois o Banco atuava em parceria com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), Legião Brasileira de Assistência⁵² (LBA) e outras entidades (BNDES, 2002).

Alguns dos trabalhos feitos pelo BNDES, com fim social foram: o combate à doença de Chagas e a Malária, duas doenças que causavam sérios problemas no país. Além de outros trabalhos voltados a sociedade mais carente (BNDES, 2009).

3.4.3 Programa de Conservação do Meio-Ambiente (Conserve)

Na década anterior o Banco iniciou um estudo pioneiro sobre a variável ambiental, então na década de 80 criou o Programa de Conservação do Meio-Ambiente (Conserve), tinha

⁵¹Em depoimento para o livro “BNDES 50 anos de desenvolvimento”, 2002 – Carlos Lessa, Diretor do BNDES (1985-9), reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – (UFRJ). – “O Dr. Ulysses me indicou como homem do PMDB para controlar e sanear o Finsocial no BNDES. A ideia era convertê-lo de instrumento de manipulação em laboratório de política social. Eram mais ou menos US\$ 50 milhões, uma massa de recursos muito grande. Ali, chegando com a onda de reconstrução da democracia no Brasil, tive o privilégio de receber para trabalhar comigo um conjunto de sessenta a setenta técnicos empolgados com a ideia de pegar o saber do BNDES e aplicá-lo à área social com a competência exercida com o desenvolvimento industrial e a infraestrutura”.

⁵²LBA – criada com o decreto Nº. 12, de 18 de janeiro de 1991 – para saber mais consulte o site: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0012.htm>.

como parceiro agências multilaterais de crédito, o objetivo do programa era, estimular o controle da poluição em áreas urbanas, industriais e rurais (BNDES, 2002).

3.4.4 Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Esse fundo veio para substituir o PIS/Pasep, 40% desse fundo destinava-se para as aplicações do Banco, este fundo assim como era o PIS/Pasep, também é arrecadado com parte da receita das empresas. O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico (MTE, 2009).

Sua principal fonte de recursos do FAT é composta pelas contribuições para o Programa de Integração Social (PIS), criado por meio da Lei Complementar nº 07, de 07 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), instituído pela Lei Complementar nº. 08, de 03 de dezembro de 1970. E foi através da Lei Complementar nº. 19, de 25 de junho de 1974, que as arrecadações dos referidos programas passaram a figurar como fonte de recursos para o BNDES (BNDES, 2009).

A partir da Lei Complementar nº. 26, de 11 de setembro de 1975, estes programas foram unificados, hoje sob denominação Fundo PIS-PASEP. E em 1988 alterou-se a destinação através do art. nº. 239, dos recursos oriundos da arrecadação das contribuições para o PIS e para o PASEP, que deixaram de ser direcionados a este Fundo, passando a ser reservado ao FAT, direcionados ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e pelo menos quarenta por cento, ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico, esses últimos a cargo do BNDES. As principais ações de emprego financiadas com recursos do FAT⁵³ estão estruturadas em torno de dois programas (BNDES, 2009):

⁵³Para saber sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) consulte o site: <<http://www.mte.gov.br/fat/default.asp>>.

- Programa do Seguro-Desemprego (com as ações de pagamento do benefício do seguro-desemprego, de qualificação e requalificação profissional e de orientação e intermediação de mão-de-obra); e
- Programas de Geração de Emprego e Renda (com a execução de programas de estímulo à geração de empregos e fortalecimento de micro e pequenos empreendimentos), cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº. 8.352, de 28 de dezembro de 1991.

3.4.5 Aprovações BNDES por atividades

A tabela 7 mostra o período compreendido entre 1980 e 1981 referente aos setores em que o Banco financiou.

Tabela 7: Aprovações de financiamento segundo os ramos e gêneros de atividades nos períodos 1980 e 1981, pelo sistema BNDES-valores anuais médios em Cr\$ bilhões de 1991.

Ramos e Gêneros/Anos	1980	%	1981	%
Insumos Básicos	3.180	34,1	4.527	43,5
Mineração	158	1,7	422	4,1
Siderurgia	1.539	16,5	2.315	22,2
Metalurgia	540	5,8	1.165	11,2
Químicos e Fertilizantes	390	4,2	249	2,4
Celulose e Papel	267	2,9	204	2,0
Produtos de Minerais não metálicos	286	3,1	172	1,7
Equipamentos	323	3,5	185	1,8
Mecânico Elétrico	246	2,6	166	1,6
Material de Transporte	77	0,8	19	0,2
Outras indústrias	1.182	12,7	1.062	10,2
Têxtil e Calçados	179	1,9	82	0,8
Produtos Alimentares	221	2,4	89	0,9
Outros	782	8,4	891	8,6
Infraestrutura	4.310	46,2	3.961	38,0
Energia Elétrica	2.996	32,1	2.219	21,3
Ferrovias	586	6,3	1.597	15,3
Rodovias	312	3,3	118	1,1
Hidrovias	68	0,7	11	0,1
Outros Setores	348	3,7	16	0,2
Outras Atividades	342	3,7	683	6,6
Ensino Pesquisa e Desc. Técnico	2	0,0	6	0,1
Distribuição	109	1,2	13	0,1
Outros	231	2,5	664	6,4
Total	9.337	100,0	10.418	100,0

Fonte: BNDES (1992c) apud Curralero, 1998.

Com os dados da tabela 7, destaca-se o setor de infraestrutura que recebia 46,2%, principalmente em (energia elétrica e ferrovias) e nos anos 80 e recuou para 38%. Em 81 o setor de insumos básicos ao contrário em 80 recebia 34,1% e em 81 aumentou para 43,5%, principalmente em (siderurgia e metalurgia).

Enquanto os demais setores ficaram com 12,7% e 10,2% para outras indústrias, 3,7% e 6,6% para outras atividades e por último 3,5% em 80 e 1,8% em 81 para equipamentos, principalmente (mecânico elétrico). Então nesta década continua a diversificação dos setores, que já havia iniciado na década anterior, mas se observa na tabela 7 que ainda há investimentos para a infraestrutura.

3.4.6 Privatização

Deu-se início o processo de privatização das empresas controladas pelo Banco. Foram leiloadas na Bolsa de Valores os controle das seguintes companhias:

- Companhia de Tecidos Nova América (1987);
- Máquinas Piratininga do Nordeste;
- Máquinas Piratininga S.A.;
- Caraíba Metais;
- Sibra;
- Celpag; e
- Siderúrgica Nossa Senhora Aparecida.

A comissão do Banco identificou 140 (cento e quarenta) empresas consideradas propícias para serem privatizadas e 50 (cinquenta) delas consideradas prontas para venda. Em 1981, 20 (vinte) delas já estavam vendidas e 1 (uma) arrendada e 8 (oito) foram absorvidas por outras instituições públicas. Foi arrecado um total de US\$ 190 milhões em receita (BNDES, 2002).

O censo realizado em 1979 pela Secretaria Especial de Controle de Estatais (Sest) identificou 268 empresas do governo da qual 76 eram originalmente privadas. Muitas delas eram controladas pelo BNDES, que por falta de pagamentos dos empréstimos o Banco acabava virando acionista, então como muitas delas estavam dando prejuízo o Banco optou

pela venda em leilões públicos, e assim nascia o modelo brasileiro de privatização (BNDES, 2002).

Em relação ao início das privatizações no Brasil, Pinheiro (2000, p. 15) salienta que:

Ao avaliar a experiência brasileira de privatização nos anos 80, o Banco Mundial conclui que “o primeiro flerte do Brasil com a privatização foi um ‘clássico exemplo de fiasco’” [cf. World Bank (1989)]. Na prática, tanto em termos de velocidade como de escopo, a venda das estatais nos anos 80 esteve muito aquém do nível prometido pelo discurso do governo. Além disso, a maior parte das vendas foi feita pelo BNDES, cuja motivação para a privatização estava mais relacionada à sua necessidade de se livrar de empresas problemáticas e deficitárias do que a uma percepção favorável sobre a privatização por parte do governo. A privatização não era uma prioridade para o setor público.

Apesar do World Bank considerar o início das privatizações no Brasil um fracasso, esse processo inicial deu sustentação para um grande processo de privatização na década seguinte. Para Batista (2002, p. 16) “A abertura da economia às importações e a privatização de empresas estatais, timidamente iniciadas no final da década de 80, se tornaram um dos eixos centrais da estratégia econômica do país no início da década de 90”. Com essa experiência no processo de privatizações das empresas, o BNDES na década seguinte vai ser um dos principais órgãos a participar do processo que se amplia na próxima década. Em depoimento para o livro “BNDES 50 anos de desenvolvimento”, (2002) – Nildemar Seches, Engenheiro, funcionário (1973-90) e diretor do BNDES (1987/90) diz que:

Constatou-se então que o BNDES despendia muita energia em recursos financeiros e humanos com as empresas das quais tinha o controle acionário. Um dos principais aspectos apontados pelo documento indicava a urgente necessidade de devolvermos todas essas empresas à iniciativa privada através de um programa de privatização, o que efetivamente ocorreu na segunda metade dos anos 80. O sucesso dessas vendas deu ao BNDES a experiência necessária para sua atuação como gestor do Programa Nacional de Desestatização que viria a ser criado pelo Governo Federal no início da década de 90.

No depoimento de Nildemar Seches, confirma-se o início do processo das privatizações, em que o BNDES passa para o setor privado, aquelas empresas que o Banco não tinha interesse em dirigir até mesmo porque esse não é o papel do Banco, mas que estavam sob a gerência do Banco por este ter o controle acionário. E o Banco não tinha interesse, porque, é uma situação que acaba saindo dos seus objetivos que é ser impulsionador do crescimento das empresas, e não ele próprio a comandar empresas que tem por finalidade atividades não relacionadas com as atividades do Banco.

3.5 SÍNTESE CONCLUSIVA

Considerando essas quatro décadas de existência do Banco, pode-se dizer que na década de 50 período de sua criação, o Banco esteve voltado para a infraestrutura, principalmente energia elétrica e transportes, que eram considerados os gargalos que atrasavam o desenvolvimento econômico. Na década seguinte, período de 60, o Banco começou a diversificar seus financiamentos, ou seja, outros setores foram atendidos, porém o setor de infraestrutura também continuou recebendo investimentos.

Os insumos básicos (siderurgia, metalurgia, químicos e fertilizantes, celulose e papel, produtos minerais não metálicos) são os que tiveram mais investimentos. Entrando na década de 70, percebe-se uma inversão dos investimentos, que passam a serem maiores no setor privado, na verdade essa inversão começou na década de 60, precisamente no ano de 1968 em que pela primeira vez os investimentos para o setor privado são maiores que os investimentos para o setor público.

E por último na década de 80, quando o país atravessava o período da “década perdida”, em que o crescimento diminuiu e a desigualdade social aumentou, o BNDES, inclui em seu nome o ‘S’ de social, e a partir de 1982, ele passou a se chamar BNDES e não mais BNDES. E então o Banco passa também a criar projetos sociais. E nessa década começa as primeiras privatizações, embora na década de 70 já tivesse algumas desestatizações, porém pouco significativas.

Enfim pode-se dizer que o BNDES como aparelho do Estado, fez uma política ativa e desempenhou adequadamente o seu papel de financiador a longo prazo dentro deste período analisado. Neste sentido sintetiza-se as ocorrências por períodos e conclui-se que nos anos 50 houve mais investimentos para o setor público em relação ao setor privado: Infraestrutura foi o setor que mais recebeu investimentos, principalmente (energia elétrica e transportes).

Nos anos 70, houve mais investimentos para o setor privado em relação ao setor público; insumos básicos foi o setor que mais recebeu investimentos, principalmente; (siderurgia, químicos e fertilizantes). E nos anos 80 insumos básicos foi o setor que mais recebeu investimentos, principalmente; (siderurgia e metalurgia).

4 TRAJETÓRIA DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – DÉCADAS DE 1990 - 2008

Este capítulo tem por objetivo apresentar os principais acontecimentos contextualizando as ações do BNDES com os acontecimentos político-econômico de cada período, serão analisados, década de 90 e depois a partir do ano 2000. Esse período é dividido em três fases, primeira fase: governos Fernando Collor de Mello e Itamar Franco (1990/94) a segunda fase Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) e a terceira fase Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2008). Assim na seção 4.1 apresenta-se BNDES o Banco gestor das privatizações, na seção 4.2 busca-se detalhar o BNDES e as privatizações, na seção 4.3 averigua-se o BNDES e as aprovações e desembolsos, na seção 4.4 analisa-se a FINAME, na seção 4.5 analisa-se o BNDES e as exportações, na seção 4.6 verifica-se o BNDES e a internacionalização das empresas nacionais, na seção 4.7 apresenta-se o BNDES PARTICIPAÇÕES S.A.–BNDESPAR, na seção 4.8 busca-se um comparativo do período FHC/Lula e na seção 4.9 faz-se uma síntese conclusiva.

4.1 BNDES O BANCO GESTOR DAS PRIVATIZAÇÕES

4.1.2 Plano Nacional de Desestatização-PND e o BNDES

O Plano Nacional de Desestatização (PND) foi criado pela Lei nº. 8.031⁵⁴, de 12.04.1990. Seus objetivos fundamentais conforme ANDIMA (1997, p.18) era:

- 1.reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;
- 2.contribuir para a reestruturação econômica do setor público, especialmente através da melhoria do perfil e da redução da dívida pública líquida;
- 3.permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;
- 4.contribuir para a reestruturação econômica do setor privado, especialmente para a modernização da infraestrutura e do parque industrial do País, ampliando sua

⁵⁴Lei nº 9.491 de 9 de setembro de 1997. Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Para saber mais acesse <http://www.planalto.gov.br/ccivel_03/Leis/949.htm>.

competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia, inclusive através da concessão de crédito;

5. permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais; e

6. contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa.

Sua estrutura operacional possui dois órgãos principais:

- Conselho Nacional de Desestatização (CND); e
- Fundo Nacional de Desestatização (FND).

O primeiro como agente superior de decisão do programa, e o segundo tem natureza contábil tem como gestor o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), (ANDIMA, 1997).

Segundo Farias (2008, p. 74-75) o BNDES como Gestor do Fundo Nacional de Desestatização coube:

- i. fornecer apoio administrativo e operacional, necessário ao funcionamento do Conselho Nacional de Desestatização, aí se incluindo os serviços de secretaria;
- ii. divulgar os processos de desestatização, bem como prestar todas as informações que vierem a ser solicitadas pelos poderes competentes;
- iii. constituir grupos de trabalho, integrados por funcionários do BNDES e suas subsidiárias e por servidores da Administração direta ou indireta requisitados nos termos da alínea “d” do § 4º do art. 6º, desta Lei, para o fim de prover apoio técnico à implementação das desestatizações;
- iv. promover a contratação de consultoria, auditoria e outros serviços especializados necessários à execução das desestatizações;
- v. submeter ao Presidente do Conselho Nacional de Desestatização as matérias de que trata o inciso II do art. 6º, desta Lei;
- vi. promover a articulação com o sistema de distribuição de valores mobiliários e as Bolsas de Valores;
- vii. selecionar e cadastrar empresas de reconhecida reputação e tradicional atuação na negociação de capital, transferência de controle acionário, venda e arrendamento de ativos;
- viii. preparar a documentação dos processos de desestatizações, para apreciação do Tribunal de Contas da União; e
- ix. submeter ao Presidente do Conselho outras matérias de interesse do Programa Nacional de Desestatização.

As tarefas incumbidas ao BNDES, foram reforçadas pela experiência que já possuía, em face de ter privatizado algumas empresas que estavam sob seu comando, e também porque o Banco tinha um corpo funcional competente para administrar o processo.

Conforme Pinheiro e Fukasaku (2000, p. 21), sobre a estrutura institucional do PND; “baseava-se na experiência do BNDES nos anos 80” E em virtude disso o BNDES passa a ter presença marcante em todo o processo de privatização e desestatização que aconteceu no

Brasil. No início do programa e com a troca da Presidência da República, os organizadores deste programa chegaram a temer pelo futuro do programa como segue nas palavras de Pinheiro e Fukasaku (2000, p. 24):

Em setembro de 1992, quando o presidente Collor de Mello sofreu o *impeachment* e foi substituído pelo vice-presidente Itamar Franco, muitos temiam pelo futuro do PND. O novo presidente já manifestara abertamente sua oposição à venda da Usiminas e, em vários episódios, havia se confrontado com o presidente do BNDES, que então presidia a Comissão de Privatização. Contudo, após uma suspensão de três meses, durante ao quais todos os procedimentos do PND foram objeto de rigoroso exame (mas não substancialmente alterados), o governo Itamar Franco deu prosseguimento ao processo de privatização.

Apesar de inicialmente o governo Itamar Franco ser quase que contra a privatização, ela continuou, seu processo foi sim um pouco retardado por conta disso, pois foram feitos estudos de revisão para que o Presidente da República se convencesse que o processo realmente estava correto e assim continuou seguindo seus trâmites legais. E por fim o presidente Itamar Franco concordou com o programa de privatizações.

Desde sua criação até 1997 o programa já havia desestatizado vários setores, como o setor de siderurgia que foi o mais desestatizado alcançando 32% do total de desestatizações, mineração também alcançou uma cifra considerável 19%.

A empresa nacional não financeira foi a que mais comprou, ou seja, teve uma participação bem significativa no programa, juntamente com o sistema financeiro nacional, significam mais de 60% das compras. Pessoa física foi o que teve menor participação somente 5,9%, isso até os anos de 1997, depois percebe-se que esse quadro se inverte.

Na tabela 8, verifica-se os resultados setoriais das privatizações do PND no período 1991/2006, em US\$ milhões.

Tabela 8: Resultados setoriais das privatizações do PND em US\$ milhões-sob gestão do sistema BNDES 1991/2006.

Setores	Número de Desestatizações	Receita da Venda	Dívida Transferida	Resultado Total
Siderurgia	8	5.561,50	2.626,30	8.187,80
Petroquímica	27	2.698,50	1.002,70	3.701,20
Fertilizantes	5	418,2	75,3	493,50
Energia Elétrica	3	3.908,20	1.669,90	5.578,10
Ferrovário	7	1.696,90		1.696,90
Mineração	2	5.201,80	3.558,80	8.760,60
Portuário	7	420,80		420,80
Financeiro	6	4.515,10		4.515,10
Petróleo e Gás	1	4.840,30		4.840,30
Outros	5	393,50	268,4	661,90
Decreto 1.068		1.169,00		1.169,00
Total	71	30.823,80	9.201,40	40.025,20

Fonte: BNDES apud Farias, (2008, p. 108).

Com dados da tabela 8, observa-se que mineração foi o setor que deu maiores resultados somados receita de venda mais dívida transferida, sozinho ele equivale a 22% do resultado total, siderurgia fica em segundo lugar com resultado total correspondente a 20%, e energia elétrica em terceiro com 14%. Os três setores juntos correspondem a 56% do resultado total, ou seja mais da metade do resultado total fica por conta desses três setores, mineração, siderurgia e energia elétrica.

No entanto se observado pelo número de desestatizações por setor, percebe-se que o setor que mais apresenta número de desestatizações é o setor de petroquímica, que desestatizou 27 empresas, mas apresenta somente 9% do resultado total. Em segundo aparece o setor de siderurgia com oito desestatizações. Então pode-se dizer que o setor siderúrgico aparece em segundo lugar em relação aos melhores resultados totais e em segundo lugar em número de desestatizações. Carvalho Jr. (2007, p 108-109) comenta que:

Em 1993, deu-se início aos processos de privatizações das siderúrgicas. Naquele ano, oito empresas estatais tinham sido privatizadas – as quais detinham uma capacidade produtiva de 19,5 milhões de toneladas, ou seja, 70% da produção nacional da época. Nos anos que se seguiram, houve um significativo investimento em modernização e atualização tecnológica, o que resultou em aumento da produtividade e da competitividade internacional do setor. A privatização do complexo siderúrgico brasileiro trouxe ao setor um expressivo afluxo de capitais, em composições acionárias da maior diversidade. Assim, muitas empresas produtoras passaram a integrar grupos industriais e/ou financeiros cujos interesses na siderurgia se desdobraram para atividades correlatas de apoio logístico, com o objetivo de alcançar economia de escala e competitividade.

O capital entrante acabou por dar impulso ao setor, para que este pudesse ser competitivo e lucrativo. E ainda passou a atuar em atividades inerentes ao processo. É importante que o setor receba tecnologia e assim se aprimore e continue competitivo, do contrário esta sujeito a amargar prejuízos, se permanecer por exemplo com maquinário antigo e desatualizado, pois a concorrência certamente irá dominar o mercado.

As privatizações acontecem por causa de todo um processo de transformação do Estado, transformações que ocorrem interna e externamente. Farias (2008, p. 50) fala que: “As privatizações não podem ser interpretadas como um evento isolado, mas sim como um elemento constituinte de uma profunda transformação na própria estrutura do Estado”. Um dos motivos que levam o Estado a repensar sua condição é justamente o peso que estava carregando o Estado tinha a intenção de privatizar para poder investir em outros setores, e deixar que a iniciativa privada cuidasse das empresas já existentes que agora passariam ao poder privado e este na visão do Estado, estaria mais preparado para a concorrência, inclusive

ser competitivo no mercado internacional. Além de que o país também precisava pagar suas dívidas, e a receita das privatizações teriam parte neste papel.

Velasco Jr. (1997 apud FARIAS, 2008, p. 51) salienta que:

As privatizações se enquadram num contexto maior de reformas, que visavam duas coisas: reduzir o tamanho do Estado, através das privatizações de empresas estatais, e reorientar o papel do Estado, não apenas reduzi-lo, mas dotá-lo de uma nova capacidade de intervenção, que coadune com as prerrogativas do mercado, isto é, das grandes empresas.

Na década de 90, o Estado se reestrutura, e para isso passou a vender empresas, pois a redução do tamanho era um fator que foi considerado um entrave no seu desenvolvimento. Então nessa fase o Brasil passa a praticar políticas neoliberais. A ideia também é de fazer entrar fluxos de capitais para agilizar os setores e torná-los competitivos, a injeção de investimentos sejam eles internos e/ou externos, trazendo benefícios para os setores, principalmente em modernidade de equipamentos, pesquisa e desenvolvimento, desta forma tornando os setores mais ágeis e alcançando ganhos de escala.

A tabela 9 apresenta dados gerais do programa de privatizações no Brasil, divididos por anos e, compreende o período de 1991/2006. A tabela também expressa o total de privatizações por categorias, sendo elas PND, Estadual e Telecomunicações. Desta forma pode-se visualizar quanto cada categoria se expressou em valores. A tabela cobre um período de 16 anos. Este período vai de Collor a Lula.

Tabela 9: Resultados anuais por programa de privatizações no Brasil, sob gestão do BNDES-1991/2006, em US\$ milhões.

Ano	PND	Estadual	Telecomunicações	Resultado Total
1991	1.988			1.988
1992	3.383			3.383
1993	4.188			4.188
1994	2.315			2.315
1995	1.628			1.628
1996	4.749	1.770		6.519
1997	7.824	15.116	4.734	27.674
1998	2.737	10.857	23.948	37.542
1999	133	3.886	421	4.440
2000	7.670	3.041	-	10.711
2001	1.090	29	1.815	2.934
2002	1.977	-	257	2.234
2003		-	-	0
2004	27	-	-	27
2005	316	-	-	316
2006	0,2	-	-	0,2
Total	40.025	34.699	31.175	105.899

Fonte: BNDES (2008 apud Farias, 2008, p.107).

Extraindo os dados da tabela 9, resume-se que o Plano Nacional de Desestatização (PND) correspondeu a 38% do resultado geral, enquanto que as privatizações estaduais corresponderam com 33% e as telecomunicações com 29% do total. E no geral foi obtido uma receita no valor de US\$ 105.899 bilhões em 1996 para efeito de comparação, usou-se a dívida externa que teve um total⁵⁵ em 2006 de US\$ 172.589 bilhões (Revista Conjuntura Econômica 2009).

Até 1995 teve-se apenas o Programa Nacional de Privatizações (PND), e somente a partir de 1996 aparece às privatizações Estaduais e por fim em 1997 aparecem as privatizações em Telecomunicações. Observa-se também que as privatizações em Telecomunicações e Estadual em muito menos tempo quase alcançam as receitas do PND, que esteve em vigor por mais anos.

Em 2003 não houve nenhuma privatização, esse foi o período de transição do governo FHC para o governo Lula. Lula em seu discurso de campanha dizia que não iria privatizar, inclusive porque como candidato sempre na oposição, defendia a não privatização, porém só não houve privatização no primeiro ano de seu mandato, depois retoma-se o processo de privatização, claro que bem menos empresas foram privatizadas no seu mandato, mas isso se deve também ao esgotamento do processo de privatização, e não somente por sua vontade.

Na tabela 10 verifica-se o resumo das privatizações no Brasil por programa, detalhando-se o resultado total por receita de venda mais dívidas transferidas, até o ano de 2006.

Tabela 10: Resumo das privatizações no Brasil por programa até 2006-sob gestão do BNDES.

Programa	Receita de Venda	Dívidas Transferidas	Resultado da Desestatização
Estadual	27.948,8	6.750,2	34.699,0
PND	30.824,2	9.201,4	40.025,6
Telecomunicações	29.049,5	2.125,0	31.174,5
Resultado Geral	87.822,5	18.076,6	105.899,1

Fonte: BNDES, 2009.

Com os dados da tabela 10, observa-se que de forma geral o PND foi o programa que mais obteve receitas bem como foi o programa que mais transferiu dívidas para o setor privado. Verifica-se também que o setor de telecomunicações foi o que menos transferiu dívidas.

⁵⁵Considerando de curto, médio e longo prazos.

A seguir na tabela 11 apresenta-se os dados até 2006, das privatizações no Brasil. Com percentual por setores, dessa forma analisa-se quais setores que foram mais expressivos neste processo, ou melhor ao final deste processo.

Tabela 11: Resumo das privatizações (PND, Estadual e Telecomunicações) no Brasil por setor até 2006, sob gestão do BNDES-receitas em US\$ bilhões.

Setor	%	US\$ bilhões
Telecomunicações	32	338,877
Energia Elétrica	30	317,697
Siderúrgico	8	84,719
Mineração	8	84,719
Petróleo e Gás	7	74,129
Financeiro	6	63,539
Petroquímico	4	42,359
Transportes	2	21,179
Saneamento	1	10,589
Decreto 1068 ⁵⁶	1	10,589
Outros	1	10,589
Total	100%	105,899,100

Fonte: BNDES, 2009. Elaboração própria.

Com os dados da tabela 11 destaca-se os setores que mais foram privatizados no Brasil, em relação à receita arrecada que contabilizou um total de US\$ 105,89 bilhões. Telecomunicações e energia elétrica, juntos os dois correspondem a 62% do total das privatizações em receita, ou seja, mais da metade das receitas das privatizações no Brasil correspondem a esses dois setores. Depois seguidos por siderurgia e mineração 8% cada um, petróleo e gás 7%.

4.2 O BNDES E AS PRIVATIZAÇÕES

4.2.1 Período 1990/1994

O período que se estende de 90 a 94 fica assim definidos, de (15.03.1990) a (02.10.1992) período Fernando Collor de Mello na presidência e de (02.10.1992) a

⁵⁶Decreto nº 1.068, de 2 de março de 1994 Dispõe sobre a inclusão no Programa Nacional de Desestatização (PND) das participações societárias minoritárias, detidas pelas entidades da Administração Federal que menciona, e da outras providências. Para saber mais acesse o site <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109468/decreto-1068-94>>.

(01.01.1995) período Itamar Franco na Presidência, e então caracteriza-se como o período (1990/94), da qual apresenta-se resumidamente o processo de privatizações neste período.

Pinheiro (2000) contribui com as informações das quais diz que num total 33 empresas foram privatizadas. Sendo uma receita de US\$ 8,5 bilhões e transferido para o setor privado US\$ 3,3 bilhões em dívidas.

Tabela 12: Resultado das privatizações do período-1990/94, sob gestão do BNDES.

1990/1992	1993/1994
Desestatizações de 18 empresas	Desestatizações de 15 empresas
Arrecadação de US\$ 4 bilhões	Arrecadação de US\$ 4,5 bilhões
Siderurgia, fertilizantes e petroquímica	Siderurgia

Fonte: BNDES, 2009. Elaboração própria.

Como verificado na tabela 12, nesse primeiro momento há um quadro ainda pouco expressivo em relação à privatização, porém esse foi um momento que também impulsionou para mais tarde aumentar este processo de privatizações. No governo Collor tiveram três empresas a mais que no governo Itamar Franco, porém no período Itamar Franco o valor arrecadado superou a arrecadação do governo Collor. Para saber mais sobre os resultados das vendas por investidor, no período Collor/Itamar Franco analisa-se a tabela 13.

Na tabela 13 verifica-se os resultados das vendas das empresas por investidor nas privatizações dos anos 1990 a 1994, sob a gestão do BNDES.

Tabela 13: Resultado de venda das empresas por investidor nas privatizações-1990/1994, sob gestão do BNDES.

Tipo de Investidor	Receita da Venda em US\$ milhões	%
Empresas Nacionais	3.116	36
Instituições Financeiras	2.200	25
Pessoas Físicas	1.701	20
Fundos de Pensão	1.193	14
Investidor Estrangeiro	398	5
Total	8.608	100%

Fonte: BNDES (2002 apud Farias, 2008, p.104).

Com os dados da tabela 13 constata-se que os maiores investidores foram às empresas nacionais, que juntamente com as instituições financeiras percebem mais de 60% das compras. O investidor estrangeiro teve 5% de participação, no período compreendido entre 1990/1994. Instituições financeiras e pessoas físicas, também tiveram valores expressivos, note-se que as instituições financeiras ficaram com 25% e pessoa física com 20%. Conforme a tabela 13 verifica-se que as empresas nacionais investiram em torno de 87% a mais que o investidor estrangeiro no período 1990/94.

4.2.2 Período 1995/2002

No governo de Fernando Henrique Cardoso, verifica-se que foi o maior período de privatizações no país, da qual o Estado privatizou bancos estaduais, empresas siderúrgicas, telefônicas, distribuidoras de energia e ferrovias, depois criou agências reguladoras, para regular e fiscalizar as empresas privatizadas.

Na tabela 14 analisa-se os resultados das vendas por investidor, neste contexto, verifica-se quem foram os maiores e os menores investidores das empresas brasileiras, aqueles que na verdade se interessaram pelas estatais brasileiras.

Tabela 14: Resultado de venda das empresas por investidor-1995/2002, sob gestão do BNDES.

Tipo de Investidor	Receita da Venda em US\$ milhões	%
Investidor Estrangeiro	41.737	53
Empresas Nacionais	20.777	26
Pessoas Físicas	6.316	8
Sistema Financeiro Nacional	5.158	7
Entidade de Previdência Privada	4.626	6
Total	78.614	100%

Fonte: BNDES (2002 apud Farias, 2008 p.104).

Diferente do período anterior, e com os dados da tabela 14 percebe-se uma inversão, enquanto no período Collor/Itamar Franco o investidor estrangeiro aparecia somente com 5%, aqui ele aparece como principal investidor, com cifras bem altas de 53%, ou seja, mais da metade das vendas do período FHC foi comprada pelo investidor estrangeiro. Empresas nacionais aparecem em segundo com 26% de investimentos. Enquanto que no período anterior. Empresas nacionais eram líderes no processo de compras e tinham investido 36%, ou seja, investiram em 36% do total privatizado.

Na tabela 15 verifica-se as origens dos investidores estrangeiros que compraram algumas das estatais brasileiras, no período de 1991 a 2002, considerando-se PND, Estaduais e Telecomunicações.

Tabela 15: Privatização das empresas por investidor estrangeiro-sob gestão do BNDES-1991/2002-valores expressos em US\$ milhões.

País	PND		Estaduais		Telecomunicações		Total	%
	Total	%	Total	%	Total	%		
Estados Unidos	4.318	15,1	6.024	21,6	3.692	12,8	14.034	16,5
Espanha	3.606	12,6	4.027	14,4	5.042	17,5	12.675	14,9
Portugal	1	0,0	658	2,4	4.224	14,7	4.882	5,7
Itália	0	0,0	143	0,6	2.479	8,6	2.621	3,1
Chile	0	0,0	1.006	3,6	0	0	1.006	1,2
Bélgica	880	3,1	0	0	0	0	880	1,0
Inglaterra	2	0,0	692	2,5	21	0,1	715	0,8
Canadá	21	0,1	0	0	671	2,3	692	0,8
Suécia	0	0,0	0	0	599	2,1	599	0,7
França	479	1,7	196	0,7	10	0,0	686	0,8
Holanda	5	0,0	410	1,5	0	0	415	0,5
Japão	8	0,0	0	0	256	0,9	264	0,3
Coreia do Sul	0	0,0	0	0	265	0,9	265	0,3
Argentina	0	0,0	148	0,5	11	0,0	159	0,2
Alemanha	75	0,3	0	0	0	0	75	0,1
Outros	1.815	2,6	350	1,3	0	0	2.165	1,3
Participação Estrangeira	11.210	36,4%	13.654	48,9%	17.270	59,4%	42.134	48%
Total	30.824.2	100	27.948.8	100	29.049.5	100	87.822.5	100

Fonte: BNDES, 2009.

Com base nos dados da tabela 15, classifica-se os maiores investidores estrangeiros no Brasil no processo de privatizações, ou seja, os maiores compradores das empresas estatais brasileiras. O primeiro da lista são Estados Unidos, seguido por Espanha, Portugal e Itália. Então no topo da lista há um país Norte-Americano e três Europeus, na continuidade da lista aparece apenas dois países pertencentes à América Latina, sendo eles Chile e Argentina. Se analisado em porcentagem verifica-se que os maiores compradores por continente, são os Europeus com 27,6%, seguido pelos Norte-Americanos com 17,3% enquanto que a América Latina tem participação de 1,4% e a Ásia com 0,6% do total da participação estrangeira.

4.2.3 Período 2003/2008

No governo Lula, houve uma significativa diminuição no processo das privatizações, mais abertura no comércio mundial, e na participação das empresas brasileiras no comércio exterior, assim como também nas entradas de multinacionais no país.

Por outro lado a abertura comercial nos obriga a investir em novos setores prestadores de tecnologia. A busca pela competição se tornou obrigatória no contexto

econômico atual. Os países que não se adaptarem ao novo modelo econômico mundial, certamente serão prejudicados, suas economias ficarão estagnadas, e ainda serão dependentes das tecnologias importadas.

Na tabela 16, observa-se os resultados anuais por programa de privatizações no Brasil no período 2003/2006.

Tabela 16: Resultados anuais por programa de privatizações no Brasil-sob gestão do BNDES-2003/2006, em US\$ milhões.

Ano	PND	Estadual	Telecomunicações	Resultado Total
2003		-	-	0
2004	27	-	-	27
2005	316	-	-	316
2006	0,2	-	-	0,2
Total	343,2			343,2

Fonte: BNDES (2008 apud Farias, 2008, p.107).

Na tabela 16, verificou-se que no período analisado houve uma redução nas privatizações, nos setores de Telecomunicações e Estadual, não houve privatizações, somente o PND deu continuidade as privatizações, porém com números bem reduzidos.

4.3 BNDES E AS APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS

4.3.1 Período 1990/1994

Na tabela 17 resume-se as aprovações e desembolsos do Banco no período Collor/Itamar Franco, 1990/1994.

Tabela 17: BNDES-aprovações e desembolsos de financiamentos-1990/1994.

US\$ MIL		
Ano	Aprovações	Desembolsos
1990	3.212.936	3.248.021
1991	3.861.368	3.077.377
1992	4.838.867	3.178.460
1993	3.701.590	3.224.049
1994	5.931.460	5.511.141
Total	21.546.221	18.239.048

Fonte: BNDES, 2009. Elaboração própria.

Com os dados da tabela 17 compara-se entre 1990 e 1994, início do mandato de Collor e no fim do mandato de Itamar Franco. Os desembolsos em 1994 são quase o dobro dos desembolsos do ano de 1990. E também no período analisado de 92 a 94 a um crescimento contínuo dos desembolsos. Portanto no governo de Itamar observa-se um crescimento dos desembolsos do BNDES. Portanto houve uma melhora nas aprovações bem como no desembolsos.

4.3.2 Período 1995/2002

Na tabela 18 verifica-se as aprovações e desembolsos de financiamento do sistema BNDES no período 1995 a 2002. Os valores estão expressos em moeda nacional.

Tabela 18: BNDES-aprovações e desembolsos de financiamentos-1995/2002.

R\$ milhões		
Ano	Aprovações	Desembolsos
1995	9.743,3	7.678,1
1996	13.034,4	9.606,4
1997	17.522,8	16.461,8
1998	19.884,6	16.349,4
1999	19.539,4	18.051,5
2000	27.624,6	23.045,8
2001	27.129,8	25.216,5
2002	41.073,0	37.419,3
Total	175.551,9	153.828,8

Fonte: BNDES, 2009. Elaboração própria.

Com os dados da tabela 18, verifica-se que no período FHC, que durou oito anos, (considerando-se os dois mandatos), é observado uma evolução crescente das aprovações bem como dos desembolsos. No último ano de FHC os desembolsos aumentaram quase cinco vezes se comparado com o primeiro ano de mandato em 1995. Nos anos de 97 e 98 há um pequeno retrocesso nos desembolsos, mas já no ano seguinte 99 já inicia-se novamente o período de crescimento dos desembolsos.

Na tabela 19 pode-se verificar os desembolsos de financiamento segundo grandes regiões nacionais, no período 1995/2002. Os valores dos desembolsos estão fornecidos em moeda nacional (R\$ milhões). E as grandes regiões são: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, e Centro-Oeste.

Tabela 19: Desembolsos de financiamento segundo grandes regiões-1995/2002. R\$ milhões.

Grandes Regiões	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1995	244,2	1.080,9	3.718,7	1.894,1	740,0	7.678,1
1996	201,9	1.311,5	5.189,2	2.386,1	517,5	9.606,4
1997	321,8	2.225,0	9.234,0	3.312,2	1.368,6	16.461,8
1998	522,2	1.615,6	10.314,2	2.672,0	1.225,2	16.349,4
1999	460,5	1.654,1	10.917,5	3.824,3	1.195,2	18.051,5
2000	930,2	2.783,1	13.008,1	4.260,6	2.063,9	23.045,8
2001	859,7	3.334,2	14.493,7	4.825,5	1.703,4	25.216,5
2002	1.880,8	3.783,7	23.073,6	6.091,8	2.589,3	37.419,3
Total	5.421,30	17.788,10	89.949,00	29.266,60	11.403,10	153.828,8
%	4	12	58	19	7	100

Fonte: BNDES, 2009.

A tabela 19 tem grande relevância porque indica geograficamente a direção dos desembolsos do Banco. É bem visível que a maior parte dos desembolsos é direcionada para o Sudeste, depois as outras quatro partes são divididas de maneira um pouco mais homogênea.

Mas ainda assim classifica-se da seguinte forma, o Sudeste em primeiro lugar com 58%, em segundo lugar aparece à região Sul, com 19%, em terceiro vem o Nordeste com 12% em quarto lugar aparece o Centro-Oeste com 7% e em quinto e último lugar aparece o Norte com apenas 4% do total dos desembolsos. Mais da metade dos desembolsos no período de FHC foram destinados ao Sudeste.

Na tabela 20 apresenta-se para quais ramos de atividades são direcionados esses desembolsos, no período 1999/2002. Os valores monetários estão fornecidos em moeda nacional (R\$ milhões).

Tabela 20: Desembolsos anuais do sistema BNDES por ramos de atividade-1999/2002. (Em R\$ milhões).

Discriminação	1999	2000	2001	2002	Total
Agropecuária	1.286,60	1.908,00	2.762,00	4.508,90	10.465,50
agropecuária	1.286,60	1.908,00	2.762,00	4.508,90	10.465,50
Indústria Extrativa	258,5	120,90	396,30	250,30	1.026,00
indústria extrativa	258,5	120,90	396,30	250,30	1.026,00
Indústria de Transf.	8.136,20	10.267,30	12.736,90	17.157,00	48.297,40
produtos alimentícios	1.203,70	1.065,10	1.693,90	2.090,50	6.053,20
bebidas	292,2	148,5	375,5	237,2	1.053,40
fumo	2,8	0,4	3,5	2,6	9,30
têxtil	354,2	356,5	279,3	289,8	1.279,80
confeção vest. e acessórios	131,7	62,3	63,8	69,2	327,00
couro, artefato e calçado	44,4	114,8	117,2	295	571,40
madeira	103,6	199,6	207,8	236,5	747,50
celulose e papel	294,20	321,90	1.139,70	1.272,60	3.028,40
gráfica	6,8	15,6	24,5	25,5	72,40
coque, petróleo e combust.	120,1	21,70	77,10	183,30	402,20
química	357,50	363,00	636,30	877,40	2.234,20
farmoquímico, farmacêutico	18,9	34,00	52,00	114,10	219,00
borracha e plástico	193,5	189,50	225,20	224,20	832,40
mineral não metálico	99,7	179,00	172,20	238,00	688,90
metalurgia	945,10	1.696,30	1.653,50	1.019,50	5.314,40
produto de metal	204,2	116,30	173,60	332,40	826,50
equip. info.eletrônico, ótico	172,7	168,10	290,90	347,90	979,60
máq.aparelho elétrico	146,8	277,80	209,20	208,40	842,20
máquinas e equipamentos	455,30	626,10	651,00	928,60	2.661,00
veículo, reboque e carroceria	1.274,10	1.556,60	1.282,10	1.459,10	5.571,90
outros equip transporte	1.672,10	2.697,10	3.327,90	6.586,70	14.283,80
móveis	23,40	41,00	55,20	77,00	196,60
produtos diversos	19,40	15,50	24,90	34,00	93,80
manut., reparação, instal.	0,00	0,50	0,80	7,60	8,90
Comércio e Serviços	8.307,20	10.749,70	9.321,40	15.503,00	43.881,30
eletricidade e gás	1.815,90	1.445,90	1.422,70	8.852,30	13.536,80
água, esgoto e lixo	81,80	189,10	90,10	202,40	563,40
construção	451,50	669,20	746,60	763,40	2.630,70
comércio	746,8	955,40	838,30	1.111,50	3.652,00
transporte terrestre	1.074,70	1.204,80	1.612,30	2.136,00	6.027,80
transporte aquaviário	149,90	119,20	131,60	245,30	646,00
transporte aéreo	321,80	1,70	6,90	3,70	334,10
ativ.aux.transp.e entrega	177,30	364,50	440,70	281,20	1.263,70
alojamento e alimentação	74,00	99,40	119,90	126,70	420,00
informação e comunicação	71,80	52,60	64,10	56,60	245,10
telecomunicações	2.617,10	4.729,40	3.111,80	653,60	11.111,90
ativ. Financeira e seguro	172,00	182,50	152,50	162,00	669,00
ativ. Imobil.profis. e adm	209,10	141,70	173,90	295,50	820,20
administração pública	28,30	67,30	45,80	158,60	300,00
educação	169,50	186,80	162,60	200,90	719,80
saúde e serviço social	157,50	301,40	161,90	209,30	830,10
artes, cultura e esporte	47,00	22,70	29,50	22,60	121,80
outras ativ. serviços	4,30	16,20	9,90	21,40	51,80
Total	18.051,50	23.045,80	25.216,50	37.419,30	103.733,10

Fonte: BNDES, 2009.

Conforme análise dos dados da tabela 20, verifica-se que a indústria de transformação foi a que mais recebeu desembolsos do BNDES, em torno de 47%, e os itens que mais receberam desembolsos foram: outros equipamentos e transportes 29,6%, produtos e alimentos 12,5%, veículo reboque e carroceria 11,5% e metalurgia 11%, esses portanto foram os ramos que mais se destacaram neste período.

O segundo setor que mais recebeu desembolsos do Banco foi comércio e serviços com aproximadamente 42%, e os ramos que mais receberam desembolsos dentro deste setor foram: eletricidade e gás 30%, telecomunicações 25,3%, transporte terrestre 13,7% e comércio 8,3%.

Os demais setores receberam 11% aproximadamente para o setor agropecuário e menos de 1% para o setor de indústria extrativa.

Na tabela 21, analisa-se os desembolsos anuais de financiamento do sistema BNDES por grandes setores no período de 1995/2002. Os valores estão em (R\$ milhões).

Tabela 21: Desembolsos anuais de financiamento do sistema BNDES por setores 1995/2002-(em R\$ milhões).

Discriminação	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Total
Agropecuária	731	730	1.391	1.349	1.287	1.908	2.762	4.509	13.936
Indústria Extrativa	72	146	752	282	258,5	120,9	396,3	250	2.206
Indústria de Transformação	4.001	4.242	6.041	7.280	8.136	10.267	12.737	17.157	65.860
Comércio e Serviços	2.294	4.559	9.710	10.079	8.370	10.750	9.321	15.503	68.292
Total	7.098	9.677	17.894	18.990	18.052	23.046	25.217	37.419	150.294

Fonte:BNDES, 2009.

Com os dados da tabela 21, pode-se confirmar que o setor de comércio e serviços foi o que mais recebeu desembolsos do Banco, em seguida indústria de transformação que na verdade ficaram com valores bem próximos, enquanto que os setores de indústria extrativa e agropecuária, ficaram com valores bem inferiores se comparados no total de desembolsos do Banco no período analisado.

Na tabela 22 apresenta-se a relação desembolsos/PIB do sistema BNDES por grandes setores, no período 1995/2002. Os valores se referem ao percentual dos setores em relação ao PIB. Os grandes setores são: agropecuária, indústria, infraestrutura e comércio e serviços.

Tabela 22: Desembolsos do sistema BNDES por setores (% do PIB)-1995/2002.

% do PIB							
Ano	Agropecuária	Indústria	Infraestrutura	Com. e Serv.	Outros	Total	FBKF (% do PIB)
1995	0,1	0,58	0,25	0,08	0	1,01	18,32
1996	0,09	0,52	0,35	0,19	0	1,15	16,87
1997	0,15	0,72	0,86	0,18	0	1,91	17,37
1998	0,14	0,76	0,81	0,23	0,24	2,18	16,97
1999	0,12	0,79	0,58	0,2	0,18	1,87	15,66
2000	0,16	0,88	0,72	0,19	0,03	1,98	16,8
2001	0,21	1,01	0,55	0,17	0,04	1,98	17,03
2002	0,31	1,18	0,86	0,19	0,05	2,59	16,39

Fonte: BNDES, apud Giambiage, 2009, p. 22.

Com base nos dados da tabela 22 verifica-se que os desembolsos totais representavam 2,59% do PIB, em 2002 e os setores que mais contribuíram foram na ordem a seguir: indústria 1,18%, infraestrutura 0,86%, comércio e serviços 0,19% e agropecuária 0,31%. Se observa que em quase todos os setores a crescimento de ano a ano.

4.3.3 Período 2003/2008

No governo Lula, os desembolsos do BNDES deram um salto, apresenta-se na tabela 23 o crescimento dos desembolsos e aprovações do período 2003/2008.

Tabela 23: BNDES-aprovações e desembolsos de financiamento-2003/2008.

R\$ milhões		
Ano	Aprovações	Desembolsos
2003	40.363,8	33.533,6
2004	37.897,2	39.833,9
2005	54.494,6	46.980,2
2006	74.318,5	51.318,0
2007	98.750,3	64.891,8
2008	121.371,1	90.877,9
Total	427.195,5	327.435,4

Fonte: BNDES, 2009. Elaboração própria.

No período 2003 a 2008, conforme dados da tabela 23 houve uma escala crescente de desembolsos, em 2008 chega a quase três vezes mais que no início de seu mandato em 2003. Esses dados comprovam como vem aumentando a participação do Banco em financiamentos junto aos setores, tornando por tanto em importante instrumento de execução de política-econômica.

Na tabela 24 averigua-se os desembolsos de financiamento por grandes regiões brasileiras no período 2003/2008.

Tabela 24: Desembolsos de financiamento segundo grandes regiões-2003/2008. (R\$ milhões).

Grandes Regiões	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
2003	712,1	3.112,2	20.036,1	6.841,9	2.831,2	33.533,6
2004	1.954,1	2.737,3	21.299,2	8.682,8	5.160,5	39.833,9
2005	1.615,8	3.803,0	28.739,8	9.551,0	3.270,6	46.980,2
2006	1.625,8	4.836,2	31.414,6	9.782,6	3.658,8	51.318,0
2007	3.460,9	5.322,1	37.581,3	12.772,9	5.754,7	64.891,8
2008	4.951,8	7.627,2	51.010,1	17.407,6	9.881,3	90.877,9
Total	14.320,5	27.438,0	190.081,1	65.038,8	30.557,1	327.435,4
%	4	8	58	20	9	100

Fonte: BNDES, 2009.

Com os dados da tabela 24 destaca-se por regiões geográficas, quais receberam mais desembolsos do banco no período analisado, então classifica-se como sendo a região Sudeste em primeiro lugar com 58%, em segundo lugar região Sul com 20%, em terceiro lugar, região Centro-Oeste com 9%, em quarto lugar região Nordeste com 8%, em quinto lugar região Norte com somente 4%. Os maiores desembolsos para a região Sudeste se deve ao fato da região ser a mais industrializada do país.

Na tabela 25 analisa-se os desembolsos anuais de financiamento do sistema BNDES por ramos de atividade detalhadas no período 2003/08.

Tabela 25: Desembolsos anuais de financiamento do sistema BNDES-ramos de atividade-2003/08. (em R\$ milhões).

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Agropecuária	4.595,00	6.930,20	4.058,80	3.422,60	4.997,80	5.594,50	29.598,90
agropecuária	4.595,00	6.930,20	4.058,80	3.422,60	4.997,80	5.594,50	29.598,90
Indústria Extrativa	157,3	242,6	337,7	1.457,90	1.050,50	3.310,70	6.556,70
indústria extrativa	157,3	242,6	337,7	1.457,90	1.050,50	3.310,70	6.556,70
Indústria de Transf.	15.919,80	15.526,20	23.032,60	25.663,00	25.395,40	35.710,30	141.247,30
produtos alimentícios	1.793,20	1.773,50	2.396,40	3.304,40	4.368,80	9.543,90	23.180,20
bebidas	188,3	114,9	501,6	344,9	404,6	528,8	2.083,10
fumo	30,7	18,4	5,2	13,5	12,7	0,4	80,90
têxtil	387,8	170,3	256,5	175,7	296,4	954	2.240,70
confeção vest. e acessórios	64,6	50,1	60,5	90	106,1	394,2	765,50
couro, artefato e calçado	389,7	164,7	153,9	316,3	170,8	651,5	1.846,90
madeira	258	124,8	210,4	197,7	340,6	512,6	1.644,10
celulose e papel	430	1.052,20	1.415,10	2.315,00	1.808,50	857,70	7.878,50
gráfica	26,9	22,1	20,3	25,2	31,5	49,9	175,90
coque, petróleo e combus.	47,6	73,5	170,8	1.391,50	1.798,00	3.145,60	6.627,00
química	1.055,10	454,5	1.012,90	1.062,00	1.882,80	2.176,10	7.643,40
farmoquímico, farmacêutico	110	91,3	128,9	149,90	594,60	301,90	1.376,60
borracha e plástico	251,5	275,5	466,7	472,70	1.124,90	933,10	3.524,40
mineral não metálico	306,4	274,3	227,5	410,60	439,70	590,50	2.249,00
metalurgia	997,3	741,1	1.367,80	2.160,80	3.119,80	3.209,20	11.596,00
produto de metal	259,8	256,5	382,2	337,10	522,40	508,10	2.266,10
equip. info.eletrônico, ótico	66,4	144,4	637,3	879,70	829,70	871,70	3.429,20
máq.aparelho elétrico	229,3	211,6	658,2	674,00	837,00	889,40	3.499,50
máquinas e equipamentos	466,5	829,6	1.964,70	1.694,70	1.716,30	1.664,10	8.335,90
veículo, reboque e carroceria	2.654,40	2.575,30	4.718,30	5.186,20	3.065,20	4.603,00	22.802,40
outros equip transporte	5.755,10	5.963,40	6.043,80	4.222,70	1.699,60	2.942,30	26.626,90
móveis	112,9	100	137,50	81,60	149,10	288,10	869,20
produtos diversos	38,2	42,5	90,40	154,20	62,00	65,00	452,30
manut., reparação, instal.	0,1	1,8	5,80	2,40	14,20	29,60	53,90
Comércio e Serviços	12.861,40	17.134,80	19.551,10	20.774,50	33.448,00	46.262,50	150.032,30
eletricidade e gás	5.081,50	6.507,00	4.962,70	3.564,30	6.940,30	8.923,30	35.979,10
água, esgoto e lixo	276,4	245,1	329,20	401,50	654,30	794,00	2.700,50
construção	814	1.219,90	1.681,70	1.538,70	3.126,20	4.103,10	12.483,60
comércio	1.546,80	867,1	936	1.829,10	2.536,30	3.156,30	10.871,60
transporte terrestre	2.946,20	4.654,50	7.310,40	8.423,10	12.588,30	17.531,30	53.453,80
transporte aquaviário	613,40	687,6	421,70	476,90	707,60	661,50	3.568,70
transporte aéreo	0,90	10,6	165,00	93,80	18,80	10,70	299,80
ativ.aux.transp.e entrega	236,60	312,4	776,50	542,90	1.013,20	622,60	3.504,20
alojamento e alimentação	72,90	43	99,00	85,30	115,70	134,70	550,60
informação e comunicação	27,90	47,6	131,50	114,70	472,80	584,00	1.378,50
telecomunicações	251,50	1.645,40	1.670,50	2.133,70	3.379,20	6.187,80	15.268,10
ativ. Financeira e seguro	110,70	99,3	59,00	259,10	257,50	1.279,80	2.065,40
ativ. Imobil.profis. e adm	354,70	265,5	507,00	537,30	870,30	1.425,20	3.960,00
administração pública	114,30	187,7	142,80	128,30	147,70	289,50	1.010,30
educação	158,90	142,4	164,80	159,70	141,70	135,50	903,00
saúde e serviço social	207,00	148,8	141,50	418,30	399,10	304,10	1.618,80
artes, cultura e esporte	32,40	17,4	15,00	18,80	23,40	37,70	144,70
outras ativ. serviços	15,30	33,6	36,90	49,20	55,60	81,40	272,00
Total	33.533,60	39.833,90	46.980,20	51.318,00	64.891,80	90.877,90	327.435,40

Fonte: BNDES, 2009

Em análise dos dados da tabela 25, extrai-se as seguintes informações, no período analisado o setor que mais recebeu desembolsos do Banco foi o setor de comércio e serviços que ficou com aproximadamente 46% do total dos desembolsos, dentro deste setor os ramos mais beneficiados com os desembolsos foram: transporte terrestre com 35,63%, eletricidade e gás com 23%, telecomunicações com 10,18% e construção com 8,32%.

O segundo setor mais beneficiado pelos desembolsos foi o setor de indústria de transformação, e dentro deste setor os ramos que mais receberam desembolsos foram: outros equipamentos e transporte com 18,9%, produtos alimentícios 16,4%, veículos reboque e carroceria 16,1% e metalurgia 8,2%.

Os demais setores ficaram assim distribuído, aproximadamente 9% para agropecuária e 2% aproximadamente para indústria extrativa.

Na tabela 26, apresenta-se os desembolsos anuais de financiamento do sistema BNDES por grandes setores, no período de 2003/2008.

Tabela 26: Desembolsos anuais de financiamento do sistema BNDES por setores 2003/2008-(em R\$ milhões).

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Agropecuária	4.595,00	6.930,20	4.058,80	3.422,60	4.997,80	5.594,50	29.598,90
Indústria Extrativa	157,3	242,6	337,7	1.457,90	1.050,50	3.310,70	6.556,70
Indústria de Transformação	15.919,80	15.526,20	23.032,60	25.663,00	25.395,40	35.710,30	141.247,30
Comércio e Serviços	12.861,40	17.134,80	19.551,10	20.774,50	33.448,00	46.262,50	150.032,30
Total	33.533,50	39.834	46.980	51.318	64.892	90.878	327.435

Fonte: BNDES, 2009.

Com os dados extraídos da tabela 26, pode-se dizer que comércio e serviços foi o setor que mais recebeu desembolsos, seguido por indústria de transformação e agropecuária. O setor agropecuário ficou em terceiro em colocação de desembolsos e por último a indústria extrativa. Se analisar o total ano a ano constata-se que os desembolsos são crescentes.

A tabela 27 se refere aos desembolsos do Banco no período 2003/2008, por grandes setores e em relação ao PIB brasileiro e a formação bruta de capital fixo.

Tabela 27: Desembolsos de financiamentos do sistema BNDES em relação ao PIB (% do PIB)-2003/2008.

% do PIB							
Ano	Agropecuária	Indústria	Infraestrutura	Com. e Serv.	Outros	Total	FBKF (% do PIB)
2003	0,27	0,95	0,56	0,19	0,09	2,06	15,28
2004	0,36	0,81	0,74	0,15	0,01	2,07	16,1
2005	0,19	1,09	0,74	0,17	0	2,19	15,94
2006	0,14	1,14	0,67	0,21	0,05	2,21	16,43
2007	0,19	1,02	0,99	0,3	0	2,5	17,52
2008	0,19	1,35	1,21	0,39	0,04	3,18	18,99

Fonte: BNDES, apud Giambiage, 2009, p.22.

Conforme verificado na tabela 27, os desembolsos do BNDES em relação ao PIB mostram crescimento se compararmos ano a ano nos períodos analisados, os setores mais beneficiados foram a indústria com 1,35% no último ano seguida pela infraestrutura com 1,21% no último ano. As áreas de energia e infraestrutura são de extrema importância para o país se tornar competitivo na área econômica, então com esta visão o governo vem dando atenção para essas áreas, pois elas ainda têm um forte impacto social (PUGA, 2009).

4.3.4 Período 1999/2008 por porte de empresa

O BNDES financia as micro, pequena e média empresas, pessoa física, grande empresa, e a administração pública com o intuito de gerar renda, criar empregos, crescimento do país e redução das desigualdades regionais e sociais. O BNDES classifica as empresas pelo seu porte, e é aplicável à indústria, comércio e serviços. A seguir a classificação por porte de empresa.

Quadro 1: Resumo da classificação por porte de empresa.

Classificação ⁵⁷	Receita operacional bruta anual ⁵⁸
Microempresa	Menor ou igual a R\$ 1,2 milhão.
Pequena empresa	Maior que R\$ 1,2 milhão e menor ou igual a R\$ 10,5 milhões.
Média empresa	Maior que R\$ 10,5 milhões e menor ou igual a R\$ 60 milhões.
Grande empresa	Maior que R\$ 60 milhões.

Fonte: BNDES, 2009.

⁵⁷ A classificação do porte das empresas foi definida na Carta Circular nº 64/02, de 14 de outubro de 2002.

⁵⁸ Entende-se por receita operacional bruta anual a receita auferida no ano-calendário com:

- o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria;
- o preço dos serviços prestados; e
- o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Com os dados do quadro 1 pode-se verificar o porte da empresa por receita operacional bruta anual, e assim tem-se a classificação das empresas. Pode-se então resumir que as empresas com receita operacional bruta anual com valor maior que R\$ 60 milhões são consideradas grande empresa e com valores menores que R\$ 60 milhões então se enquadram nas micro, pequena e média empresas conforme a classificação do quadro 1.

4.3.4.1 Micro, pequena e média empresa e pessoa física

O BNDES apoia as micro, pequena e média empresa e pessoa física, porque gera renda e cria empregos, assim contribuindo para o crescimento do país e dando melhores condições de vida para milhares de pessoas. Por isso o BNDES facilita o crédito para essa categoria.

A pessoa física para ter acesso precisa ser domiciliada e residente no país mas atualmente, as pessoas físicas que podem receber financiamento do BNDES são os microempreendedores, os produtores rurais, os transportadores autônomos escolares e os transportadores autônomos de carga.

4.3.4.2 Grande empresa

Com a intenção de ajudar no crescimento do país o BNDES tem várias modalidades de crédito para as grandes empresas. O BNDES oferece linhas de crédito permanentes, programas com finalidades mais específicas, operações em fundos de investimentos e outros mecanismos de apoio para facilitar o financiamento.

4.3.4.3 Desembolsos anuais por porte de empresa nos períodos 1999/2008.

Com os dados da tabela 28, verifica-se os desembolsos anuais do sistema BNDES, por porte de empresa nos períodos 1999/2008, valores expressos em milhões de reais.

Tabela 28: Desembolso anual do sistema BNDES por porte de empresa (em R\$ milhões).

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Micro e Pequena	829,9	1.417,5	1.919,0	2.440,5	3.438,6	3.233,9	4.013,9	4.021,2	6.048,6	9.126,1
Média	1.017,9	1.374,5	1.562,4	2.367,6	2.613,0	2.993,4	3.767,7	4.086,5	6.078,0	8.505,3
Subtotal	1.847,7	2.792,1	3.481,4	4.808,2	6.051,7	6.227,3	7.781,6	8.107,7	12.127,3	17.631,4
Pessoa Física	905,3	1.613,6	2.303,7	3.529,1	3.971,7	6.351,1	3.880,3	3.009,6	3.939,2	4.214,8
MPME	2.753,0	4.405,6	5.785,1	8.337,3	10.023,4	12.578,3	11.661,9	11.117,4	16.066,5	21.846,2
Grande	15.298,5	18.640,2	19.431,4	29.082,0	23.510,2	27.255,5	35.318,4	40.200,6	48.825,3	69.031,7
Total	18.051,5	23.045,8	25.216,5	37.419,3	33.533,6	39.833,8	46.980,3	51.318,0	64.891,8	90.877,9

Fonte: BNDES, 2009.

Pode-se verificar na tabela 28 que os desembolsos totais são distribuídos por porte de empresa, e então verifica-se que do total dos desembolsos cerca de 75% é destinado a grande empresa, enquanto que 25% é destinado as micro, pequenas e médias empresas (MPME). Entre a classificação das MPME os desembolsos totais destinados ficam assim distribuídos, as micro e pequenas ficam com aproximadamente 34,9% as médias empresas com 32,9% e pessoa física com cerca de 32,2% dos totais destinados as MPME.

4.3.5 Prazos de financiamentos do sistema BNDES

Depois de ser enquadrada em uma linha, programa ou fundo, a operação financeira pretendida será viabilizada por meio de um produto, que tem características e regras próprias de funcionamento. Os produtos disponíveis para financiamentos do BNDES são: BNDES Finem, BNDES Finame, BNDES Finame Agrícola, BNDES Finame Leasing, BNDES Automático, BNDES Exim, BNDES limite de crédito, BNDES Empréstimo Ponte, Project finance e Cartão BNDES.

Cada produto tem prazos específicos dependendo da sua descrição do projeto, e ainda possuem algumas exceções, assim sendo, há muitos prazos de pagamentos em função dos itens a serem analisados, e cada produto possui suas particularidades quanto a prazos de pagamentos bem como prazos de carência. Por isso é de fundamental importância que o cliente consulte com o Banco o seu financiamento, independente de ser de forma direta ou indireta.

Na tabela 29, lista-se os produtos do sistema BNDES e informa-se os prazos de acordo com a descrição dos projetos. Os prazos são passíveis de modificações conforme necessidade do Banco.

Tabela 29: Prazos dos financiamentos dos produtos do sistema BNDES.

Produtos	Descrição	Prazos
BNDES Finem	Financiamentos a projetos de investimento de valor superior a R\$ 10 milhões.	São determinados em função da capacidade de pagamento do empreendimento, da empresa ou do grupo econômico. O setor de energia elétrica tem condições especiais para a definição de prazos.
BNDES Finame	Financiamentos para a produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos.	Prazo total máximo de 60 meses, ressalvadas algumas exceções.
BNDES Finame Agrícola	Financiamentos para a produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos, destinados ao setor agropecuário.	prazo total máximo de 90 meses, ressalvadas algumas exceções.
BNDES Finame Leasing	Financiamento de aquisição isolada de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, destinados a operações de arrendamento mercantil.	60 meses e ressalvadas as seguintes exceções: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Operações de transportadores autônomos de carga: até 72 meses; ▪ Carrocerias de veículos para coleta de lixo: até 36 meses; e ▪ Veículos sobre pneus para transporte de passageiros.
BNDES Automático	Financiamento a projeto de investimento de valor até R\$ 10 milhões.	Tanto o prazo de carência quanto o prazo total são definidos pela instituição financeira em função da capacidade de pagamento do empreendimento, da empresa ou do grupo econômico.
BNDES Exim	Financiamentos destinados tanto à produção e exportação de bens e serviços quanto à comercialização destes no exterior.	De 15 a 36 meses.
BNDES limite de crédito	Crédito rotativo para o apoio a empresas ou Grupos Econômicos já clientes do BNDES e com baixo risco de crédito.	Prazo total de financiamento para cada destinação específica: até 10 anos. Prazo de utilização do limite de crédito: até 5 anos.
BNDES Empréstimo Ponte	Financiamento a um projeto, concedido em casos específicos, para agilizar a realização de investimentos por meio da concessão de recursos no período de estruturação da operação de longo prazo.	Definido em função do tempo previsto para a estruturação da operação de longo prazo, limitado à data estimada pelo BNDES.
Project finance	Engenharia financeira suportada contratualmente pelo fluxo de caixa de um projeto, servindo como garantia os ativos e recebíveis desse mesmo empreendimento.	Determinado em função das características do empreendimento, bem como das receitas e da capacidade de pagamento da SPE, caso a caso.
Cartão BNDES	Crédito rotativo pré-aprovado, destinado a micro, pequenas e médias empresas e usado para a aquisição de bens e insumos.	Amortização de 3 a 48 prestações mensais, fixas e iguais (sujeita à consulta junto ao banco emissor).

Fonte:BNDES, 2009.

Com os dados da tabela 29, confirma-se que há uma grande variedade de prazos de pagamentos e carência dependendo dos produtos do sistema BNDES.

4.4 FINAME

A FINAME é uma controlada integral do BNDES, foi criada em 2 de setembro de 1966, ela é uma subsidiária do BNDES. Seu objetivo é promover o desenvolvimento e a modernização do parque produtor de bens de capital. A FINAME financia a comercialização no Brasil e também no exterior de máquinas e equipamentos fabricados no país. Para atender seus mutuários a FINAME dispõe de quatro programas operacionais:

- a) FINAME- apoia a aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao mercado interno;
- b) FINAME Agrícola- apoia especificamente a aquisição de máquinas e equipamentos novos voltados para a produção agropecuária;
- c) BNDES-EXIM- Programa de crédito ao Comércio Exterior dedica-se às indústrias brasileiras exportadoras desses bens; e
- d) FINAME LEASING- tem por finalidade financiar por intermédio de agentes financeiros a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais destinados a operações de arrendamento mercantil.

Na tabela 30, verifica-se os desembolsos anuais na comercialização de máquinas e equipamentos FINAME.

Tabela 30: Desembolsos anuais na comercialização de máquinas e equipamentos - FINAME.

Ano	Agrícola	%	Industrial	%	Infraestrutura	%	Transporte	%	Outros	%	Total	%
2003	2.887,93	34	931,36	11	464,5	5	3.671,24	43	582,02	7	8.537,05	100
2004	4.585,00	40	1.218,75	11	597	5	4.349,59	38	653,13	6	11.403,47	100
2005	2.306,49	19	1.869,14	16	1.166,44	10	5.668,34	47	963,32	8	11.973,73	100
2006	1.712,27	13	1.872,98	15	1.433,20	11	6.863,85	53	988,09	8	12.870,39	100
2007	2.618,39	13	2.762,11	13	2.010,04	10	11.446,18	56	1.672,64	8	20.509,36	100
2008	3.296,39	12	2.911,15	11	2.267,15	9	15.843,10	60	2.167,30	8	26.485,09	100
2009*	639,67	13	432,86	9	374,36	8	2.745,71	56	679,37	14	4.871,98	100

Fonte: BNDES, 2009. * de jan/jul.

Como se observa na tabela 30 os desembolsos do FINAME em 2003 estavam mais direcionados para o setor de transportes que conforme tabela absorveu 43% dos desembolsos, na sequência o setor agrícola foi o que mais recebeu desembolsos do FINAME no ano 2003. Os dois setores juntos perceberam mais de 70% do total dos desembolsos naquele ano.

Em 2004 os desembolsos são direcionados para os mesmos setores (agrícola e transporte) no entanto a posição se inverte, em 2004 o setor agrícola recebe mais desembolsos

que o setor de transportes, porém os dois juntos recebem mais de 70% do total dos desembolsos de 2004.

No ano de 2005, o setor de transporte continua recebendo mais desembolsos que os outros setores ele sozinho fica com quase a metade dos desembolsos totais, mas o setor agrícola diminui pelo menos a metade dos desembolsos se comparado aos anos anteriores, 2003 e 2004.

No ano de 2006 o setor de transporte continua sendo o setor que mais recebe desembolsos do FINAME, mas neste ano os desembolsos destinados à indústria ultrapassam os desembolsos destinados ao setor agrícola.

Em 2007 os transportes recebem 56% dos desembolsos enquanto os setores agrícola e indústria recebem 13% cada. Para o ano de 2008 as posições continuam as mesmas, transporte em primeiro com 60% do total e os setores agrícola e indústria com 12% e 11% respectivamente. Em 2009 apesar dos dados serem parciais (ano corrente) já se percebe uma tendência para os mesmos resultados anteriores. O setor de transporte já absorveu 56% dos desembolsos, agrícola e indústria 13% e 9% respectivamente.

4.5 O BNDES E ÀS EXPORTAÇÕES

4.5.1 Período 1995/2002

O BNDES, apoia o setor exportador para que este seja dinâmico e interligado com o mercado mundial, assim as exportações brasileiras podem ser mais competitivas. Na tabela 31 verifica-se os desembolsos anuais de financiamento do sistema BNDES para apoio às exportações por ramos de atividades no período 1999/2002. A tabela apresenta de forma detalhada quais os ramos que mais se beneficiaram do apoio do Banco no período analisado.

As exportações brasileiras estão cada vez mais se diversificando, portanto o país está deixando de ser um país exportador agrícola, para ser um país com uma grande diversidade de produtos para exportação. E para isso os exportadores necessitam de apoio financeiro para serem competitivos.

Tabela 31: Desembolsos anuais de financiamento do sistema BNDES-apoio à exportação-1999/2002. (US\$ Mil).

Discriminação	1999	2000	2001	2002	Total
Agropecuária	6,807	12,365	3,304	88,515	110,991
agropecuária	6,807	12,365	3,304	88,515	110,991
Indústria Extrativa	357	20,887	402	540	22,186
indústria extrativa	357	20,887	402	540	22,186
Indústria de Transf.	1,829,377	2,986,124	2,518,603	3,724,660	11,058,764
produtos alimentícios	194,148	241,997	437,217	444,039	1,317,401
bebidas	3,200			996	999,200
fumo					0
têxtil	36,813	84,714	52,635	33,615	207,777
confecção vest. e acessórios	2,500	19,758	13,123	12,478	45,359
couro, artefato e calçado	5,108	52,815	38,499	80,894	177,316
madeira	14,272	35,779	15,305	26,617	91,973
celulose e papel	46,375	13,567	5,585	33,673	99,200
gráfica				872	872
coque, petróleo e combus.				26,019	26,019
química	23,288	56,023	2,091	67,905	149,307
farmoquímico, farmacêutico		8,626	9,464	21,794	39,884
borracha e plástico	8,123	28,069	11,657	6,564	54,413
mineral não metálico	10,537	16,434	12,257	18,438	57,666
metalurgia	197,488	208,305	59,092	60,296	525,181
produto de metal	51,352	16,950	18,468	59,523	129,343
equip. info.eletrônico, ótico	36,780	38,211	55,630	68,550	38,211
máq.aparelho elétrico	36,020	124,456	70,242	45,359	240,057
máquinas e equipamentos	177,958	197,985	111,182	201,610	487,125
veículo, reboque e carroceria	160,418	388,167	194,971	162,278	905,834
outros equip transporte	819,526	1,444,011	1,403,672	2,339,285	6,006,494
móveis	2,107	8,092	6,008	6,896	23,103
produtos diversos	3,363	1,911	1,503	3,847	10,624
manut., reparação, instal.		254		3,112	3,366
Comércio e Serviços	254,977	57,018	79,846	132,507	524,348
eletricidade e gás		2,254	224		2,478
água, esgoto e lixo					0
construção	31,355	33,064	44,722	37,555	146,696
comércio	41,528	19,449	32,038	92,858	185,873
transporte terrestre	12,107		325	39	376,107
transporte aéreo	168,000				168,000
ativ.aux.transp.e entrega	84		2,004		86,004
informação e comunicação				584	584
telecomunicações	1,190				1,190
ativ. Financeira e seguro					0
ativ. Imobil.profis. e adm	712	2,250	533	1,472	4,967
Total	2,091,517	3,076,395	2,602,154	3,946,222	11,716,288

Fonte:BNDES, 2009.

Com os dados da tabela 31 verifica-se que a indústria de transformação é a que mais recebeu desembolsos do Banco, em torno de 94% e dentro desse setor os itens que mais

recebem desembolsos são outros equipamentos e transporte em torno de 54% e produtos alimentícios em torno de 12%.

Em seguida aparece comércio e serviços com 4,5% e na sequência agropecuária e indústria extrativa com menos de 1% cada.

4.5.2 Período 2003/2008

Para dar apoio às exportações e a internacionalização das empresas criou em dezembro de 2008 a Área Internacional (AINT) (BNDES, 2008). A nova área terá o papel de liderar e coordenar as atividades operacionais e institucionais associadas à atuação internacional do Banco, articulada com as outras áreas do Banco (BNDES, 2008).

Na tabela 32 verifica-se os desembolsos anuais de financiamento do sistema BNDES em relação ao apoio às exportações no período 2003/2008. Valores expressos em (US\$ Mil).

Tabela 32: Desembolsos anuais de financiamento do sistema BNDES-apoio à exportação-2003/2008. (US\$ Mil).

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Agropecuária	28,914	22,218	11,930	12,988	16,831	3,457	96,338
agropecuária	28,914	22,218	11,930	12,988	16,831	3,457	96,338
Indústria Extrativa	5,582	2,144		166,512	1,547		175,785
indústria extrativa	5,582	2,144		166,512	1,547		175,785
Indústria de Transf.	3,780,787	3,568,258	5,491,796	5,754,004	3,424,497	5,340,949	27,360,291
produtos alimentícios	324,383	237,538	176,520	391,336	165,332	376,272	1,671,381
bebidas	1,442	1,479					2,921
fumo	3,420						3,420
têxtil	95,101	10,857	29,478	24,346	21,576	74,698	256,056
confecção vest. e acessórios	11,888	7,923	1,701	13,765		4,246	39,523
couro, artefato e calçado	117,928	24,502	34,708	121,250	55,051	88,159	441,598
madeira	32,951	7,644	32,921	26,873	8,961	518	109,868
celulose e papel	26,178	5,009	27,580	644	1,613	3,156	64,180
gráfica	1,000	1,193					2,193
coque, petróleo e combus.							0
química	140,645	31,957	60,551	38,294	41,358	88,125	400,930
farmoquímico, farmacêutico	18,382	9,425				8,309	36,116
borracha e plástico	4,157	9,335	16,178	7,039	180,001	205,607	422,317
mineral não metálico	47,371	13,329	21,328	52,869	26,765	15,468	177,130
metalurgia	27,945	36,812	82,445	16,449	781	195,094	359,526
produto de metal	35,086	14,945	24,556	10,439	25,264	30,058	140,348
equip. info.eletrônico, ótico	17,985	46,041	143,664	348,898	297,179	366,290	1,220,057
máq.aparelho elétrico	31,461	45,811	148,126	236,236	215,474	232,396	909,504

continua

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
máquinas e equipamentos	101,426	203,468	649,681	654,299	588,747	572,576	2,770,197
veículo, reboque e carroceria	777.491	790,888	1,618,990	1,980,576	1,107,275	1,924,758	8,199,978
outros equip transporte	1,942,179	2,055,085	2,397,175	1,779,988	687,312	1,138,199	9,999,938
móveis	14,529	12,208	9,577	5,717	1,810	4,335	48,176
produtos diversos	7,839	2,808	16,618	44,989		12,684	84,938
manut., reparação, instal.							0
Comércio e Serviços	190,609	268,397	358,163	442,898	747,573	1,250,730	3,258,370
eletricidade e gás	6,248	542	1,427	334	14,754	41	23,346
água, esgoto e lixo							0
construção	120,782	227,990	292,152	180,322	599,766	917,846	2,338,858
comércio	60,178	34,310	57,127	256,489	37,843	127,698	573,645
transporte terrestre							0
transporte aéreo							0
ativ.aux.transp.e entrega							0
informação e comunicação	449				95,210		95,659
telecomunicações			495				495
ativ. Financeira e seguro	2,952	4,022	3,180	3,288			13,442
ativ. Imobil.profis. e adm		1,533	3,782	2,465		204,050	211,830
Total	4,005,892	3,861,018	5,861,889	6,376,402	4,190,449	6,595,136	30,890,786

Fonte: BNDES, 2009.

Em relação à tabela 32 verifica-se que a indústria de transformação foi a que mais recebeu desembolsos do Banco com aproximadamente 88% do total desembolsado para as exportações, e os itens que mais receberam desembolsos dentro deste setor foram: outros equipamentos e transportes em torno de 36,5%, veículos, reboques e carrocerias em torno de 30%, máquinas e equipamentos 10,1% e produtos alimentícios 6%.

Quanto aos outros setores receberam comércio e serviços em torno de 10,5% e os demais setores ficaram com somente menos de 1% cada um. Em relação às exportações no período 2003/08 os desembolsos do BNDES são mais voltados para o ramo de indústria de transformação.

A tabela 33 apresenta um resumo dos desembolsos anuais do sistema BNDES para apoio às exportações no período 2003/2008.

Tabela 33: Resumo dos desembolsos anuais do sistema BNDES – apoio à exportação - 2003/2008. (US\$ Mil).

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Agropecuária	28.914	22.218	11.930	12.988	16.831	3.457	96.338
Indústria Extrativa	5.582	2.144		166.512	1.547		175.785
Indústria de Transformação	3.780.787	3.568.258	5.491.796	5.754.004	3.424.497	5.340.949	27.360.291
Comércio e Serviços	190.609	268.397	358.163	442.898	747.573	1.250.730	3.258.370
Total	4.005.892	3.861.017	5.861.889	6.376.402	4.190.448	6.595.136	30.890.784

Fonte:BNDES,2009.

Com os dados da tabela 33, verifica-se que a indústria de transformação foi a que mais recebeu desembolsos do BNDES no período analisado, em seguida comércio e serviços, e com valores inferiores os setores de indústria extrativa e agropecuária aparecem em 3º e 4º lugares respectivamente.

Conforme informações prestadas no site do Banco, as “operações diretas da Área de Comércio Exterior se realizam especialmente mediante o financiamento a entidades públicas estrangeiras com o objetivo de viabilizar a exportação de bens e serviços brasileiros” (BNDES, 2009).

Os contratos são passíveis de cláusulas que exigem confidencialidade e sigilo comercial. No ano de 2008 o Banco manteve contrato com vários países para viabilizar às exportações brasileiras. O Banco tem o objetivo de apoiar as empresas para serem competitivas no mercado mundial e também para as empresas nacionais não perderem espaço dentro do próprio país, para multinacionais estrangeiras. Por isso o Banco está mais uma vez se moldando conforme o cenário mundial, assim não perdendo seu foco no desenvolvimento e crescimento do país.

4.6 O BNDES E A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS NACIONAIS

4.6.1 Contexto político-econômico

Século XXI, fim do mandato FHC em 2002, e início do mandato Lula em 2003, marcada pela esperança do povo brasileiro que nas urnas escolheu o candidato da oposição, ex-torneiro-mecânico e sindicalista, que depois em 2006 iria se reeleger e mais um mandato a cumprir no período 2007/2010.

Nesse período, o país se abre cada vez mais para o mercado exterior, e o Banco se reestrutura para dar suporte às exportações e também apoio e incentivo as multinacionais, ou seja, o Banco promove a competitividade da economia brasileira.

A geração de renda e emprego, redução das desigualdades sociais e regionais, meio ambiente e inovação são prioridades do Banco nesta década (BNDES, 2009).

Para ser mais atuante no contexto internacional o Banco inaugura um escritório, na América do Sul junto ao Mercosul onde monta o escritório em Montevideu no Uruguai e toma

a decisão de constituir uma subsidiária em Londres, no Reino Unido (Europa) (na forma de empresa de participações sem atividades financeiras. “*investment holding company*”) (BNDES, 2009).

Quanto aos setores: agropecuária, indústria, comércio e serviços e infraestrutura, continuam sendo financiados pelo Banco, que também dá um grande apoio para as micro, pequenas e médias empresas, que são grandes geradoras de emprego e renda. Além de tudo promove também a cultura. Atualmente no governo Lula os investimentos públicos estão sendo executados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e mais uma vez com o apoio financeiro do BNDES.

4.6.2 BNDES apoia as empresas multinacionais

As multinacionais ou transnacionais são empresas estabelecidas num determinado país, onde é considerada a matriz e atuam em outros países através de suas filiais. Já há bastante tempo esse processo vem ocorrendo, mas com o advento da globalização vem se intensificando cada vez mais.

A partir dos anos 90, o BNDES apoia as empresas brasileiras que manifestam interesse em se internacionalizar (BNDES, 2009). A tabela 34 apresenta as 20 maiores empresas multinacionais brasileiras internacionalizadas, até 2008.

Tabela 34: As 20 maiores EMN brasileiras de acordo com ativos no exterior.

Classificação	Empresa	Setor	Sede	Ativos no exterior (%)	TNI ⁵⁹ (%)	Número de países
1	Vale	Mineração	Rio de Janeiro	46	29	10
2	Petrobrás	Petróleo e gás	Brasília -DF	12	12	9
3	Gerdau	Siderurgia	Porto Alegre -RS	39	46	11
4	Embraer	Aeronáutica	São José dos Campos	45	23	5
5	Grupo Votorantim	Diversificado	São Paulo	5	6	12
6	CSN	Siderurgia	São Paulo	18	16	2
7	Camargo Correa	Diversificado	São Paulo	26	19	12
8	Grupo Odebrecht	Const. e petroquímico	São Paulo	15	27	12
9	Aracruz	Papel e polpa	Vitória -ES	19	7	5
10	Weg	Eletromecânico	Jaraguá do Sul -SC	24	22	12
11	Marcopolo	Automobilística	Caxias do Sul-RS	30	27	7
12	Andrade Gutierrez	Diversificado	São Paulo	4	17	8
13	Tigre	Construção	Joinville -SC	27	20	7

continua

⁵⁹ Índice de Transnacionalidade.

Classificação	Empresa	Setor	Sede	Ativos no exterior (%)	TNI ⁶⁰ (%)	Número de países
14	Usiminas	Siderurgia	Belo Horizonte- MG	1	0,3	0
15	Natura	Cosméticos	São Paulo	22	14	7
16	Itautec	TI	São Paulo	19	15	8
17	ALL	Transporte e Logística	Cunha	2	12	1
18	Ultrapar/Grupo Ultra	Diversificado	São Paulo	2	2	2
19	Sabó	Autopeças	São Paulo	16	29	11
20	Lupatech	Eletromecânico	Caxias do Sul - RS	10	7	2

Fonte: adaptado de FDC e CPII (2007 apud Pimentel, 2008).

Na tabela 34, observa-se que das 20 empresas listadas somente a Petrobrás é empresa pública, as demais são todas privadas. Segundo Cavalcanti (2008) os dirigentes das empresas acima são todos brasileiros e somente cinco dos 157 membros da diretoria tem nacionalidades estrangeiras. Analisando a tabela 34 percebe-se que o Brasil tem muito a desenvolver na questão da internacionalização de empresas, muitas outras empresas poderiam se internacionalizar e também as já internacionalizadas poderiam ampliar suas áreas de atuação.

Luciano Coutinho atual Presidente do BNDES em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo diz que, “as transnacionais antes chamadas multinacionais são movidas por condições de competência, de superioridade tecnológica, de vantagens competitivas de algumas empresas e setores”.

Atualmente o Banco vem incentivando e injetando recursos para as empresas tornarem-se competitivas no mercado nacional e internacional, até mesmo porque se as empresas não crescerem acabam sendo compradas por multinacionais estrangeiras. Friedlander & Tereza (2009), o BNDES injetou dinheiro para que as empresas JBS Friboi e Votorantim comprassem concorrentes. No início do ano o BNDES liberou R\$ 2,4 bilhões para o grupo Votorantim incorporar a Aracruz formando a Fibrisa (celulose).

Na tabela 35 verifica-se algumas das empresas que o BNDES deu apoio no período de julho/2008 a junho/2009. Na tabela é possível observar as empresas seus projetos, unidades federativas e valores do apoio em moeda nacional.

⁶⁰ Índice de Transnacionalidade.

Tabela 35: Apoio as multinacionais-(valores em R\$) julho 2008/junho/2009.

Empresa	Projeto	UF	Valor do apoio
Totvs S/A	Investimentos em fusões e aquisições, Pesquisa e Desenvolvimento, treinamento e qualidade, outros.	SP	404.500.000
Lupatech S/A	Aquisição de empresas e patentes, modernização e ampliação da capacidade produtiva.	RS	320.000.000
Weg Equipamentos Elétricos S.A	Modernização do conjunto industrial.	SC	239.442.607
Weg Automação S/A	Modernização do conjunto industrial e construção de um novo prédio.	SC	60.402.689
Weg Itajaí Equipamentos Elétricos LTDA.	Implantação e instalação de unidade industrial.	SC	19.483.000
Weg Indústrias S/A	Investimentos previstos para o Biênio 2007/08.	SC	19.258.000
Natura	Desenvolvimento de novas tecnologias, embalagens e testes de eficácia e segurança.	SP	63.813.000
Natura Logística e Serviços LTDA.	Implementação do plano de investimentos referente ao período 2007-2009.	SP	19.054.567
Vale S/A	Capitalização, implementação do plano de investimentos para os próximos 5 anos.	RJ ES PA	4.608.588.041
Votorantim celulose e papel	Implantação pela interveniente VCP-MS, de uma linha de produção, outros.	MS SP	738.038.548
Gerdau aços longos S/A	Execução de projetos que envolvam os ativos das áreas comercial e de marketing.	IE	92.394.446
Companhia Siderúrgica Nacional	Construção da ferrovia nova transnordestina.	IE	557.943.033
Tractebel	Subscrição de 9.000 debêntures simples da oferta pública de debêntures da Tractebel.	SC	90.751.410
FIAT	Aumento da capacidade produtiva das linhas de produção de veículos, motores e transmissores, reestruturação das áreas industriais, adm. e de engenharias.	IE	410.884.744
Iveco Latin América LTDA.	Ampliação da capacidade de produção da planta de Sete Lagoas, lançamento de novos motores com injeção eletrônica de combustível e aumento do índice de nacionalização dos atuais motores.	MG	41.014.302
Alcoa Alumínio S.A	Implantação de infraestrutura para exploração de mina de bauxita, com capacidade de produção de 2,6 milhões t/ano, outros.	MA PA	943.846.022
Jarí Celulose S.A	Capital de giro.	PA	92.394.000

Fonte: BNDES, 2009.

O BNDES apoia as empresas nacionais e estrangeiras, a intenção é ter um setor exportador mais ativo e conectado ao mercado mundial. O objetivo do BNDES é fortalecer o mercado interno, e aumentar a competitividade da produção econômica.

O Banco tem apoiado a área de comércio exterior e a internacionalização de empresas com custos e prazos diferenciados. Na tabela 35 pode-se analisar alguns projetos apoiados pelo Banco para as multinacionais brasileiras e estrangeiras. Que de certa forma geram benefícios ao país, como por exemplo: empregos, acesso a novos produtos, etc., a intenção também é aumentar a competitividade internacional da produção brasileira de bens e serviços de maior valor agregado.

4.7 BNDES PARTICIPAÇÕES S.A.-BNDESPAR

A BNDESPAR é uma subsidiária do BNDES, controlada pelo BNDES e foi constituída em 1982. A BNDESPAR é uma sociedade por ações. Seu objetivo é apoiar o processo de capitalização e o desenvolvimento de empresas nacionais, na maior parte através de participações societárias de forma minoritária e transitória e também pelo mercado de valores mobiliários. Suas ações são formuladas em conjunto com o BNDES.

Desde 13 de janeiro de 1998, a BNDESPAR tem registro de companhia aberta, concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), desta forma ela pode negociar títulos de sua emissão no mercado de balcão organizado (BNDES, 2009). Na tabela 36 verifica-se a lista de algumas empresas em que a BNDESPAR tem participação acionária.

Tabela 36: Participações societárias da BNDESPAR.

Empresas investidas	Setor	% de participação no Capital
América Latina Logística-ALL	Serviços de Transporte	10,61
Aracruz	Papel e Celulose	5,5
Banco do Brasil	Instituição Financeira	2,50
Bom Gosto	Laticínio	34,59
Bradesco	Instituição Financeira	0,25
Brasil Telecom Part.	Telecomunicações	2,65
Braskem	Petroquímico	5,09
Brenco	Energia Renovável	20,92
CEG	Distribuidora de Gás	34,56
CESP	Energia Elétrica	5,71
Copel	Energia Elétrica	23,96
Coteminas	Têxtil, Couro e Vestuário	10,35
CPFL Energia	Energia Elétrica	8,44
Cia. Siderurgia Nacional	Siderurgia e Metalurgia	3,64
Eletrobrás	Energia Elétrica	11,90
Embraer	Materiais de Transporte	5,05
Gerdau	Siderurgia e Metalurgia	3,50
Iochpe Maxion	Materiais de Transporte	24,44
Itaú Holding	Instituição Financeira	0,22
JBS	Alimentos Processados	13,00
Klabin	Madeira e Papel	20,25
Light	Energia Elétrica	33,62
LLX Logística	Construção e Transporte	12,04
Lupatech	Máquinas e Equipamentos	11,48
Marfrig	Alimentos	14,66
MPX Energia	Energia Elétrica	2,61
Ouro Fino	Agronegocio	20,00
Paranapanema	Mineração	17,52
Petrobrás	Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis	7,62
Rede Energia S/A	Energia Elétrica	25,30
Tele Norte Leste Participações	Telecomunicações	1,63
Totvs	Software e Serviços	6,52
Tractebel	Energia Elétrica	2,13
Vale S/A	Mineração	4,21
Valepar	Mineração	9,79

Fonte:BNDES, 2009. Elaboração própria.

Com os dados da tabela 36 verifica-se as empresas das quais o BNDESPAR tem participação acionária, e destaca-se as empresas Bom Gosto, CEG, Light, Rede Energia S/A, Iochpe Maxion, Copel, Brenco, Klabin, Ouro Fino, Paranapanema e Marfrig como as empresas que o BNDESPAR tem maior porcentagem de participação do capital.

Os setores em que o BNDESPAR tem participação acionária são alimentos, alimentos processados, construção e transporte, energia elétrica, instituição financeira, madeira e papel, máquinas e equipamentos, materiais de transporte, mineração, papel e celulose, petróleo, gás, energia e biocombustíveis, petroquímico, serviços de transporte, siderurgia e metalurgia, software e serviços, telecomunicações e têxtil, couro e vestuário, porém conforme os dados da tabela, o setor de energia elétrica é o que tem maior número de empresas e também o que tem maior participação acionária do BNDESPAR.

Na tabela 37 destaca-se os setores em que a BNDESPAR tem participação societária no período 2008/2009.

Tabela 37: Participações societárias da BNDESPAR-setores.

Setores	nº. Empresas	Total da Participação	Média	%
Energia Elétrica e renovável	9	134,59	15,0	32,3%
Laticínio	1	34,59	34,6	8,3%
Distribuidora de gás	1	34,56	34,6	8,3%
Mineração	3	31,52	10,5	7,6%
Materiais de Transporte	2	29,49	14,7	7,1%
Alimentos	2	27,66	13,8	6,6%
Madeira e Papel	1	20,25	20,3	4,9%
Agronegocio	1	20	20,0	4,8%
Construção e Transporte	1	12,04	12,0	2,9%
Máquinas e Equipamentos	1	11,48	11,5	2,8%
Serviços de Transporte	1	10,61	10,6	2,5%
Têxtil, Couro e Vestuário	1	10,35	10,4	2,5%
Petróleo, Gás, Energia e Biocombustíveis	1	7,62	7,6	1,8%
Siderurgia e Metalurgia	2	7,14	3,6	1,7%
Software e Serviços	1	6,52	6,5	1,6%
Papel e Celulose	1	5,5	5,5	1,3%
Petroquímico	1	5,09	5,1	1,2%
Telecomunicações	2	4,28	2,1	1,0%
Instituição Financeira	3	2,97	1,0	0,7%
Total	35	416,26	11,9	100,0%

Fonte: BNDES, 2009.

Dentre as empresas que o BNDESPAR tem participação acionária no período 2008/2009, destaca-se as empresas do setor de energia elétrica, com maior número de empresas bem como maior participação acionária, juntas elas alcançam 32,3% do total da participação da BNDESPAR.

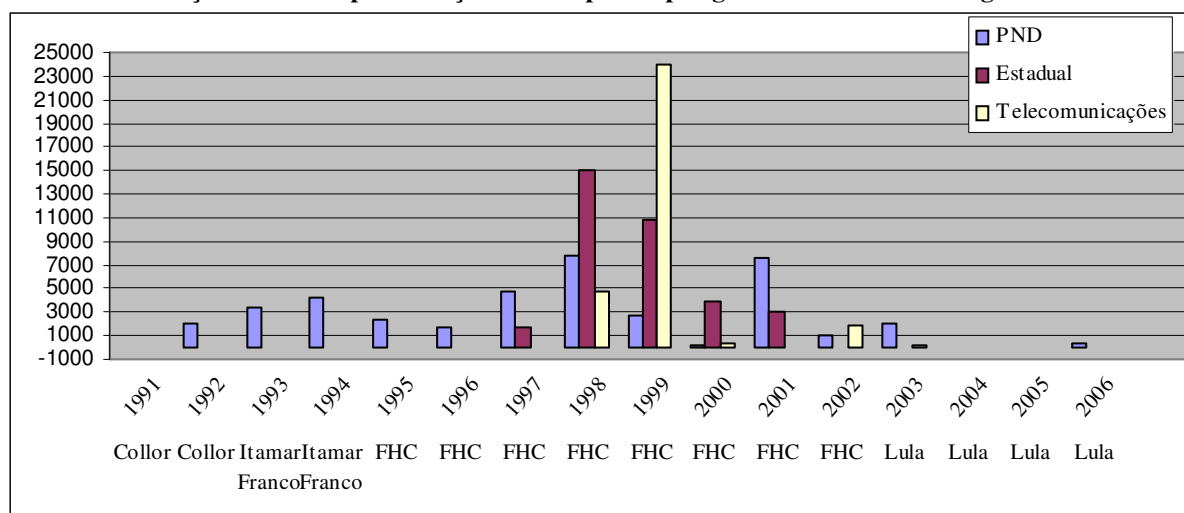
O setor de laticínio aparece em 2º lugar em participação acionária com 8,3%, mas no entanto é um setor representado por uma única empresa. Distribuidora de gás também aparece com 8,3%. Mineração tem participação de 7,6% do total das participações e apresenta 3 empresas.

Com os dados da tabela 37 verifica-se que o BNDESPAR tem adquirido participação acionária principalmente nos setores de energia elétrica, laticínio, mineração e materiais de transporte. Esses dados são referentes as últimas aquisições do BNDESPAR em 2008/09, no total o Banco possui participações acionárias em aproximadamente 200 empresas.

4.8 COMPARATIVO PERÍODO FHC/LULA

No gráfico 1 verifica-se a evolução anual das privatizações das empresas por governo.

Gráfico 1: Evolução anual das privatizações das empresas por governo-1991/2006-sob gestão do BNDES.



Fonte: BNDES (2008). Elaboração própria.

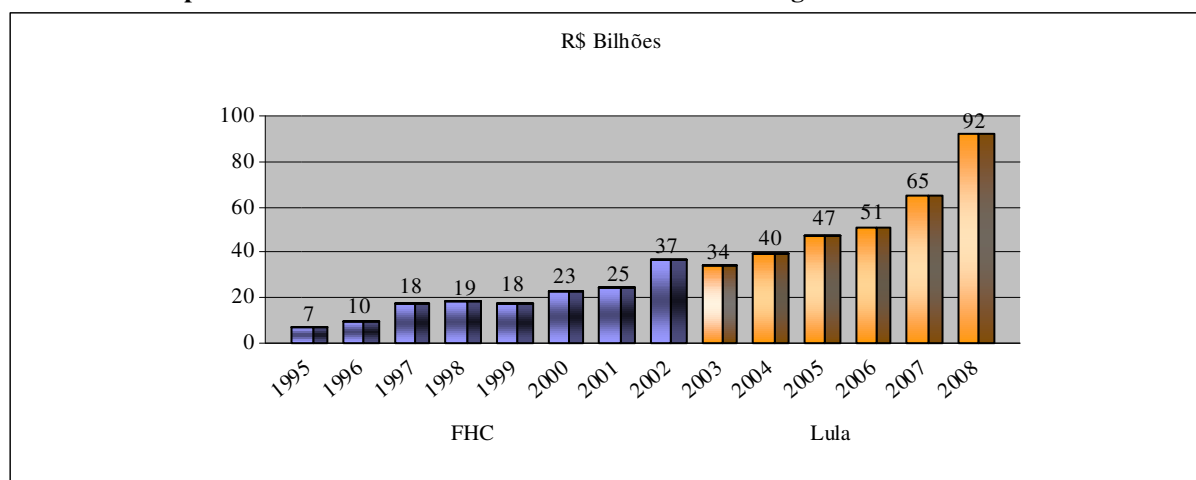
No gráfico 1 visualiza-se a evolução das privatizações por governos, e fica bem nítido que no governo FHC as privatizações tanto PND, Estadual e Telecomunicações são bem expressivas se comparadas aos períodos anteriores Collor e Itamar Franco e posterior Lula.

No período FHC, aconteceu o maior número de privatizações, após esse período já observa-se uma queda. Neste termo, o programa de privatizações já atravessou o seu auge e

agora está praticamente esgotado, não completamente, pois ainda há algumas empresas que não foram privatizadas.

A seguir apresenta-se no gráfico 2 o comparativo os totais de desembolsos dos dois períodos, FHC e Lula, esse período compreende os anos de 1995 a 2008.

Gráfico 2: Comparativo desembolsos de financiamentos-BNDES nos governos FHC/Lula.



Fonte: BNDES, 2009.

Em 2008 os desembolsos do BNDES atingiram o recorde de R\$ 92 bilhões, observa-se que os desembolsos do Banco são crescentes. E mesmo com a atual crise internacional o Banco continuou apoiando os investimentos. No início do período Lula, os desembolsos estavam em torno de R\$ 34 bilhões, em 2008 esse valor quase triplicou. No período FHC os desembolsos também são crescentes, porém os valores são bem menores que no período Lula, conforme os dados do gráfico 2.

Na tabela 38, verifica-se os desembolsos por regiões comparando-os com os períodos dos dois governos FHC/Lula.

Tabela 38: Comparativo desembolsos por regiões-FHC/Lula.

Grandes Regiões	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
FHC	421,30	17.788,10	89.949,00	29.266,60	11.403,10	153.828,96
%	4	12	58	19	7	100
Lula	14.320,5	27.438,0	190.081,1	65.038,8	30.557,1	327.435,4
%	4	8	58	20	9	100

Fonte: BNDES, 2009. Elaboração Própria.

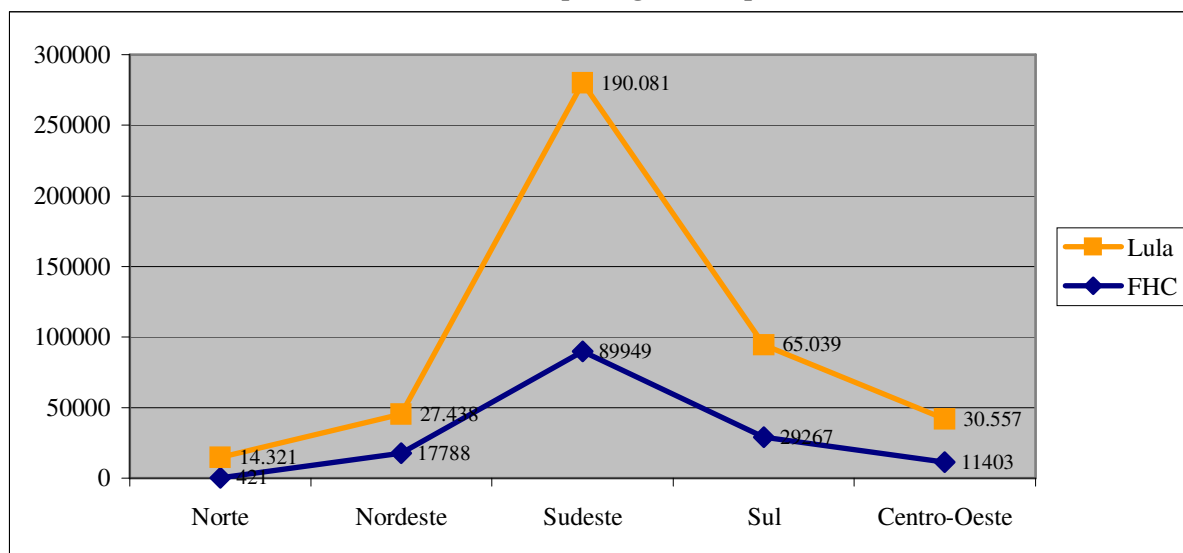
Com os dados da tabela 38, verifica-se que o Sudeste foi à região que mais recebeu desembolsos nos dois períodos analisados, porém no segundo período, se comparado em valores monetários esse montante dobrou de valor. Na sequência a região mais privilegiada

pelos desembolsos foi à região Sul que nos dois períodos fica em segundo lugar em relação aos desembolsos.

Percebe-se também que a região Norte é a menos privilegiada nos dois períodos em relação aos desembolsos. O diferencial entre as porcentagens de desembolsos entre os dois períodos fica somente entre as regiões Nordeste e Centro-Oeste, em que no período FHC a região Centro-Oeste fica em quarto lugar e o Nordeste em terceiro lugar, e no período Lula, há uma inversão, enquanto o Nordeste fica em quarto lugar o Centro-Oeste fica em terceiro lugar a receber desembolsos.

No gráfico 3, verifica-se os desembolsos de financiamentos totais por regiões nos períodos FHC/Lula, este período compreende os anos de 1995 a 2008.

Gráfico 3: Desembolsos de financiamentos totais por regiões-comparativo FHC/Lula.



Fonte: BNDES, 2009. Elaboração própria.

No gráfico 3 pode-se, comparar os períodos FHC/Lula, por desembolsos para as regiões. Observa-se que o Sudeste aparece em primeiro lugar nos dois períodos com mais desembolsos, porém em valores monetários no período Lula, todas as regiões recebem mais desembolsos, que no período FHC. Isso se deve porque a partir dos anos 2004 a um crescimento significativo nos desembolsos do BNDES.

Na tabela 39 pode-se ver o ranking dos desembolsos por regiões, no período FHC/Lula.

Tabela 39: Ranking dos setores por desembolsos-FHC/Lula.

	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte
FHC	1°	2°	3°	4°	5°
Lula	1°	2°	4°	3°	5°

Fonte: BNDES, 2009. Elaboração própria.

Na tabela 39 pode-se confirmar os destinos por regiões nos períodos FHC/Lula, e então verifica-se que existe uma inversão dos desembolsos do BNDES por regiões e então somente há inversão entre as regiões Centro-Oeste e Nordeste, da qual no período FHC foi direcionado mais investimentos para o Nordeste e no período Lula houve mais investimentos para o Centro-Oeste do que para o Nordeste. Porém ambos os períodos direcionam mais investimentos primeiramente para o Sudeste e depois para o Sul.

Na tabela 40 analisa-se os desembolsos totais de financiamentos do sistema BNDES, a tabela mostra em percentual separando por setores.

Tabela 40: Desembolsos totais de financiamentos do sistema BNDES-setores (em %).

Discriminação	1999/2002	2003/2006	2007/2008
	2º FHC	1º Lula	2º Lula
Agropecuária	10,1%	11,1%	6,8%
agropecuária	100,0%	100,0%	100,0%
Indústria Extrativa	1,0%	1,3%	2,8%
indústria extrativa	100,0%	100,0%	100,0%
Indústria de Transf.	46,6%	46,7%	39,2%
produtos alimentícios	12,5%	11,6%	22,8%
celulose e papel	6,3%	6,5%	4,4%
coque, petróleo e combust.	0,8%	2,1%	8,1%
química	4,6%	4,5%	6,6%
metalurgia	11,0%	6,6%	10,4%
máquinas e equipamentos	5,5%	6,2%	5,5%
veículo, reboque e carroceria	11,5%	18,9%	12,5%
outros equip transporte	29,6%	27,4%	7,6%
Outros	18,1%	16,3%	22,1%
Comércio e Serviços	42,3%	41,0%	51,2%
eletricidade e gás	30,8%	28,6%	19,9%
construção	6,0%	7,5%	9,1%
comércio	8,3%	7,4%	7,1%
transporte terrestre	13,7%	33,2%	37,8%
telecomunicações	25,3%	8,1%	12,0%
Outros	15,78%	15,27%	14,10%
Total %	100%	100%	100%
Total	103.733,10	171.665,70	155.769,70

Fonte:BNDES,2009.

Em relação aos desembolsos totais verifica-se na tabela 40, que nos dois primeiros períodos houve mais desembolsos para o setor de indústria de transformação. No terceiro período houve mais desembolsos para o setor de comércio e serviços. Dentro do setor de comércio e serviços os ramos que mais se destacaram foram: eletricidade e gás, construção, comércio, transportes terrestres e telecomunicações, são ramos que apareceram nos três períodos analisados.

O ramo de transporte terrestre é o que mais aparece no último período, no primeiro período o ramo que recebia mais desembolsos era o de eletricidade e gás. Quanto à indústria de transformação no último período foi a segunda a receber mais desembolsos. O ramo de produtos alimentícios, recebeu 22,8% no segundo período Lula.

Na tabela 41 ressalta-se os desembolsos anuais de financiamento do sistema BNDES em relação às exportações, nos períodos de 1999/2008.

Tabela 41: Desembolsos anuais de financiamento do sistema BNDES-apoio às exportações (US\$).

Discriminação	1999/2002	2003/2006	2007/2008
	2º FHC	1º Lula	2º Lula
Agropecuária	0,9%	0,3%	0,2%
agropecuária	100%	100,0%	100%
Indústria Extrativa	0,2%	0,9%	0,01%
indústria extrativa	100%	100,0%	100%
Indústria de Transf.	94,4%	92,5%	81%
produtos alimentícios	12%	5,2%	6,2%
borracha e plástico	0%	0,2%	4,4%
metalurgia	5%	0,9%	2,2%
equip. info.eletrônico, ótico	0%	3,0%	3,8%
máq.aparelho elétrico	2%	2,5%	5,1%
máquinas e equipamentos	4%	8,7%	13,2%
veículo, reboque e carroceria	8%	27,8%	34,6%
outros equip transporte	54%	44,0%	20,8%
Outros	15%	7,7%	9,7%
Comércio e Serviços	4,5%	6,3%	19%
construção	28,0%	48,9%	75,9%
comércio	35,4%	29,9%	8,3%
ativ.aux.transp.e entrega	16,4%	0,0%	0,0%
Outros	20,2%	21,20%	15,8%
Total %	100%	100,0%	100,0%
Total	11,716,288	20,105,201	10,785,585

Fonte:BNDES, 2009.

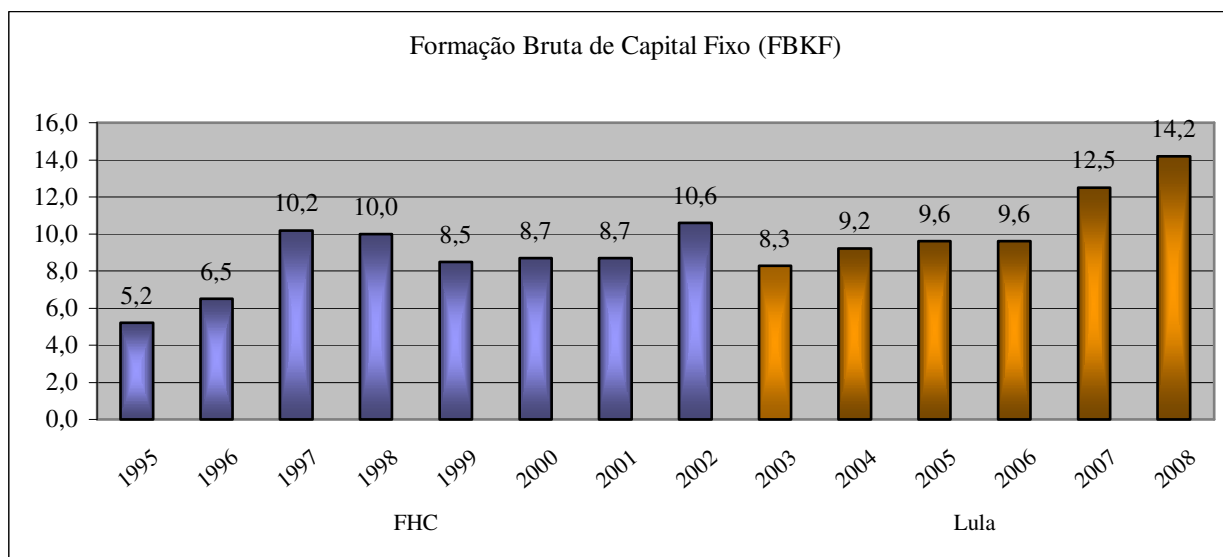
Com base nos dados da tabela 41, verifica-se que a indústria de transformação foi o setor que mais recebeu desembolsos, nos três períodos, e os ramos que mais se destacaram foram outros equipamentos e transportes, veículo, reboque e carroceria, máquinas e equipamentos, máquinas e aparelho elétrico e produtos alimentícios.

O Setor de comércio e serviços aumentou no último período, e principalmente o ramo da construção e comércio foram os que mais se destacaram dentro deste setor. Agropecuária e indústria extrativa são os setores menos contemplados com os desembolsos destinados à exportação. Verifica-se também que no primeiro período Lula os valores

monetários totais são bem expressivos se comparados com os valores monetários do segundo período FHC.

No gráfico 4 compara-se os desembolsos totais do BNDES com a formação bruta de capital fixo (FBKF), nos períodos de 1995 a 2008.

Gráfico 4: Comparativo desembolsos de financiamentos-BNDES em relação a FBKF, nos governos FHC/Lula.



Fonte: BNDES, 2009.

No gráfico 4, verifica-se os desembolsos do BNDES correspondentes a formação bruta de capital fixo, e percebe-se uma evolução bem significativa no ano de 2008, alcançando 14,2%, enquanto que no primeiro ano do governo Lula, correspondia a 8,3%. Nota-se também que no governo Lula os desembolsos em relação a FBKF, tem crescido ano a ano. O mesmo não acontece no governo FHC em que os desembolsos em relação a FBKF, mostram decréscimos nos anos de 1999 a 2001 em relação aos anos anteriores 97 e 98. O pico no governo FHC corresponde ao ano de 2002, ou seja, último ano do seu mandato, com percentual de 10,6%, no governo Lula o pico corresponde ao ano de 2008, com 14,2%, portanto 3,6% pontos percentuais a mais que no melhor ano do governo FHC.

4.9 SÍNTESE CONCLUSIVA

Concluí-se que no governo Collor/Itamar Franco foram desestatizadas 33 empresas somando um total em receitas de US\$ 8,5 bilhões, os setores desestatizados foram siderurgia,

fertilizantes e petroquímicos. E os maiores investidores foram às empresas nacionais seguidas pelas instituições financeiras. E também foi um período marcado pela instabilidade econômica.

No período FHC foi o governo em que as receitas alcançaram aproximadamente US\$ 93.682 bilhões, os setores mais privatizados foram telecomunicações, energia elétrica, siderurgia, mineração, petróleo e gás, financeiro, petroquímico, transportes e saneamento. E os maiores compradores foram os investidores estrangeiros.

Esse período também foi marcado pela estabilização econômica alcançada pelo Plano Real. E mais da metade dos desembolsos do Banco foram destinados ao Sudeste na sequência de desembolsos por regiões foram para o Sul, Nordeste, Centro-Oeste e por último o Norte. E o setor mais beneficiado pelos desembolsos totais do Banco foi a indústria de transformação, no período 1999/2002. Nos desembolsos para apoio a exportação também foi o setor de indústria de transformação que mais se beneficiou do apoio do Banco.

No período Lula houve pouquíssimas privatizações. Esse período foi marcado pela abertura comercial e a internacionalização das empresas. E mais da metade dos desembolsos do Banco foram destinados ao Sudeste na sequência de desembolsos por regiões foram para o Sul, Centro-Oeste, Nordeste e por último o Norte. E o setor mais beneficiado pelos desembolsos totais do Banco foi comércio e serviços. Nos desembolsos para apoio a exportação foi o setor de indústria de transformação que mais se beneficiou do apoio do Banco.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou investigar a empresa estatal como instrumento de apoio ao desenvolvimento econômico fazendo-se um estudo de caso sobre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no período 1995 a 2008.

O Estado como promotor do desenvolvimento procura conduzir o país ao crescimento econômico, e para que isso ocorra ele assume a função de produtor (Estado-empresário) e a função de protetor da indústria nacional em face da concorrência estrangeira em processo de desenvolvimento. O Estado ao investir em empresas que não garantem um lucro rápido, ou até mesmo em empresas que por sua natureza dariam um retorno lento, no entanto conseguem com que o país tenha melhores condições de crescimento e desenvolvimento.

Em seu processo de constituição o Estado, passa por fases e constata-se que há algumas décadas as expectativas em torno do Estado eram a aceleração da industrialização, modernização da agricultura e infraestrutura. Neste sentido, hoje se espera muito mais, e diversos estudos apontam diferentes aspectos referentes às estruturas estatais.

O Estado deve interagir com a sociedade, desta forma poderá ser mais eficaz em suas diretrizes. Estar atento aos acontecimentos internos e externos, reestruturar-se sempre que for necessário, zelar pelo bem público, e principalmente garantir o crescimento econômico do país e procurar dar melhores condições de empregabilidade para a sua população, gerando riquezas e acima de tudo distribuição de renda.

O BNDES figura estrutural como empresa estatal voltada a financiar as condições de crescimento e de desenvolvimento do país, foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei nº. 1.628, como autarquia federal e depois foi transformado em empresa pública. O BNDES foi criado basicamente em função dos administradores da época, decidirem que o país precisava de um Banco que financiasse a longo prazo e portanto garantisse o crescimento econômico do país. Na conjuntura da época, era necessário volumosos investimentos em infraestrutura, principalmente energia elétrica e transporte.

Então a cada década o Banco vem se moldando para dar continuidade ao processo de desenvolvimento do país. Constata-se que o Banco atravessou diversos momentos dos quais buscou sempre se adequar à conjuntura econômica atual. Nas primeiras décadas de abertura do Banco, ele foi o financiador do desenvolvimento do país, no Plano de Metas o Banco teve papel importantíssimo na execução e elaboração deste plano, que trouxe para o país melhores

condições de infraestrutura para que o país pudesse se industrializar. Somente depois deste investimento, o capital privado se interessou e investiu no país.

Na década de 60, os desembolsos foram para setores diversificados, ou seja o Banco passou a investir em outros setores tais como insumos básicos (metalurgia, químicos e fertilizantes, papel e celulose e siderurgia), equipamentos, (mecânica elétrica, material de transporte), além de continuar financiando a infraestrutura. Essa diversificação foi extremamente importante para o desenvolvimento do país, pois gerou mais empregos e renda.

Na década de 70 o Banco também esteve presente na implantação do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (PND). Este plano também contou com o apoio do BNDES no financiamento dos setores de bens intermediários.

Na década de 80 em face da elevada inflação que chegava a 4 dígitos anuais, à dívida externa do país chegava a US\$ 100 bilhões. O Estado estava em crise, década conhecida como a “década perdida”, e mais uma vez o Banco precisou se remodelar para desempenhar o seu papel. Então em 1982 o BNDES passa a acrescentar o S de Social, em seu nome e inicia-se os desembolsos a fundo perdido para amenizar as desigualdades sociais acentuadas com a crise econômica.

Nos anos 90 o Estado inicia o II Plano Nacional de Desestatização (PND) e o Banco atua como gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND). Este período é marcado pelas privatizações e pela estabilidade econômica no governo FHC com o Plano Real. No campo das privatizações o BNDES, ordena as privatizações, é responsável pelos leilões das privatizações e é gestor do FND.

O Banco entrou no mercado de capitais através de sua subsidiária BNDESPAR e hoje o Banco é acionista de diversas empresas, com o intuito de valorizar o crescimento destas. Seus desembolsos hoje alcançam recordes históricos, no período do Governo Lula, vem ocorrendo crescimento dos investimentos ao longo dos anos e abertura comercial. Hoje os desembolsos chegam a 92 bilhões de reais, no último ano do período FHC os desembolsos estavam em torno de 37 bilhões de reais.

Atualmente o Banco vem apoiando as empresas interessadas em exportar, bem como a fusão e aquisição de grandes empresas, principalmente as multinacionais. O BNDES tem fundos direcionados para a exportação, atualmente o setor de indústria de transformação é o que vem recebendo mais financiamentos do Banco no tocante as exportações.

O desempenho do BNDES como instrumento de política de desenvolvimento para o Brasil é importantíssimo para o crescimento econômico. O apoio do BNDES aos mais diversos setores e empresas tem dado condições para que novas empresas se instalem no país,

bem como para que muitas continuem desenvolvendo as suas atividades. Seu apoio para as grandes empresas tem ajudado o país a manter-se atuante no comércio mundial.

Nesta década registra-se mais internacionalização das empresas, a globalização das economias, então o BNDES passou também a apoiar a fusão de grandes empresas para que estas se tornem competitivas. A internacionalização das empresas não é somente para que elas ganhem mercado lá fora, mas principalmente para a sobrevivência no mercado interno em concorrência com multinacionais estrangeiras.

Assim sendo com esta investigação pode-se dizer que o BNDES esta cumprindo o papel essencial como financiador a longo prazo. Tem promovido o crescimento e desenvolvimento da economia do país, contribuindo com a geração de emprego, renda e produto nacional.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO da execução orçamentária. [Brasília, DF]: BNDES, 2001. 72 p. (Cadernos IBAM 5).

ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p.43-76, dez. 2005.

ANDIMA, **Moedas da privatização**/ [Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto]. – Rio de Janeiro: 1997. p. 98.

ANSANELLI, Stela Luiza de Mattos. **Condicionantes restritivos para o desenvolvimento de uma política industrial no Brasil nos anos 1900**. 2001. 146 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis. 2001.

ARAGÃO, Murilo de. A receita da retomada. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 08, p.03-102, ago. 2009. Mensal.

ARIENTI, Wagner Leal. Do Estado Keynesiano ao Estado Schumpeteriano. **Revista de Economia Política**, Florianópolis/SC, v. 23, n. 4, p. 97-113, out./dez. 2003.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). SEBRAE Indicadores de qualidade e produtividade na indústria brasileira 1997. Rio de Janeiro: BNDES, 1998. 80 p. (Broch.).

_____. (BNDES) Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/>> acesso em 25 de maio 2009.

_____. BNDES SETORIAL. Rio de Janeiro: BNDES, 1995-. ISSN 1414-9230.

_____. (BNDES). **BNDES 50 anos de desenvolvimento**: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro: Ed.Dba Dórea Books And Art, 2002 sl; BNDES; RJ. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro50anos/Livro>. Acesso em: 29 set. 2009.

_____. (BNDES): **Privatização no Brasil**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002b.

_____. BNDES. **Relatório Anual 2008: Internacionalização**. Rio de Janeiro: Bndes, 2008. 154 p. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empr esa/RelAnual/ra2008/relatorio_anual2008.pdf>. Acesso em: 16 out. 2009.

BATISTA, Jorge Chami. O BNDES e o desenvolvimento brasileiro. In: SEMINÁRIO ESPECIAL 50 ANOS DE DESENVOLVIMENTO, 1. 2002, Rio de Janeiro. **Seminário**. Rio de Janeiro: Inae - Instituto Nacional de Altos Estudos, 2002. p. 1 - 30. Disponível em: <www.forumnacional.org.br/trf_arq.php?cod=EP00390>. Acesso em: 30 set. 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 45, p.49-95, 1998. Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/fulltex/0030101.html>>. Acesso em: 13 maio 2008.

_____. Novo desenvolvimentismo e ortodoxia convencional. In: DINIZ, Eli. **Globalização, Estado e desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio**. Rio de Janeiro -RJ: FGV, 2007. cap. 2, p. 63-96.

_____. (Brasil). Um estudo sobre as empresas multinacionais no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, p. 1-45, jan. 1976.

BRUM, Argemiro Jacob. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 317 p.

_____. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 25. ed. Ijuí/ RS: Unijuí, 2008. 571 p.

CALDAS, Suely. De Vargas a Lula. **O Estado de São Paulo: Economia & Negócios**, São Paulo, 20 set. 2009. p. 1-14.

CAMPO, Roberto de Oliveira. [Depoimento]. In: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (BNDES). **BNDES 50 anos de desenvolvimento: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Rio de Janeiro: Ed.Dba Dórea Books And Art, 2002 sl; BNDES; RJ. Entrevistas e Depoimentos.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A globalização da economia é uma realidade**. Gazeta Mercantil, São Paulo, p.A-8, 24 jul. 1995 b.

CÁRIO, Silvio Antônio Ferraz et al. Contribuição do paradigma microdinâmico neo-schumpeteriano à teoria econômica contemporânea. In: WESTPHAL, Louis Roberto et al. **Textos de economia**. Florianópolis: UFSC, 1995. p. 155-170.

CARNEIRO, Ricardo. O padrão de financiamento durante o II PND. In: CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise: A economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Unesp, 2002. cap. 2, p. 83-111.

CARVALHO JUNIOR, Luiz Carlos de; (Coord.) CARIO, Silvio Antônio Ferraz; SEABRA, Fernando. **Pólos industriais do Sul do Brasil: experiências de competitividade e empreendedorismo: parte 2**. Florianópolis, SC: [s.n.], 2007. 200 p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 507 p.

CAVALCANTI, Carlos Brandão. **Transferência de recursos ao exterior e substituição de dívida externa por dívida interna**. Rio de Janeiro: BNDES, 1988. 95 p.

CLEMENTE, José. [Depoimento]. In: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (BNDES). **BNDES 50 anos de desenvolvimento: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Rio de Janeiro: Ed.Dba Dórea Books And Art, 2002 sl; BNDES; RJ. Entrevistas e Depoimentos.

Coleção de depoimentos (impresso). **Projeto Memória** (I e II Fases): Amílcar F. Ferrari, André Lara Resende, Celso Furtado, Celso Lafer, Ignácio Rangel, Eugênio Gudín, Roberto de Oliveira Campos, Roberto Saturnino Braga, Hélio Jaguaribe, Maria da Conceição Tavares, Juvenal Osório, Ignácio Rangel.

COMTRADE. **Exportações**. Disponível em: <[HTTP://comtrade.un.org/dq/dqBasicQueryResults.aspx](http://comtrade.un.org/dq/dqBasicQueryResults.aspx)>. Acesso em: 10 jul. 2009.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 63, n. 05, maio 2009. Mensal.

_____. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 63, n. 08, agosto 2009. Mensal.

COPO, Abel Veiga. **Un enfermo llamado Europa**. Disponível em: <www.elcorreogallego.es>. Acesso em: 05 ago. 2009.

COUTINHO, Luciano. O desafio do emprego. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 dez. 1996. p. 11.

CURRALERO, Cláudia Regina Baddini. **A atuação do sistema BNDES como instituição financeira de fomento no período 1952/1996**. 1998. 176 f. Dissertação

(Mestrado). Instituto de Economia da Unicamp,SP. 1998.

DATHEIN, Ricardo. Estado e desenvolvimento no Brasil: o novo padrão de ação estatal como determinante da mudança estrutural da economia no último quarto de século. In: Dathein, R. (Org.). **Desenvolvimento brasileiro econômico**: contribuições sobre o período pós-1990. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. p. 41-73.

DIB, Maria de Fátima Serro Pombal. **Importações brasileiras**: políticas de controle e determinantes da demanda. Rio de Janeiro: BNDES, 1985.

_____. **Importações brasileiras**: políticas de controle e determinantes da demanda. 2. ed. Rio de Janeiro: BNDES, 1987. 177p.

DINIZ, Eli. O pós-Consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados. In: DINIZ, Eli.(Org.) **Globalização, Estado e desenvolvimento**: Dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro -RJ: FGV, 2007. Cap. 1, p. 19-61.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930 - 1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 399 p.

DUNNING, J. H. **Explaining international production**. Londres: Unwin Hyman, 1988.

EL Correo Gallego.es. Disponível em <<http://www.celga.ufba.br/lmidia.html>>acesso em 05 de agosto de 2009.

ERBER, Fabio S.; CASSIOLATO, José Eduardo. Política industrial: teoria e prática no Brasil e na OCDE. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 17, n. 2, p.32-60, abr./jun. 1997. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/66-3.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2009.

EVANS, Peter. El Estado como problema y como solucion. **Desarrollo econômico**, Princeton University Press, v. 35, n. 140, p. 529-562, jan/mar. 1996. Trimestral.

FARIAS, Hélio Caetano. **O BNDES e as privatizações no uso do território brasileiro**.2008. 123 f. Dissertação (Mestrado), Instituto de Geociências da Unicamp,SP. 2008.

FATOS & NÚMEROS BRASIL. São Paulo: Abril, n. 1, 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1995. 647 p.

FERNANDES, Andréa Campos Gomes. **Ação econômica e ordem social na economia política clássica**. Rio de Janeiro: BNDES, 1995. 103p.

FERRARI, Amílcar F. [Depoimento]. In: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (BNDES). **BNDES 50 anos de desenvolvimento**: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro: Ed.Dba Dórea Books And Art, 2002 sl; BNDES; RJ. Entrevistas e Depoimentos.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimento no Brasil. **Pesquisa & Debate**, São Paulo:, v. 15, n. 2, p.1-22, 10 set. 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/Origens_do_Desenvolvime ntismo.pdf>. Acesso em: 30 maio 2009.

FRIEDLANDER, David. TEREZA, Irany. BNDES gasta R\$ 8 bi em um ano para criar 'campeões nacionais'. **O Estado de São Paulo: Economia & Negócios**, São Paulo, 27 set. 2009. p. 1-16.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL (FDC); CPII (*The Program on International Investment*). **A decolagem das multinacionais brasileiras**. FDC, 2007.

FURTADO, Celso. **A construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

GIAMBIAGI, Fabio; ROCHA, Fernando; AMORIM, Manoel. As finanças do BNDES: Evolução recente e tendências. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 3-40, jun. 2009.

GIDDENS, Anthony. Globalização. In: GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. cap. 1, p. 1-108.

GROS, Francisco. [Depoimento]. In: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (BNDES). **BNDES 50 anos de desenvolvimento**: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro: Ed.Dba Dórea Books And Art, 2002 sl; BNDES; RJ. Entrevistas e Depoimentos.

GUIDO, Mantega. **O BNDES e o Novo ciclo de desenvolvimento**. Revista do BNDES (PACSE). Rio de Janeiro: BNDES,1994.

HARVEY, David. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural: **A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX**. Ed. Loyola, 1992.

IANNI, Octavio. **Estado e capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 275 p.

_____. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 316 p.

IGLESIAS, Enrique V. El papel del Estado y los paradigmas económicos: en América Latina. **Revista de La Cepal**, Santiago do Chile, n. 90, p. 7-15, dez. 2006.

ISTOÉ: Dinheiro. São Paulo: Três, n. 623, 16 set. 2009. Semanal.

LACOSTE, Yves. A Terra encolheu. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise. **Globalização para quem?**: Uma discussão sobre os rumos da globalização. São Paulo: Futura, 2004. p. 21-23.

LAFER, Celso. [Depoimento]. In: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (BNDES). **BNDES 50 anos de desenvolvimento**: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro: Ed.Dba Dórea Books And Art, 2002 sl; BNDES; RJ. Entrevistas e Depoimentos.

LESSA, Carlos. [Depoimento]. In: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (BNDES). **BNDES 50 anos de desenvolvimento**: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro: Ed.Dba Dórea Books And Art, 2002 sl; BNDES; RJ. Entrevistas e Depoimentos.

LINHA VIVA: Intersindical dos eletricitários de SC. **A dança continua....** Santa Catarina, nº. 993 16 jul. 2009.

MAGNOLI, Demétrio. **Globalização**: Estado nacional e espaço mundial. São Paulo. Ed. Moderna, 1997. 96 p.

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. Disponível em < www.tem.gov.br > acesso em 11 out. 2009.

MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa. **O BNDES e seus critérios de financiamento industrial**: 1952 a 1989. 1994. 430 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia Industrial-UFRJ, Rio de Janeiro, 1994. Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_ideias/livro-17.pdf>. Acesso em: 01 out. 2009.

MONTENEGRO, Ricardo Sá Peixoto. **BNDES 50 anos de desenvolvimento**. Histórias Setoriais: O setor petroquímico. dez. 2002. Disponível em :<[8.http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_setorial/setorial09.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_setorial/setorial09.pdf)>. Acesso em: 21 abril 2009.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat: **Do espírito das leis**. São Paulo (SP): Abril Cultural, 1973. 569p. (Os pensadores: 21).

MOREIRA, Marcílio Marques. [Depoimento]. In: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (BNDES). **BNDES 50 anos de desenvolvimento**: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro: Ed.Dba Dórea Books And Art, 2002 sl; BNDES; RJ. Entrevistas e Depoimentos.

MOREIRA, Mauricio Mesquita; GIAMBIAGI, Fábio. **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: BNDES, c1999. 495p.

MUNHOZ, Dércio Garcia. **Inflação brasileira**: Os Ensinaamentos desde a crise dos anos 30. jan.-jun. 1997.

NAJBERG, Sheila. **Transformação do sistema BNDES em financiador do setor privado nacional**. 1989. 354 f. Dissertação (Mestrado) - PUC, Rio de Janeiro, 1989. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_ideias/livro-13.pdf>. Acesso em: 29 set. 2009.

NAMOUR, Roberta. Os mestres da inovação. **Istoé**: Dinheiro, São Paulo, n. 622, p.1-114, 09 set. 2009. Semanal.

NELSON, Richard R. Sistemas nacionais de inovação: Retrospecto de um estudo. In: NELSON, Richard R. **As fontes do crescimento econômico**. Campinas - SP: Unicamp, 2006. cap. 10, p. 3-501.

NORT, Egon. **Brasil rumo ao primeiro mundo**: solução dos problemas brasileiros. Florianópolis-SC: do Autor, 1997. 488 p.

OLIVEIRA, Francisco de. A derrota da vitória: A contradição do absolutismo de FHC. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n., p.13-21, mar. 1998.

PIMENTEL, João Eduardo Albino. **Empresas multinacionais brasileiras e chinesas: Uma perspectiva teórica sobre as possibilidades de estreitamento das relações.** Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhospdf/122.pdf>. Acesso em: 19 out. 2009.

PINHEIRO, Armando Castelar. A Experiência brasileira de privatização: O que vem a seguir? In: SEGUNDA CONFERÊNCIA ANUAL DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL, 2000, Tóquio. **Textos para Discussão.** Rio de Janeiro: Ie-UFRJ, 2000. p. 4-36.

PINHEIRO, A. C., FUKASAKU, K. (eds.). **Privatization in Brazil: the case of public utilities.** Rio de Janeiro: BNDES/OECD, 2000.

PLANALTO. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/Infger_07/presidentes/gale.htm> Acesso em 01 de jun. 2009.

POSSAS, M.L. Concorrência, inovação e complexos industriais: algumas questões conceituais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v.8, n.1/3, p.78-97, jan./dez. 1991.

PUGA, Fernando Pimentel; BORÇA JUNIOR, Gilberto Rodrigues. Infraestrutura e energia sustentam os investimentos entre 2009-2012. **Visão do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, n. 69, p.1-8, 21 set. 2009.

RANGEL, Ignácio. [Depoimento]. In: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (BNDES). **BNDES 50 anos de desenvolvimento: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.** Rio de Janeiro: Ed.Dba Dórea Books And Art, 2002 sl; BNDES; RJ. Entrevistas e Depoimentos.

RESENDE, André Lara. [Depoimento]. In: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (BNDES). **BNDES 50 anos de desenvolvimento: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.** Rio de Janeiro: Ed.Dba Dórea Books And Art, 2002 sl; BNDES; RJ. Entrevistas e Depoimentos.

RODRIK, Dani. **Depois do neoliberalismo, o que?** In: Novos rumos do desenvolvimento no mundo. Anais... Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

SALINAS, Dario. O Estado Latino Americano: notas para a análise de suas recentes transformações. In: LAURELL, Asa Cristina. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997. Cap. 6, p. 3-244. Tradução de Rodrigo León Contrera

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 12. ed. São Paulo: Best Seller, 2003. 649 p.

SANTOS, Theotonio dos. Em busca de uma nova aliança política para o desenvolvimento. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna. **Estado e gestão pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Cap. 3, p. 31-58.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O conservadorismo obsoleto do status quo. In: CAVALCANTI, Bianor Scelza; RUEDIGER, Marco Aurélio; SOBREIRA, Rogério (Orgs.). **Desenvolvimento e construção nacional: políticas públicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 169 p. (Os economistas).

SECHES, Nildemar. [Depoimento]. In: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (BNDES). **BNDES 50 anos de desenvolvimento: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Rio de Janeiro: Ed.Dba Dórea Books And Art, 2002 sl; BNDES; RJ. Entrevistas e Depoimentos.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (SEPLAN) **II Plano nacional de desenvolvimento (1975 – 79)**. [s.l] Sugestões Literárias S.A., 1975.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL MODELOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TRIBUTO A ANÍBAL PINTO 1998. Rio de Janeiro. Modelos e Políticas de Desenvolvimento: tributo a Aníbal Pinto. Rio de Janeiro: BNDES, 1998. 260 p.

SENADO FEDERAL. Disponível em <<http://www6.senado.gov.br>> Acesso em 06 out.2009.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; BACHA, Carlos José Caetano. Notas sobre o modelo schumpeteriano e suas principais correntes de pensamento. **Teoria e evidência econômica**, Passo Fundo, v. 5, n. 10, p.107-126, maio 1998.

SOARES, Sebastião José Martins. [Depoimento]. In: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (BNDES). **BNDES 50 anos de desenvolvimento: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Rio de Janeiro: Ed.Dba Dórea Books And Art, 2002 sl; BNDES; RJ. Entrevistas e Depoimentos.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 403 p.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. **Os fundamentos do Estado desenvolvimentista brasileiro: a experiência do partido republicano Riograndense (PRR) durante a Primeira República.**(2002) Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A012.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2009.

TOKESHI, Helcio. Infraestrutura: frustração e otimismo. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 08, p.3-102, ago. 2009. Mensal.

TOLEDO, Caio Navarro de. Estado nacional e desenvolvimento capitalista no Brasil. In: COSTA, Sílvio. **Concepções e formação do Estado brasileiro**. São Paulo: Ed. Anita Ltda., 1999. cap. 6, p. 1-127.

VELASCO JR., Lucínio. “A economia política das políticas públicas: as privatizações e a reforma do Estado”. Rio de Janeiro: BNDES, **Texto para discussão**, nº. 55,1997.

VIANNA, Marcos. [Depoimento]. In: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (BNDES). **BNDES 50 anos de desenvolvimento: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Rio de Janeiro: Ed.Dba Dórea Books And Art, 2002 sl; BNDES; RJ. Entrevistas e Depoimentos.

VIANNA, Sérgio Besserman. [Depoimento]. In: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. (BNDES). **BNDES 50 anos de desenvolvimento: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. Rio de Janeiro: Ed.Dba Dórea Books And Art, 2002 sl; BNDES; RJ. Entrevistas e Depoimentos.

_____. Política econômica externa e industrialização: 1946-1951, In: Abreu M. de P. (org.) **A ordem do progresso cem anos de política econômica republicana 1889-1989**, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro:Campus, 1990 a. p. 105-122.

_____. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954, In: Abreu M. de P. (org.) **A ordem do progresso cem anos de política econômica republicana 1889-1989**, Rio de Janeiro: Campus, 1990 b. p. 123 -150.

VISÃO do desenvolvimento. Rio de Janeiro: BNDES, 2007. 255 p.

WORLD BANK. Brazil: **prospects for privatization**. Mimeo, 1989.